


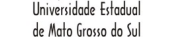


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

LUCIANA MARTHA CARVALHO DE JESUS

A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM TEXTOS DO
ALMANACK CORUMBAENSE (1898): UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

Campo Grande-MS
2013

M	 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. SILVA	 LUCIANA MARTHA CARVALHO DE JESUS
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO OU TESE	<p style="text-align: center;">A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM TEXTOS DO ALMANACK CORUMBAENSE (1898): UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO</p>
2013	<p style="text-align: center;">Campo Grande/MS 2013</p>

LUCIANA MARTHA CARVALHO DE JESUS

A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM TEXTOS DO
ALMANACK CORUMBAENSE (1898): UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Miguél Eugênio Almeida.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura.

Campo Grande-MS
2013

J56c Jesus, Luciana Martha Carvalho de

A colocação pronominal em textos do *Almanack Corumbaense* (1898): um estudo historiográfico/ Luciana Martha Carvalho de Jesus. Campo Grande, MS: UEMS, 2013.

239p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Miguél Eugênio Almeida.

1. Historiografia 2. Linguística 3 Colocação pronominal.

CDD 20.ed. 410

LUCIANA MARTHA CARVALHO DE JESUS

TÍTULO: A colocação pronominal em textos do
Almanack Corumbaense (1898): um estudo historiográfico

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente, Prof. Miguél Eugênio Almeida, Doutor, UEMS

Prof. Nataniel dos Santos Gomes, Doutor, UEMS

Prof. José Pereira da Silva, Doutor, UFAC

Prof. Marlon Leal Rodrigues, Doutor, UEMS (suplente)

Prof. Geraldo Vicente Martins, Doutor, UFMS (suplente)

Campo Grande-MS
2013

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, em especial à minha mãe, que, com avidez, ternura e amor, nos ensinou (a mim e aos meus irmãos) a importância do conhecimento, do estudo e da determinação.

Aos meus queridos irmãos, sempre meus companheiros, e cúmplices de momentos inesquecíveis vividos em nossa infância e adolescência.

À minha sobrinha, e também filha, Júlia, que encanta a todos com sua simplicidade e beleza.

A sua presença em minha vida me faz uma pessoa melhor todos os dias.

Às minhas queridas Renata e Fernanda Teixeira, mulheres fortes e primorosas.

Ao meu padrinho Roberto, exemplo de persistência e fé.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em minha vida. À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em me possibilitar o título de mestre. Ao meu querido Mestre e amigo Nataniel dos Santos Gomes, que me incentivou e me conduziu sabiamente para a finalização deste trabalho.

“A gramática, a mesma árida gramática, transforma-se em algo parecido a uma feitiçaria evocatória; as palavras ressuscitam revestidas de carne e osso, o substantivo em sua majestade substancial, o adjetivo, roupa transparente que o veste e dá cor como um verniz, e o verbo, anjo do movimento que dá impulso à frase”.

Charles Pierre Baudelaire (1821-1867)

RESUMO

JESUS, Luciana Martha Carvalho de. **A colocação pronominal em textos do *Almanack Corumbaense (1898): um estudo historiográfico***. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração em Linguagem: Língua e Literatura) – Unidade Universitária de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

Esta pesquisa analisa a colocação pronominal (pronomes oblíquos) no fim do século XIX, utilizando o *corpus* coletado do *Almanack Corumbaense (1898)*, sendo aplicados, metodologicamente, os princípios da historiografia linguística, para se proceder à análise dessa ocorrência. Assim, Koerner (1996) orienta-nos para a pesquisa em questão; e Eduardo Carlos Pereira (1918) e Celso Cunha (2012) apoia-nos na descrição dessas ocorrências contempladas pelos princípios da imanência, que, segundo Koerner (1996), é por este princípio que o historiador irá explicar os fatos linguísticos; e da adequação, que, de acordo com Almeida (2010), este princípio busca estreitar a distância entre o passado e o presente, é por meio do confronto que se podem perceber as mudanças linguísticas. A historiografia linguística serve de suporte metalinguístico para contextualizar o momento histórico dos estudos da linguagem. Esta dissertação está fragmentada em quatro capítulos: No capítulo primeiro, apresentamos a introdução do trabalho. No segundo capítulo, contemplamos os períodos pelos quais passou o Estado de Mato Grosso do Sul até os dias atuais. No terceiro capítulo, abordamos a historiografia linguística, historiografia da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil. E, por fim, no quarto capítulo se procederá à análise do *Almanack Corumbaense (1898)* – aproximação teórico-prática das ocorrências linguísticas do documento com o auxílio da gramática de Eduardo Carlos Pereira (1918) e Celso Cunha (1985).

Palavras-chaves: Historiografia. Linguística. Colocação Pronominal.

ABSTRACT

JESUS, Luciana Martha Carvalho de. **Study of pronoun placement in texts from Almanack Corumbaense (1898): a historiographical panorama.** 2013. 118 f. Thesis (Master's Degree in Linguistics) – (Master of Arts, a major in Language: Language and Literature) – Unidade Universitária de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

This research analyzes the placement pronoun (pronouns) in the late nineteenth century, using the collected corpus Corumbaense's Almanack (1898), being applied, methodologically, the principles of Linguistic Historiography, to proceed to the analysis of this occurrence. Thus, Koerner (1996) guides us to the research question, and Carlos Eduardo Pereira (1918) and Celso Cunha(2012) supports us in the description of these occurrences covered by the principles of immanence, which, according to Koerner (1996), is by this principle that the historian will explain the linguistic facts, and the adequacy, which, according to Almeida(2010), this principle seeks to bridge the gap between past and present, is by confronting it can perceive changes language . The Historiography of Linguistics serves metalinguistic support to contextualize the historical moment of language studies. This dissertation is broken into four chapters: The first chapter, we present the introduction. In the second chapter, we contemplate the periods over which passed the State of Mato Grosso do Sul to the present day. In the third chapter, we address the linguistic historiography, historiography and historiography of Portuguese language in Brazil. And finally, in the fourth chapter we examined the Corumbaense Almanack(1898)-Approximation theory/practical occurrences language of the document with the aid of grammar Carlos Eduardo Pereira (1918)and Celso Cunha(1985).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O DOCUMENTO HISTÓRICO NO CONTEXTO DA HISTORIA DE MATO GROSSO E DO BRASIL	16
2.1. O Período Colonial	16
2.2. O Período Imperial	23
2.3. Documentos Históricos sobre Mato Grosso no contexto da Guerra do Paraguai.....	26
2.4. Corumbá no contexto histórico do Estado.....	29
3. HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E HISTORIOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	33
3.1. Conciso histórico da historiografia linguística	35
3.2. Princípios metodológicos – Konrad Koener	37
3.3. Historiografia da Língua Portuguesa	40
3.3.1. A Contribuição dos Missionários para a historiografia linguística	41
3.3.2. As Produções Linguísticas no Segundo Reinado	47
3.3.3. Contribuições à Língua Portuguesa nos séculos XIX e XX	52
3.3.4. Historiografia linguística no Brasil	60
4. ANÁLISE DO DOCUMENTO – APROXIMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DAS OCORRÊNCIAS LINGUÍSTICAS DO DOCUMENTO COM O AUXÍLIO DA GRAMÁTICA DE EDUARDO CARLOS PEREIRA E CELSO CUNHA.....	66
4.1. A Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira	66
4.1.1. Breve análise de A Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira	70
4.1.2. Os pronomes e sua colocação para Eduardo Carlos Pereira	73
4.2. As gramáticas de Celso Cunha.....	83
4.2.1. Os pronomes e sua colocação para Celso Cunha	86
4.3. Análise dos pronomes extraídos do Almanack Corumbaense	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105

6. REFERÊNCIAS 104

ANEXOS..... 111

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral a aplicação da historiografia linguística na descrição das ocorrências da colocação pronominal (pronomes oblíquos átonos) em documentos históricos (*Almanack Corumbaense: 1898*) da região Centro-Oeste do Brasil.

Entre os objetivos específicos, o trabalho compreende o estado da língua, verificando a colocação pronominal. Assim, faremos uma descrição, orientada metodologicamente pela historiografia linguística, de sua ocorrência por meio de documentos do final do século XIX, na cidade de Corumbá, ainda cidade do estado de Mato Grosso. Desta forma, servimo-nos das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira (1916) e das gramáticas de Cunha & Cintra (1985).

Para desenvolver nosso trabalho é fundamental entender a pesquisa do historiador linguístico. Ela deve seguir alguns preceitos norteadores para o desenvolvimento de seus estudos e para tornar seu trabalho crível. Primeiramente, deve-se percorrer os três princípios da historiografia linguística: a) contextualização – é o momento histórico da construção das teorias, período em que as ideias, de modo geral interligam-se; b) imanência – segundo Koerner, é por este princípio que o historiador explicará os fatos linguísticos; c) adequação – segundo Almeida, este princípio busca estreitar a distância entre o passado e o presente, é por meio do confronto que se pode perceber as mudanças linguísticas.

Conforme a afirmação de Bastos & Palma (2004),

para fazer uma reflexão acerca do percurso histórico das gramáticas de Língua Portuguesa, numa perspectiva historiográfica, parece-nos relevante mencionar nosso interesse investigativo que se cingiu a um panorama românico do mundo, centralizado em um visão lusófona restrita a Portugal e ao Brasil, desde a colonização de nosso país até o século XIX.

Assim, será feito um breve resumo sobre a história de Mato Grosso do Sul para contextualizar nosso objeto de estudo.

Conforme veremos, no século XV, navegar era sinônimo de descobrir, significava também conquistar e poder. Nesta época, os países que possuíam maior destaque na navegação eram a Espanha e Portugal, sendo objetivo de ambos conquistar as Índias,

lugar de onde provinham mercadorias muito consumidas pelos europeus, como tecidos, joias e perfumes (GRESSLER, 2005).

Como os espanhóis e os portugueses percorreram caminhos diferentes, o primeiro rumou à direção oeste, imaginando ser este o melhor caminho até chegar à Índia. Na verdade, Colombo havia descoberto a América. Já os portugueses rumaram à direção leste e acertaram o caminho para a tão sonhada Índia. Esse achado entusiasmou ainda mais o rei de Portugal, que investiu em grandes frotas marítimas a fim de obter lucros com o comércio de especiarias. Foi assim que descobriram o Brasil em 22 de abril de 1500.

Diante de todos esses acontecimentos, e para evitar um conflito eminente, foi realizado entre Portugal e Espanha o Tratado de Tordesilhas, que demarcava os territórios desses dois países: as terras do lado oeste pertenciam à Espanha, e as do lado leste, a Portugal. Perante esse tratado, o atual estado de Mato Grosso do Sul pertencia à Espanha. Somente em 1750 o atual Mato Grosso do Sul passou a ser considerado legalmente português, quando foi estabelecido outro acordo entre os espanhóis e os portugueses, sendo assinado por ambos o Tratado de Madri, que demarcou as novas fronteiras entre as colônias pertencentes àqueles países (GRESSLER, 2005).

MATO GROSSO DO SUL no tempo		
Província do Paraguai	1617 a 1750	Colônia Espanhola
Capitania de Mato Grosso	1750 a 1822	Colônia Portuguesa
Província de Mato Grosso	1822 a 1889	Brasil Império
Estado de Mato Grosso	1889 a 1977	Brasil República
Estado de Mato Grosso do Sul	1977 até os dias de hoje	Brasil República

Fonte: História e Geografia do Mato Grosso do Sul, p. 02, 2005.

No século XIX, Corumbá era destaque no centro comercial de Mato Grosso, uma vez que contava com o privilégio da sua situação geográfica, além de possuir um porto fluvial de grande capacidade à época, sendo um importante *entrepoto* comercial. Somente no início do século XX, com a construção da ferrovia, Campo Grande se

tornou o principal centro econômico e político de Mato Grosso. Dessa forma, é possível a explicação do *corpus coletado* dos documentos históricos do *Almanack Corumbaense* no ano de 1898 e a *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1918).

Ainda em conformidade com Bastos & Palma (2004), depois de nos atentarmos aos três princípios, devemos prosseguir aos passos investigativos que são: seleção dos documentos gramaticais a serem estudados; ordenação dos documento (se houver mais de um), deve-se situar em ordem cronológica numa perspectiva historiográfica; reconstrução do conhecimento linguístico; e interpretação crítica a partir do princípio da contextualização, no caso, as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira e Celso Cunha.

O próximo passo a seguir é sobre as fontes primárias e secundárias. A primeira se refere aos documentos originais, no nosso caso, os documentos históricos do *Almanack Corumbaense (1898)* e a *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1918). A segunda refere-se às obras já estudadas sobre os escritos em nosso domínio.

O ponto seguinte a ser perseguido é sobre as dimensões cognitiva (interna) e social (externa). Assim nos aponta Almeida (2010),

cabe ao trabalho historiográfico nortear duas dimensões: a “dimensão interna”, ou melhor, a dimensão responsável pela cognição do desenvolvimento da disciplina; e a “dimensão externa”, direcionadora da dimensão social e individual (MENDES, *op. cit.*, p. 29).

Os pronomes analisados foram retirados do *Almanack Corumbaense* no ano de 1898, com base nas propostas teóricas da historiografia linguística proposta por Koerner (1996), que são: contextualização, imanência e adequação. Nossa análise usará como base a *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1918) e as gramáticas de Celso Cunha (publicadas nas décadas de 1970 e 1980).

O presente trabalho tem como base teórica a historiografia linguística, orientada pelo Prof. Dr. Miguel de Eugênio de Almeida, e o *corpus* de base foi retirado do *Almanack Corumbaense*. Tanto a presente dissertação quanto a de Fabiana Ferreira de Souza seguem a mesma estrutura, sendo orientada pelo mesmo professor. Por isso, é possível perceber semelhanças entre os textos, tanto na estrutura, quanto na base teórica e bibliográfica.

2. O DOCUMENTO HISTÓRICO NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DE MATO GROSSO E DO BRASIL

Estudar a história a partir de um estudo dos documentos produzidos por aqueles que vivenciaram certo fato é um caminho bastante importante para quem busca uma compreensão o mais próxima possível da nossa realidade atual.

Analisar a História de Mato Grosso a partir das fontes escritas não só pelos nossos contemporâneos, mas também pelos viajantes e expedicionários é um passo instigante e que leva a uma viagem por diversos episódios interessantes. Esta pesquisa, nesse primeiro momento, se propõe a apresentar os fatos históricos que permeiam Mato Grosso, desde o período colonial, passando pela fase imperial, pelo estudo dos indígenas da região, pela fase da escravidão, pela Guerra do Paraguai até chegar à divisão do estado.

Para embasar as abordagens, são utilizados trechos de documentos produzidos em cada época. Com isso, se busca intensificar a vontade de entender o clima de opinião da época e gerar no leitor o anseio de um aprofundamento nos dados apresentados nas linhas que se seguem.

2.1 O Período Colonial

No começo da colonização de nosso país, apenas as regiões litorâneas foram exploradas e povoadas. Para alguns estudiosos, como Paula (2012, p. 13), as primeiras incursões para o interior foram realizadas através das capitanias hereditárias, dentre elas, a de São Vicente, cujo território dela para fronteira oeste.

De fato, a implantação das capitanias hereditárias proporcionou um movimento de desbravamento em nosso país e, elas realmente foram grandes suportes para o povoamento de algumas regiões do Brasil. É importante, contudo, conhecer os episódios

que antecedem a fixação das capitâneas hereditárias e entender como foi se consolidando o processo de avanço à região centro-oeste.

Há pesquisadores, como Esselin (2000), que se dedicam a investigar o processo de colonização de Mato Grosso desde o início de sua ocupação. A obra *A Gênese de Corumbá – Confluências das Frentes Espanhola e Portuguesa em Mato Grosso – 1536-1778*, é uma das fontes que visa demonstrar que não somente os portugueses avançaram rumo ao centro-oeste do país e, mesmo que os registros façam menção com muito mais frequência ao desbravamento por parte deles, os espanhóis também contribuíram para o processo de ocupação em direção ao Mato Grosso.

Para Esselin (2000), ao fazer as considerações acerca dos motivos que o levaram a estudar com afinco a gênese da colonização na região de Mato Grosso, esclarece que:

A opção pelo tema se justifica pelo fato de que a historiografia de Mato Grosso tem-se ocupado, quase que exclusivamente, da colonização portuguesa, negligenciando a espanhola.

O desconhecimento de atas e demais documentos relativos aos núcleos de colonização espanhola contribuiu para que os historiadores mato-grossenses deixassem na penumbra essa obra de vulto que foi o povoamento e a ocupação de área na região da bacia platina (ESSELIN, 2000, p. 10).

Verifica-se que muitos dos documentos que abordam como se deu a fase de colonização por parte dos espanhóis no oeste brasileiro não foram objetos de estudo, portanto, é interessante abordar como se deu o movimento de expansão em direção ao Mato Grosso, com um olhar para os navegadores que vinham a mando da coroa espanhola.

Antes de adentrar as terras onde está localizado Corumbá, os espanhóis aportaram em outras regiões e realizaram várias expedições. Como exemplo disso pode-se citar o caso da expedição de Juan Diaz Solis (a mando do rei espanhol Fernando V), que culminou na morte de alguns dos tripulantes pelos índios charruas, bem como se desdobrou em um naufrágio das caravelas remanescentes, onde alguns tripulantes se salvaram, como, por exemplo, Aleixo Garcia.

As idas e vindas de navegadores espanhóis, por vezes, geraram a fixação de tripulantes em terras indígenas, como no caso dos sobreviventes do naufrágio acima

citado. É a partir desse convívio com os índios que os expedicionários ficam sabendo da “*existência de metais preciosos, principalmente a prata, situados a longa distância do litoral atlântico.*” (CORTESÃO *apud* ESSELIN, 2000, p. 22), o que aguçou o desejo pela conquista dessas riquezas e culminou na expedição de 1523:

A expedição de Aleixo Garcia atingiu o Paraná, atravessando o Iguaçu acima do Salto de Santa Maria, passou daquele rio ao Paraguai; que subiu; alcançada a atual região de Corumbá [Mato Grosso do Sul] atravessou o Alto Chaco e penetrando entre os rios Pilcomaio e Grande ou Guapai, alcançou a região de Potosi e Sucre, onde atacou algumas povoações incaianas, que saqueou e cujos despojos a expedição carregou na sua retirada para o Paraguai. Ai Aleixo Garcia enviou dois de seus companheiros para a base de Santa Catarina, com a notícia do êxito da empresa e algumas amostras da prata e do ouro apreendidos. Pouco depois era assassinado por motivos que se ignoram pelos índios (*Idem, ibidem*, p. 23).

Outras foram as expedições espanholas por nossas terras. A vontade de conquistar as riquezas e de se apropriar delas crescia e, junto a ela, aumentava também o contato de brancos estrangeiros com os nativos de nossas terras. Esse foi o momento em que acordos e desentendimentos entre brancos e índios se revezavam. Índios mansos contribuíam para a matança dos conquistadores, enquanto os hostis tentavam impedir a tomada das regiões objeto de conquista. Oscilando entre dificuldades e conquistas, o fato é que a gana dos navegadores estrangeiros em relação às riquezas era grande.

Percebendo o interesse espanhol no ouro da região interiorana, os portugueses mandam uma expedição sob o comando de Martin Afonso de Souza, que, antes de voltar a Lisboa funda São Vicente e Piratininga (*Idem, ibidem.*). Assim, a luta entre espanhóis e portugueses pelas terras toma corpo.

No início do século XVIII, a descoberta de minas de ouro de Cuiabá e Mato Grosso pelos bandeirantes paulistas levou à região muitos aventureiros e sertanistas interessados na riqueza do lugar. Eles iam acompanhados de seus escravos negros e índios e, ainda, levavam empregados brancos, sobretudo, ao longo dos rios Cuiabá e Coxipó, o que povoou a região, abriu arraiais e vilas, alcançaram as minas de Mato Grosso, mais tarde, Vila Bela da Santíssima Trindade, ampliando as fronteiras da coroa portuguesa até a divisa com o território espanhol, atualmente, a Bolívia e o Paraguai.

As Monções para Cuiabá partiam de Ararituaba, atual Porto Feliz, em São Paulo, às margens do rio Tietê, em busca dos índios para vendê-los como escravos, e mais tarde, do ouro. Entusiasmados com os relatos sobre ouro abundante, a maioria que chegava era de paulistas, mas muitos vieram de outras regiões, como Goiás e Minas Gerais e até da Bahia e do Ceará.

A viagem de Porto Feliz até Cuiabá era arriscada, feita pelo rio e por região de Varadouro, uma passagem por terra, para desviar das cachoeiras ou partes em que não havia rio, quando tinham que carregar os batelões, uma espécie de canoa feita de tronco de árvore, e os gêneros que traziam, enquanto as pessoas iam a pé. Obviamente havia muitas mortes por afogamento quando as canoas viravam, ou mesmo de fome ou doenças. Mas a coroa portuguesa tinha interesse em manter a região povoada, para posse do território, unindo os interesses dos paulistas atrás de riquezas e da coroa em aumentar suas terras.

Segundo Paula (2012, p. 14):

A criação do arraial de Cuiabá consta de ata assinada por Pascoal Moreira Cabral, em 1719, no local denominado São Gonçalo Velho, da qual foi eleito guarda-mor. Em 1721, já esgotado o ouro no córrego do Coxipó, os bandeirantes subiram o rio e encontraram ouro numa região na confluência do riacho Mutuca, onde fundaram o arraial da Forquilha. Um ano depois, índios escravos de Miguel Sutil encontraram ouro às margens do córrego da Prainha, passando a denominar o lugar de Lavras do Sutil (SILVA & FERREIRA, 1994, p. 22 *apud* PAULA, 2012, p. 14).

O arraial de Cuiabá cresceu e foi elevado a vila em “[...] 1º de janeiro de 1727, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.” (*Idem, ibidem*). Rodrigo César de Menezes, governador da capitania de São Paulo, a quem pertenciam as terras das minas de Cuiabá, após exterminar o poder representado pelos irmãos Leme, transferiu a sede da capitania de São Paulo para Cuiabá¹ e escolheu o ouvidor, ergueu o pelourinho, instituiu o senado da câmara e escolheu vereadores e juizes ordinários, firmando a vila, garantindo o aumento da renda da coroa, por meio dos impostos. Portugal estava em crise financeira e ordenavam das colônias toda a riqueza disponível.

¹ Importante informe visto ser de conhecimento de poucos que Cuiabá já era a capital de São Paulo.

O ouro era de aluvião e as minas se esgotaram rapidamente. A escolha foi migrar para Mato Grosso², região limite ao território espanhol, onde surgiu depois a Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capitania.

A capitania de Mato Grosso foi desmembrada da de São Paulo em 9 de maio de 1748, sendo o capitão-general Gomes Freire de Andrade designado como governador, cargo que exerceu por três anos.

De acordo com os estudiosos da história do Brasil, Silva & Ferreira (1994, p. 27), foram criados atos institucionais que

[...] visavam consolidar e legalizar a penetração, a conquista e o povoamento e conseqüentemente a posse da coroa lusitana de todo o extremo oeste do Brasil, muito além dos limites, então vigentes, impostos pelas cláusulas do ultrapassado Tratado de Tordesilhas.

O governador Gomes Freire, mediante sua diplomacia e do seu conhecimento de geopolítica, contribuiu para a assinatura do Tratado de Madri, que reconfigurou as terras de Portugal e Espanha, na América.

O capitão-general Antônio Rolim de Moura, o conde de Azambuja, governou Mato Grosso de 1751 a 1765. Fundou Vila Bela da Santíssima Trindade. “*Coube a ele a missão de instalar a sede do governo, ou seja, a capital, em ponto estratégico junto ao distrito de Mato Grosso, assim como organizar a defesa militar dessa conflitante região*”. (SIQUEIRA et alii, 1990, p. 20).

Antônio Rolim de Moura venceu os espanhóis à margem direita do Guaporé e criou o forte de Nossa Senhora da Conceição, vigiou as fronteiras, por meio do comando político e militar, consolidou o Tratado de Madri. “*Mato Grosso tornou-se efetivamente português, de direito e de fato*” (Idem, *ibidem*, p. 29).

Por 3 anos, João Pedro da Câmara substituiu D. Rolim de Moura até que Luis Pinto de Sousa Coutinho, 3º capitão-general, toma posse em 3 de janeiro de 1769.

Em 12 de dezembro de 1772, Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o 4º capitão-general tomou posse e fundou o forte Coimbra e começando a construção do forte do Príncipe da Beira, as margens do rio Guaporé. Além disso, foi responsável pela

² Cuiabá e Mato Grosso eram capitanias diferentes.

fundação da povoação de Albuquerque, atual Corumbá, em Mato Grosso do Sul, os registros de Jauru e Insua, Vila Maria (atualmente, Cáceres), a povoação de São Pedro de El Rei, atual Poconé, e a povoação de Casalvasco. Produziu documentos referentes às fronteiras do Brasil que estão hoje na “Casa de Insua”, local de sua residência em Portugal (*Idem, ibidem*, p. 15).

Outros capitães-generais se seguiram a Luís de Albuquerque. O seu irmão João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, falecido em 1789, em Vila Bela, vítima de malária, 3 anos depois da posse. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, empossado em 1796, substituiu a Junta Governativa que administrou a capitania enquanto aguardava a nomeação de Manoel Carlos de Abreu e Meneses, que administrou a província de 1804 a 1805, falecido em 8 de novembro de 1805, vítima de malária.

Nova junta governativa foi montada até a chegada de João Carlos Augusto D’Oeynhausen Gravenburg, o 8º capitão-general, passando parte de sua administração em Cuiabá, por medo das doenças que vitimaram os antecessores em Vila Bela. Ele abrigou a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e o Real Hospital Militar, fundou a Escola de Marinheiros e Construção Naval e amparou a “Companhia de Mineração de Cuiabá”. Em seu governo, Cuiabá foi elevada à categoria de cidade.

Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho foi o último capitão-general do período colonial e tomou posse em 1819, deposto pelos cuiabanos, em 1821. Com sua destituição, houve contendas entre Cuiabá e Vila Belas para ser a capital. Foram duas juntas governativas eleitas em Cuiabá e duas em Vila Bela, constituídas por clérigos, políticos importantes e pessoas de comando.

A instabilidade política e administrativa da capitania de Mato Grosso foi causada pelas constantes lutas entre Cuiabá e Vila Bela. Até que em 5 de janeiro de 1823, chegou a Cuiabá a notícia da proclamação de Independência do Brasil.

Esse foi o arcabouço histórico de Mato Grosso no período colonial. Vale agora destacar alguns dos importantes documentos históricos sobre a região, produzidos sobre esse período, como por exemplo, o *Diário de Reconhecimento do rio Paraguai*, de Ricardo Franco.

Este estabelecimento tem a figura de um grande pátio rectangular, é fechado com casas em roda e um portão na frente, constando de 75 passos de comprimento e 50 de largura,

sendo a sua população de 200 pessoas que aqui plantam milho e feijão, que é muito superabundante ao annual consumo; também há muito algodão, que aqui mesmo fiado e tecido pode ir para Cuiabá a troca das cousas mais necessárias aos moradores; a pesca e a caça abundantíssimas, e ainda que esta habitação esteja cercada pelos gentios Payaguá e Aicuruz ou Cavalheiro, contudo pela aspereza do terreno e sua situação que franquea todos estes vários territórios pelo meio do rio Paraguay, não tem sido até o presente insultada pelo gentio (ALMEIDA *apud* ESSELIN, 2000, p. 146).

No diário, o autor descreve suas impressões, ao aportar a região de Corumbá. Ele relata acerca da população, costumes, formas de mantimento; enfim, faz um retrato do que seus olhos presenciaram no local, daí a designação de “diário”.

Ainda no período colonial foram produzidos documentos como recenseamento (o primeiro de Corumbá foi feito em 1791), a carta de Tomaz da Costa Correa Rabelo e Silva à coroa e os comentários do astrônomo Lacerda e Almeida (um dos componentes da comissão de limites para o tratado de Madri) (SOUZA, 2008, p. 29).

Conforme Esselin (2000, p. 146-147), o recenseamento feito em Corumbá em 1791 apontou a existência de uma guarnição de 42 homens, 40 famílias, sendo que dessas, 16 eram de militares e somente essas famílias possuíam escravos (total de 13 escravos na povoação).

As impressões de Tomaz da Costa Correa Rabelo e Silva sobre a região de Corumbá foram destacadas em um documento produzido após quinze anos da sua fundação:

Na margem occidental do Paraguai a dez, ou doze dias de viagem Ryo abaixo, partindo de Cuyaba, temos a Povoação de Albuquerque. Esta Povoação que sem dúvida seria muito útil olhada com o ponto de vista de ser o depozito dos Socorros, e munições de Guerra, e boca, para se conservar a pequena porção de terra que possuímos na Margem Occidental, he com efeitos hum desgraçado degredo de gente infeliz, e incapaz de tudo quanto he bom, não só pela sua qualidade, pois que só se encontrarão nella Velhos, Crianças e Mulheres, como pelo pequeno número de todos eles, e entregues à mais perfeita vadiação vivendo em mizeria (...) (ESSELIN, 2000, p. 147-148).

Tomaz, ao se pronunciar acerca da povoação, trata-a como um importante celeiro para depositar munições de guerra, já que estava vivendo esse contexto de batalhas. Salienta ainda em seu escrito as impressões sobre a população que lá habitava, revelando que o povoado estava vivendo em miséria.

Em linhas gerais, esses foram os fatos ocorridos e documentos produzidos na fase colonial da região de Mato Grosso.

2.2 O Período Imperial

A Corte sabia dos problemas da capitania e, para resolver os problemas administrativos, o Governo Imperial nomeou um governo provisório, com sede em Vila Bela, tendo como presidente, o cônego Manoel Alves da Cunha, com dois membros da junta governativa de Cuiabá, dois de Vila Bela e dois novos membros nomeados. Mas, os problemas só seriam resolvidos a partir da criação dos governos provinciais e a nomeação do primeiro presidente da província de Mato Grosso, José Saturnino da Costa Pereira, em 10 de setembro de 1825 (PAULA, 2012, p. 16).

Diversos governantes foram nomeados, dentre eles, Antônio Corrêa da Costa e Poupino Caldas, sem conseguirem fazer alguma coisa de vulto para província.

Surgiu um movimento liderado por Antônio Luís da Silva Manso, de cunho nativista, durante a administração de Poupino, a Rusga.³

Cuiabá passa a ser capital da província por ato da Assembleia Legislativa Provincial, sob a presidência de Antônio Pedro de Alencastro, em 1835.

Depois de Antônio Pedro de Alencastro, assumiu o governo, em 1836, José Antônio Pimenta Bueno, jurista e autor de vários livros de direito, responsável pela aquisição da primeira tipografia de Mato Grosso. Até então, as impressões de Mato Grosso eram feitas em Goiás. (SILVA & FERREIRA, 1994, p. 36).

³ Em 30 de maio de 1834, a população, junto com a Guarda Nacional, saiu às ruas, destruindo estabelecimentos comerciais e matando os cidadãos portugueses que moravam na cidade. Silva & Ferreira (1994, p. 35)

É no Segundo Reinado que outro fato histórico importante a se destaca. É o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em 1856, por Brasil e Paraguai. Com esse feito, “[...] o Império conseguiu liberar a navegação do rio Paraguai, permitindo à cidade portuária de Corumbá desenvolver-se e manter com regularidade contatos comerciais com navios brasileiros e também com aqueles de bandeira de outros países, [...]”. (ESSELIN, 2000, p. 150-151).

Diante desse tratado, houve a aceleração no processo de desenvolvimento da economia de Corumbá, o que concorreu para torná-la um importante ponto de comércio Mato Grosso.

Foi na fase imperial que houve o despertar da vida social e intelectual de Corumbá. Nesse momento, houve a criação de centros culturais e o desenvolvimento da imprensa (SOUZA, 2008). As publicações locais são importantes documentos históricos que revelam as características daquela época. Abaixo segue a lista com alguns dos periódicos:

Em 1879 nascia *O Iniciador*, fundado pela firma Serra e Guimarães e que sobreviveria até 1884. A 25 de julho de 1880 chegava a vez do *O Corumbaense*, de publicação bissemanal, sob a direção de Generoso Nunes Nogueira e André Troiano Rocha Passos. De 1884 a 1888 funcionou a *Gazeta Liberal*, órgão do Partido Liberal, dirigida pelo advogado João Antônio Rodrigues. De 1888 a 1896 o *O Oasis*. A 22 de janeiro de 1891 despontava *O Lidador*, folha de matiz político e de curta duração, órgão do Partido Republicano (SOUZA, 2008, p. 74-75).

Além desses jornais, podem ser citados outros documentos que foram produzidos à época do Brasil Imperial e que se prestam a tratar da região de Mato Grosso. Exemplo disso é a obra *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso*, de Felipe José Nogueira Coelho, que foi publicada no *Jornal do Instituto Geográfico Brasileiro*, em 1850.

Em 21 de setembro (1778) se deu princípio a povoação que se denominou Albuquerque, na margem do Paraguai em um terreno de uma légua, conforme as indagações já mencionadas no ano de 1776, a que havia procedido o capitão-mor daquelas conquistas João Leme do Prado, que ali

ficou com alguns colonos, que desceram da vila de Cuiabá (SOUZA, 2008, p. 29-30).

Conforme Souza (2008), Felipe José Nogueira Coelho foi o primeiro cronista de Vila Bela, e em 17 de fevereiro de 1776 tomou posse como Procurador da Fazenda Real. Francis Castelnau também se ocupou de escrever um relato sobre Mato Grosso, em decorrência de uma visita sua à região de Corumbá, na fase imperial. Abaixo segue a transcrição de um trecho de seu documento:

No dia 7 (fevereiro de 1845), ao clarear o sol, chegamos ao vilarejo de Corumbá, mais conhecido na zona pelo nome de Povoação. A população orça por uns cem habitantes e é formada por uma mescla de brancos, descendentes de indivíduos deportados para esse lugar, que foi outrora um presídio. Havia em Corumbá setenta pessoas adultas, cinquenta das quais eram mulheres, o que significa que a relação entre estas e os indivíduos do sexo masculino é de dois e meio por um (SOUZA, 2008, p. 31).

Com seu relato, Castelnau deu uma ideia da miscigenação do povo que habitava na região de Corumbá no século XIX. Pela sua narrativa, fica explícito ainda que, na ocasião de sua viagem, a região contava com muito mais mulheres que homens.

Outros documentos nos dão uma noção de como era a região de Mato Grosso no período imperial, como por exemplo, o escrito de Augusto Leverger, denominado Roteiro da Navegação do Rio Paraguai. Esse escrito é fruto de sua visita ao local, que se deu em 1847.

Na latitude de 19° está a povoação de Albuquerque, que alguns denominavam Corumbá. A sua posição é tão vantajosa quanto aprazível; o clima é sadio; o solo fértil, tem bons matos e proporções para a criação de gado; a pesca e a caça são abundantes. O terreno é calcário e é aqui que se fabrica a cal para as construções da Capital.

Nessa parte do documento (acima citada), Leverger se preocupou em apresentar a localização da povoação descrita (Albuquerque), bem como dizer quão aprazível era o clima, o solo e as criações de gado. Contudo, na continuidade de sua exposição, ele salienta que a localidade passava por dificuldades na sua subsistência, conforme citação abaixo:

Não obstante a isso a povoação, em vez de prosperar, vai definhando. Estão caindo em ruínas os dois melhores edifícios, que são uma capelinha e um pequeno quartel militar; a população, que pouco passa de 100 almas, vive miseravelmente e mal produz o indispensável para a sua subsistência (SOUZA, 2008, p. 31).

A descrição supracitada revela que em 1847, ao visitar a povoação de Albuquerque, Leverger se deparou com uma situação de grande necessidade por parte daquele povo. Além de problemas de estrutura (já que relata que os edifícios estavam ruindo), as pessoas que lá habitavam tinham dificuldades quanto à produção necessária para sua manutenção.

Esses são alguns dos documentos escritos sobre Mato Grosso na fase imperial que se prestam a esclarecer as particularidades dessa região. Com a declaração de maioria de D. Pedro II, encerra-se o período regencial. Começa, então, o 2º Reinado, em 23 de julho de 1840, que vai até a Proclamação da República, em 1889.

2.3 Documentos Históricos sobre Mato Grosso no contexto da Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai é um capítulo importante da História da América do Sul e deixou marcas profundas na região de Mato Grosso. O conflito que envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai data da década de 1860, ou seja, no período do Brasil Imperial e fase em que o transporte marítimo e fluvial predominava. É nesse período que a Bacia Platina é uma importante rota de comércio.

Para Sales (2012), os primeiros escritos que versam sobre esse combate são permeados pela ideia dos combatentes, que tinham o governante paraguaio, como o

causador absoluto do conflito. Assim, Solano Lopez seria o grande causador da guerra e o responsável por sua longa duração. Esses documentos são os chamados *Diários de Guerra*.

Alguns documentos podem ser citados: *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, do General Dionísio Cerqueira; *Guerra do Paraguai*, de Antonio de Sena Madureira e *História da Guerra do Paraguai*, do General Max von Versen. Os dois primeiros documentos revelam uma visão de Solano Lopez como extremamente ambicioso. Já o documento advindo de Versen tem uma visão menos favorável do Brasil.

É a partir do final do século XIX que começam a ser contestadas as versões que trazem Solano Lopez como causador único da guerra. Essa corrente exalta o governante paraguaio como defensor da nação e traz o Paraguai como a grande vítima nesse conflito. Destacam-se as obras: *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense* (do original “La Guerra del Paraguai: Gran Negocio!”), e *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*, de León Pomer, historiador argentino e, *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*, do jornalista Júlio José Chiavenatto (SALES, 2012).

Há ainda a corrente neorrevisionista da década de 1990. Para os adeptos dessa linha, o Paraguai não era uma potência econômica naquela época e a grande motivação desse combate foi a disputa por territórios. Para eles, o interesse na Bacia do Prata também favoreceu o crescimento do clima de hostilidade de ambos lados (SALES, 2012).

Os maiores representantes da corrente acima citada são Alfredo da Mota Menezes e Ricardo Salles. O primeiro é responsável pela obra *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*, enquanto o segundo escreveu o livro *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*.

Com relação à guerra no contexto de Mato Grosso, que é o foco central desse trabalho, Souza (2008, p. 55) diz que “Rebentou em fins de 1864 a Guerra do Paraguai. A 27 de dezembro, à noite, era evacuado o Forte de Coimbra, não pressentido o abandono pelo inimigo, e por ele ocupado na manhã seguinte. A defecção da cidade abria caminho para o ataque à vila”.

Tendo atacado o Forte de Coimbra, o que se verificou foi um avanço rápido das tropas inimigas na região. “[...] as forças do coronel Vicente Barrios tomaram sem resistência, (...) a vila de Corumbá e prosseguiram rumo a próximos objetivos. Já o barão de Vila Maria partira, (...) para a Corte, a fim de transmitir ao Imperador a notícia da invasão.” (SOUZA, 2008).

No contexto da ocupação de Corumbá pelas tropas invasoras, foram feitos importantes relatos por Other de Mendonça (relato 1), Antônio Correa da Costa (relato 2) e George Thompson (relato 3), todos citados por Souza (2008, p. 59):

Relato 1. A coluna paraguaia, ao mando do coronel Vicente Barrios, cunhado do marechal Solano López, a 3 de janeiro de 1865, efetua desembarque e ocupação da vila de Corumbá, abandonada desde o dia anterior.

Relato 2. As casas foram inteiramente saqueadas, (...), sendo conduzido o que nelas encontravam para o acampamento, onde em presença do comandante se repartiu o roubo, reservando-se o que havia de mais delicado e precioso para López.

Relato 3. As mulheres foram muito maltratadas sendo Barrios o primeiro a dar o exemplo. Um brasileiro importante foi conduzido com a sua filha a bordo do navio em que estava Barrios e recusando o pai a entrega-la, foi violentamente arrastado à terra e ameaçado de ser fuzilado, ficando a filha em poder do general.

Desse modo, a citação acima usa estes relatos de três nomes que vivenciaram a Guerra do Paraguai no contexto de Mato Grosso. Esses relatos são importantes documentos para a descrição dos ataques nessa região. Informa sobre a chegada do inimigo à localidade de Corumbá, explana como se deram os saques e cita quão violento era a abordagem dos invasores. Esses relatos dão rosto a cada vítima da guerra. Mostram que atrás dos números, havia uma vida, uma história, uma pessoa.

Com relação às diferentes correntes que buscam explicar o conflito, verifica-se que os documentos produzidos sobre a Guerra do Paraguai, apesar de servirem de fonte de entendimento desse conflito, muitas vezes se contradizem justamente em razão de haver várias correntes acerca do tema. Daí a importância em se analisar os diversos relatos, diários e escritos, com imparcialidade e entendendo o clima de opinião da época em que foram escritos.

2.4 Corumbá no contexto histórico do Estado

Até o momento, foi apresentada a história de Mato Grosso, enfatizando os feitos ocorridos no contexto da colonização; fase do encontro entre os índios com os conquistadores da região; escravidão na região de Mato Grosso; a Guerra do Paraguai e a divisão do Estado. Fazendo um retrospecto do que foi apresentado até o momento, verifica-se que muitos dos fatos históricos se deram na região onde hoje se localiza Corumbá. Analisando-se os excertos de documentos que foram trazidos nesse artigo, nota-se que muitos deles se referem a fatos tidos nessa localidade.

Diante dessa observação, pode-se extrair a importância de Corumbá no transcurso da história de Mato Grosso. Ocorre que, com a divisão do Estado, Corumbá passa a pertencer a Mato Grosso do Sul. Sendo assim, é importante trazer alguns aspectos da relevância de Corumbá para esse Estado também, já que a história prossegue seu curso, não se limitando ao que ocorreu no passado.

Inicialmente, é interessante conhecer a origem do nome da cidade, que vem da família tupi-guarani *Curupah*, que significa “lugar distante”. A cidade conta ainda com uma alcunha, Cidade Branca, já que a cor do seu solo é clara, devido ao calcário.

Conforme o *Almanack Corumbaense (1898)*:

Corumbá, principal cidade de Matto-Grosso, teve inicio a 21 de Setembro de 1776, sob o nome de Albuquerque Velho, por ordem do então governador, Capitão General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. (...)

Nos tempos coloniaes, Corumbá era uma simples fazenda do governo, character que conservou até o anno de 1810.

Por imperial decreto datado de 11 de Abril de 1853, mandou-se declarar o seu porto habilitado para o Commercio e bem assim lhe foi mandado crear uma meza de rendas.

A lei de 6 de Julho de 1862 confere-lhe o character de Villa, mas sobrevindo a invasão paraguayua a 2 de Janeiro de 1865, não foi possível por-se a essa lei a devida execução.

Em poder dos paraguayos conservou-se desde esta ultima data até o memorabilissimo 13 de Julho de 1867, dia em que as valorosas armas do Exercito nacional, um troço de militares e patriotas chefiados pelo muito prateado mato-grossense Marechal Antonio Maria Coêlho (então capitão) a retomaram solemne e valorosamente para a communhão brasileira. (...)

Por lei de 21 de Maio de 1873 foi creada comarca e ascendeu á cahegoria de cidade em 15 de Novembro de 1878.

(p. IX)

Algo de seu transcurso histórico já foi mencionado anteriormente, ao tratar de Mato Grosso, mas vale ratificar alguns pontos que revelam a importância dessa cidade, bem como trazer alguns pontos ainda não mencionados.

Desde sua tenra idade, quando ainda não tinha o nome Corumbá, e ainda sob o domínio de Mato Grosso, a cidade já revelava seu potencial comercial. Sobre a questão, confira:

[...] o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque – primeira denominação do vilarejo – transformou-se no principal entreposto comercial da região. Quando a passagem de barcos brasileiros e paraguaios pelo Rio Paraguai foi liberada, e devido à importância comercial que passou a ter, a localidade foi elevada a distrito em 1838 e, em 1850, a município.⁴

Como se observa, sua vitalidade comercial é histórica e se deu justamente em decorrência de sua localização ser bem estratégica: local de passagem de barcos brasileiros e paraguaios. Este potencial de intersecção de navios, de escoamento de produtos, ou seja, de facilitador do comércio fluvial, deixaria em Corumbá uma marca histórica, que é a de ser uma referência na economia do Estado ao qual pertence.

Sob a denominação de Freguesia de Santa Cruz (esse foi seu nome com a emancipação), foi ocupada e destruída pela tropa de Solano Lopez em 1865, iniciando sua reconstrução a partir de 1870, quando retomada pelo tenente-coronel Antonio Maria Coelho, conforme citação acima. Foi nessa fase que começaram a chegar os imigrantes europeus e de países sul-americanos, fator esse que foi determinante para a alavancada da região, outrora destruída pela guerra.

Em pleno século XIX o *Almanack Corumbaense* apresenta a seguinte afirmação sobre a cidade: “Corumbá é, pois, a cidade mais comercial e movimentosa do Estado, si bem que não seja a mais povoada.” (p. XIII)

Ainda sob o braço de Mato Grosso, a região de Corumbá se destaca como um dos poucos acessos fluviais, já que até 1950 os “[...] rios Paraguai, Paraná e Prata eram os únicos meios de integração da região. Por isso, a cidade vivia sob a influência dos

⁴ Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/> Acesso em 15 de janeiro de 2013.

países da Bacia do Prata, dos quais herdou grande parte dos seus costumes, hábitos e linguagem. Isso ocorreu naturalmente devido à sua localização fronteiriça e ao isolamento físico que sofria na época.” (Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/>).

Abaixo, consta ainda um apanhado da história de Corumbá ainda sob a égide de Mato Grosso.

A cidade iniciou atividades industriais na década de 1940, com a exploração das reservas de calcário – excelente para a indústria do cimento – e de outros minérios. No fim dos anos 1970, o turismo passou a ser explorado, revelando nova infraestrutura e viabilizando a restauração das construções históricas. Com o Pantanal ocupando 60% de seu território, Corumbá passou a ser chamada de Capital do Pantanal, constituindo-se o principal portal para o santuário ecológico.⁵

Antes da divisão do estado, Corumbá inicia a exploração da indústria, seguida da exploração do turismo, ou seja, ainda sob a pertença de Mato Grosso, Corumbá, já despontava como um importante celeiro para a região. Com a divisão do estado, a cidade que passa a pertencer a Mato Grosso do Sul não perde seu potencial. A região que é um importante polo de turismo para seu Estado, já que é a porta de entrada para o Pantanal. A diversidade de sua fauna e flora encanta turistas de todas as partes do mundo, fomentando o turismo e, em consequência, contribuindo para o desenvolvimento local.

Quanto ao potencial turístico de Corumbá, podem-se destacar os seguintes pontos: Casario do Porto, Cristo Rei do Corumbá, Artizu, Escadinha da Qizze, Forte Junqueira, Igreja Nossa Senhora da Candelária, Instituto Luiz de Albuquerque, Ladeira Cunha e Cruz, Praça da Independência, Santuário Nossa Senhora Auxiliadora, Casa do Artesão, Casa do Massa Barro, Museu da História do Pantanal, Forte Coimbra e Capela Nossa Senhora do Carmo.

⁵ Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/> Acesso em 15 de janeiro de 2013.

Corumbá também é um expoente no quesito economia, sendo que se destaca sobremaneira não somente no plano estadual, mas também nacionalmente, conforme os dados abaixo apontados:

Em 2008, alcançou a condição de principal exportador de Mato Grosso do Sul e foi considerada a cidade mais dinâmica do Estado e a 86ª dentre as 300 mais dinâmicas de todo o País, conforme o Atlas do Mercado Brasileiro 2008, da Gazeta Mercantil. Conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Corumbá possui um Produto Interno Bruto de mais de R\$ 2 bilhões, o terceiro maior do Estado e entre os 200 primeiros colocados em âmbito nacional.⁶

Pela citação acima se verifica que a cidade é um grande propulsor da economia, já que seu produto interno bruto está entre os maiores de Mato Grosso do Sul, e no rol dos 200 primeiros no Brasil. A isso tudo, alia-se o fato de ser um grande exportador, bem como ser considerada uma das cidades mais dinâmicas do estado.

Do exposto, nota-se que Corumbá é parte ativa na história, tanto de Mato Grosso, quando ainda não houvera a divisão do estado, quanto na de Mato Grosso do Sul. A cidade foi palco de importantes momentos históricos, muitos apresentados em forma de citação de trechos de cartas de expedicionários, viajantes, missionários, enfim, pessoas que se dedicaram a contar as experiências vividas e/ou conhecidas.

No decorrer da história de Mato Grosso, Corumbá tem seu lugar de importância, como por exemplo, através do Forte de Coimbra, que atualmente é um ponto turístico da cidade. Para Mato Grosso do Sul, a cidade se revela importante em razão de seu potencial econômico e turístico, mormente a biodiversidade da região, que está no Pantanal, o que alavanca os índices da economia do Estado.

⁶ Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/> Acesso em 15 de janeiro de 2013.

3. HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E HISTORIOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A historiografia linguística (HL) é uma subárea de letras e linguística. Conforme Nascimento (2005), tal disciplina tem por escopo lidar com “[...] questões da periodização, de contextualização e com temas relativos à prática linguística efetiva, com o intuito de identificar diferentes fases de desenvolvimento da língua ou de períodos mais longos”.

Entre os teóricos mais expressivos, destacam-se Konrad Koerner (*Questões que persistem em historiografia*), que apresenta os princípios da historiografia; Pierre Swiggers (*Methodologie de L’Historiographie da Linguistique* e *Qu’est ce qu’une theorie (en) Linguistique*) apresenta questões metodológicas e teóricas que levam a historiografia linguística ao *status* de disciplina científica, além de questões ligadas ao método e ao estudo científico dela (ALMEIDA, 2010, p. 54). Segundo Swiggers (2012, p. 2), “a historiografia linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e explicação em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares”.

O termo historiografia linguística traz consigo a noção de entrelaçamento entre elementos históricos e linguísticos a fim de alcançar o objetivo da disciplina. Esse, de fato, é um ponto inquestionável quando se trata de historiografia linguística, ou seja, há que se trabalhem essas duas áreas de conhecimento de forma harmônica. Assim, o historiógrafo são peças fundamentais para uma pesquisa de qualidade.

Há, no caso, duas posturas do fazer história, Godoy (2009, p.79) pondera que “(...) enquanto a História estudava a narrativa dos acontecimentos históricos, a historiografia começou a estudar e registrar esses acontecimentos para reconstruir o passado por meio da interpretação dos fatos à luz do espírito da época.”

Apesar de utilizar elementos de historiografia geral, a historiografia linguística não se confunde. Aliás, delimitar o campo de atuação de cada profissional envolvido em uma pesquisa nesse viés é muito importante para um trabalho de qualidade.

Essa nova acepção exige muito cuidado por parte do historiógrafo uma vez que a forma de observar a história será totalmente diferente daquela do historiador, pois o

historiógrafo necessitará resgatar o passado linguístico porque esse resgate será importante para o momento em que a historiografia linguística se estabelecerá como disciplina. Para isso, o historiógrafo precisará perpassar por outras ciências, tais como, a Psicologia, a Sociologia e a Ciência Política. Portanto, o historiógrafo deve ter um conhecimento interdisciplinar para poder investigar os vários comportamentos do momento de sua pesquisa (GODOY, 2009, p. 183).

O alerta trazido por Godoy, acerca da necessidade de se estabelecer a fronteira de atuação de cada profissional, não é um indicador de reprovação do trabalho interdisciplinar, mas tão somente um marcador de espaço de atuação, pois como bem diz Nascimento (2005):

(...) não há nada de errado no comportamento interdisciplinar, muito pelo contrário: as contribuições do linguista para o historiador, e vice versa, têm sido fundamentais, na medida em que, delimitadas as fronteiras de ambas as especificidades, os pesquisadores possam interpretar representações inscritas no documento escrito, decorrentes de atitudes de diálogo e de troca de resultados de pesquisas.

Muito se falou acerca do duo história-historiografia, todavia, a historiografia linguística abrange muitas outras disciplinas. Nesse sentido podemos pensá-la como uma disciplina que está na intersecção da linguística, da história, da filosofia e da sociologia. Reforça-se, portanto, seu caráter multidisciplinar.

De acordo com Swiggers (2012, p.1), a historiografia linguística tem passado por um crescimento fabuloso, principalmente na Europa e na América nos últimos 20 anos. Destacam-se os periódicos de qualidade na área, há o número cada vez maior de profissionais e pelas sociedades nacionais e internacionais dedicadas à historiografia linguística.

No Brasil, destaca-se Cristina Altman (*A pesquisa linguística no Brasil – 1968-1988*), que apresenta os momentos da investigação da pesquisa historiográfica (ALMEIDA, 2010, p. 55). O Prof.Dr. Marcelo Luna de Freitas, na UNIVALI é outro expoente na matéria em questão (GODOY, 2009, p. 183).

A historiografia linguística descreve e explica como se produziu e se desenvolveu o conhecimento através do tempo em determinado contexto. Só é possível fazer tal trabalho a partir da “dimensão interna” e da “dimensão externa”, respectivamente, o aspecto cognitivo e o social e individual.

Sendo assim, a historiografia linguística somente adquire sentido se estiver relacionada com outras áreas do saber. Ela lança um novo olhar para os acontecimentos históricos, tendo como base os documentos que evidenciam a evolução da língua no decorrer do tempo, ou em um dado recorte histórico.

Visitar o passado é obrigatório, e possibilita investigar o quadro linguístico daquele momento e o contexto que envolveu a produção do documento. Assim, a pesquisa historiográfica é essencial para compreender o quadro histórico de determinada época, como também atribuir reflexões que possam definir os passos que a Historiador da língua deve seguir (BASTOS & PALMA, 2004).

A historiografia linguística busca a análise sistematizada da língua em épocas anteriores, com destaque para a escrita. A estrutura gramatical é conservada por mais tempo na escrita, enquanto o texto oral é mais suscetível a mudanças mais rápidas no tempo.

3.1. Conciso histórico da historiografia linguística

A historiografia linguística está estritamente ligada à história, e passou a ganhar forças quando a ciência histórica sofreu momentos de ruptura, deixando de ser vista como mero relato de acontecimentos (BASTOS & PALMA, 2004).

A história tradicional, que estudava os grandes acontecimentos, era um sistema linear, mas com o nascimento da nova história, ela se fragmentou, e passou a ser denominada micro-história (LEVI, 1992). Até o século XVIII, a história como ciência era centralizada apenas nos acontecimentos políticos, até a quebra do paradigma na França, estendendo de forma interdisciplinar seu estudo, ligando a outras disciplinas.

A “*Escola dos Annales*”, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, contribuiu com novos paradigmas, com novos rumos para a história e novas possibilidades de

estudos em outras áreas. Neste contexto, a historiografia linguística ganha espaço e sua metodologia é legitimada por Konrad Koerner.

Ao abordar o papel de Bloch e Febvre enquanto fundadores da referida escola, Godoy (2009, p.178) salienta o ideal de *Annales*, que era a defesa de uma história com laços mais estreitos com o povo, ou seja, onde o foco não se restringia na contemplação dos grandes heróis e seus feitos:

Eles, ao fundarem a Escola dos Annales, tiveram a preocupação de mudar o foco da história que só admirava os grandes heróis e os seus grandes feitos. A partir dessa nova concepção, temos um novo paradigma na Historiografia. Os autores Marc Bloch e Lucien Febvre defenderam uma história que se aproximasse do povo.

A *Escola de Annales* veio contrapor o pensamento positivista que encarava o documento oficial escrito como reflexo único da realidade. Nessa fase, outras formas de registro eram tidas como marginais, conforme acentua Nascimento (2005):

Enquanto registro das atividades do homem, o positivismo do fim do século XIX esclarecia que o documento escrito, de modo particular, o oficial, assumia um peso de prova histórica. Essa objetividade era garantida pela posição que aquela corrente externava, ao postular fidelidade do texto aos fatos da realidade. Por isso, desprezava-se qualquer possibilidade de influências implícitas na ação do produtor do documento, fato que fez com que se entendesse o documento escrito como reflexo fiel da realidade. Em decorrência disso, apregoava-se que o melhor historiador era aquele que fosse capaz de registrar com maior fidelidade o acontecimento. As outras formas de registro, em que se mantinha maior subjetividade, eram tratadas como marginais.

Com a inauguração da *Escola de Annales*, a concepção anteriormente deflagrada pelo positivismo é substituída pela noção de que o documento não necessariamente reflete com fidelidade a realidade, sofrendo as intervenções das ações humanas que o circundam. Sobre a questão, segue a citação abaixo:

Mais tarde, a Escola dos Annales altera essa concepção positivista de História, no mesmo instante em que postula que o histórico se faz a partir das ações humanas e integra o documento. Por conta disso, a Escola esclarece que o documento não fala por si próprio, mas necessita de questionamentos para ser compreendido. Assim, o ponto de partida para a pesquisa histórica passa do documento para o problema (NASCIMENTO, 2005).

Com relação aos estudiosos que marcaram presença na escola em apreço, Godoy (2009, p.180) faz menção a nomes distribuindo-os em três gerações. A primeira geração de pesquisadores de historiografia linguística em *Annales* é formada pelos próprios fundadores, cumprindo a estes a seguinte tarefa de defender “[...] que a história deveria ser estudada por meio de fatos sociais e não particulares e pesquisaram principalmente a Geografia, a Economia e a História.”

Já Fernand Braudel e Ernest Labrousse, são os representantes da segunda geração e suas ideias se consubstanciavam na “[...] história dos acontecimentos, as conjunturas e a história de longa duração.” (GODOY, 2009, p.181) enquanto Le Goff, Leroy e Chartier representam a terceira geração e “defendiam em seus estudos, nas mentalidades dos povos e analisavam qualquer documento, fossem eles arqueológicos, orais, religiosos e outros.” (GODOY, 2009, p.182).

Ante as mudanças trazidas pela *Escola de Annales*, o fazer historiográfico passou a fazer parte deste movimento. Os fatos históricos passaram a ser analisados linguisticamente, o passado passou a ser reconstruído através de ângulos diferentes, inéditos até então. Os documentos escritos passaram a ser registrados e analisados dentro da pluralidade de disciplinas que abarcam, inclusive, a historiografia linguística.

Além da *Escola de Annales*, outra foi a corrente que fomentou os estudos de historiografia linguística, a anglo-saxônica. É nesse contexto que se encontram os representantes anteriormente citados como os principais na seara de HL: Koerner e Swiggers. Para Godoy (2009, p.182) “Esses autores tiveram a preocupação de estruturar uma metodologia para a pesquisa historiográfica linguística.”

A seguir será apresentada contribuição de Koerner para a historiografia linguística.

3.2. Princípios metodológicos – Konrad Koener

Os métodos que legitimaram a historiografia linguística como corrente linguística foram: contextualização, imanência e adequação.

Os anos de 1980 são marcados pelas discussões em torno da metodologia na busca de princípios e procedimentos sistematizando as pesquisas da historiografia linguística. Koerner (1996) lembra as dificuldades para delimitar o espaço da historiografia linguística, por causa das ciências que fazem cruzamento com ela: “Há vários problemas metodológicos e epistemológicos que enfrenta o historiógrafo da linguística. Estes incluem questões de periodização, contextualização e, geralmente, procedimentos de pesquisa [...]” (KOERNER, 1996, p. 58).

Koerner (1996) sistematizou três etapas para o trabalho e para a legitimação da historiografia linguística. Ele apresenta as discussões teóricas sobre os elementos internos e externos que definem os limites entre a História e a Linguística.

O primeiro é a contextualização. “O primeiro princípio [...] diz respeito ao estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em que as teorias se desenvolveram” (KOERNER, 1996, p. 60). Para ele é importante observar o pensamento intelectual da época que influencia o quadro linguístico naquele contexto histórico.

Por meio da contextualização, é possível que o historiador vá ao passado e através dele, possa entender o presente, situando a história do documento e estabelecendo o clima de opinião de um recorte histórico. “[...] trata-se de traçar o clima de opinião (espírito da época), observando-se as correntes intelectuais do período e a situação sócio-econômica, política e cultural [...]” (BASTOS & PALMA, 2004, p. 17)

A contextualização atribui uma investigação historiográfica externa à língua, ou seja, leva em conta aspectos sociais, geográficos, políticos, econômicos etc; que influenciam o sistema linguístico da época. Conforme Koerner (1996): “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período.” (p. 60)

Em seguida, ele apresenta o princípio da Imanência, ou seja, as dimensões internas da língua. Esse princípio consiste na busca da língua em documentos históricos, a busca da análise da língua em si mesma. Através deste princípio, analisa-se o quadro linguístico da época, verificando a terminologia adotada, para assim compreender a

língua e a sua estrutura interna. “[...] o próximo passo consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico [...]” (KOERNER, 1996, p. 60).

O terceiro princípio é a Adequação. Tal abordagem segue a perspectiva interna da língua, de forma complementar, buscando a aproximação ou o distanciamento temporal e cultural do recorte histórico, em especial, o linguístico, observadas as aproximações terminológicas da língua. (KOERNER, 1996, p. 60)

Este último princípio trata de uma análise particular da língua, unificado aos dois primeiros princípios, numa tentativa de comparar os momentos históricos que evidenciam a evolução/mudança de uma determinada língua.

Os princípios metodológicos apresentados são estabelecidos para sistematizar e fornecer fidelidade ao estudo através dos documentos, tornando o fazer historiográfico mais vasto e vigoroso. Vale destacar que a separação dos princípios se faz apenas por uma questão metodológica e faz com que o profissional extrapole os limites linguísticos e históricos para sua análise, com um conhecimento praticamente enciclopédico, além da habilidade para reorganizar o seu objeto, não só na descrição, mas explicando-o e interpretando-o numa nova perspectiva.

Fica clara a complexa delimitação dos estudos em historiografia linguística, visto a interdisciplinaridade e interdependência entre as ciências.

O objeto de discussão e análise da historiografia linguística permanece o mesmo: a língua. A língua é analisada em sua manifestação escrita, a partir de situações formais e informais. Os aspectos sociais, culturais, geográficos, políticos e econômicos, interferem no sistema linguístico no texto escrito. Tais documentos representam um testemunho linguístico e histórico de um dado momento histórico, refletindo as correntes intelectuais daquele período (BASTOS & PALMA, 2004).

É importante ressaltar que a historiografia linguística surgiu em um momento de ruptura da ciência, o que permitiu a abertura de novas possibilidades de estudos a partir de documentos escritos, as práticas linguísticas do cotidiano.

Koerner (1996) atribuiu à historiografia linguística um quadro de pesquisa que permite ao fazer historiográfico um trabalho que inclui dimensões internas e externas à língua.

3.3. Historiografia da Língua Portuguesa

Como já citado, a historiografia linguística é um estudo que necessita de uma conjugação de disciplinas para que se alcance o intento desejado. Sendo assim, fatores históricos e linguísticos devem ser estudados lado a lado.

Quando se leva em consideração que nosso país, quando colonizado pelos portugueses, já possuía uma história, nota-se o quanto a conjugação das várias disciplinas é importante para compreender as questões atinentes à língua. Explica-se: o Brasil, antes do “descobrimento”, já tinha uma identidade, consubstanciada na figura dos nativos, os quais tinham cultura e língua próprias. A chegada dos colonizadores trouxe consigo novos costumes àquele povo (ainda que à base da imposição) e, dentre outras coisas, uma nova língua.

Os fatores históricos explicam a miscigenação linguística em nosso país, que não se restringe ao duo língua autóctone-língua colonizadora. É sabido que em fases subsequentes, outros povos aqui aportaram, ajudando a construir os matizes históricos, culturais e linguísticos do Brasil.

Em meio a todos esses fatores, a historiografia linguística surge como uma matéria de carga multidisciplinar, que busca delinear os traços de uma língua. Compreender todo o invólucro que permeia a língua portuguesa é tarefa dessa disciplina.

Para prosperar nessa tarefa de compreensão da nossa língua, é necessário um trabalho de investigação de nossas raízes linguísticas, bem como conhecer as contribuições para a historiografia linguística no Brasil, que se deu, primariamente, com os trabalhos jesuíticos, conforme se passa a expor.

3.3.1. A Contribuição dos Missionários para a historiografia linguística

Tratando especificamente da contribuição dos jesuítas para a historiografia linguística nos países colonizados (como é o caso do Brasil), é importante destacar alguns estudiosos contemporâneos, como Altman, que se dedicam à investigação dessa disciplina. A obra *Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil*, da autora será uma das fontes utilizadas para o embasamento das questões relativas às produções historiográficas no Brasil no período da chegada dos missionários às colônias.

Ao trabalhar a questão da historiografia da Linguística no Brasil, Altman (2009) traz algumas ponderações acerca, por exemplo, da necessidade de ampliar o rol de estudiosos que contribuíram para o conhecimento da linguagem e das línguas. Para ela, reduzir os estudos nessa vertente a poucos nomes traz prejuízo a uma compreensão mais profunda da questão, pois há muito tempo são feitos estudos nesse sentido.

Com efeito, o trabalho dessa autora levanta a questão historiográfica desde sua raiz jesuítica, de forma a demonstrar a contribuição desses religiosos na concretização de estudos da língua em nosso país.

O objetivo de Altman (2009) na outra vertente foi demonstrar que, adequado ou não, o fato é que a prática dos missionários de registrar as línguas (por confecção de gramáticas ou vocabulários) contribuiu para estudos vindouros.

Colocando o trabalho jesuítico no patamar de contribuição à historiografia linguística, a autora não se detém as correntes que reduzem a poucos nomes os historiógrafos da língua. Ela amplia, portanto, o rol de cooperadores dessa matéria. Daí a relevância de estudar os registros dos missionários, que, apesar de não constarem no cânone, fizeram um respeitável trabalho de descrição da língua de sua época.

Interessante ressaltar ainda que, na obra da autora acima citada, é feito um panorama geral das tradições linguísticas latino-americanas para tão somente depois restringir a análise à historiografia linguística brasileira, ou seja, a abordagem parte do geral para o específico.

Ao analisar a contribuição dos estudiosos da língua latino-americana, Altman (2009) demonstra surpresa ao detectar que o estudo de línguas nativas americanas foi rechaçado da historiografia linguística canônica. Daí ela entender como um desafio ao

historiógrafo das tradições linguísticas latino-americanas explicar o porquê dessa exclusão.

Outro ponto que causa estranheza para a autora é o diminuto prestígio conferido à produção missionária no que diz respeito às questões linguísticas. O fato de franciscanos, dominicanos, agostinianos e jesuítas terem se dedicado não somente à catequese, mas também ao ensino da leitura e escrita foi fator determinante para uma expressiva contribuição no campo da produção linguística, o que muitas vezes não é levado em conta.

Os países latino-americanos receberam forte influência europeia na fase da colonização, e muito dessa marca estrangeira se deve ao trabalho de catequização dos missionários que vinham trazer ao povo autóctone o ideal cristão.

Os religiosos que vinham propagar o cristianismo na terra colonizada se empenhavam não somente em ensinar sua língua, mas também em aprender a língua dos nativos. Daí a importância em se conhecer os trabalhos produzidos na fase colonial, já que estes foram os primeiros registros das línguas que futuramente se fundiriam à língua colonizadora e gerariam a língua hispano-americana e a língua portuguesa do Brasil, cada qual com sua peculiaridade em relação à “língua-mãe”.

Acerca da produção historiográfica nessa fase histórica, Altman (2009, p. 118) diz que:

[...] Só para o século XVI afirmam ter registrado 212 trabalhos de missionários. Desses, 30 sobre línguas sul-americanas; 27 sobre línguas da América Central e 155 sobre o México, sendo que o Náhuatl clássico, língua dos astecas do México central, foi a mais representada, com 92 trabalhos. No século XVII, registaram mais de 250 trabalhos sobre as mesmas línguas; no XVIII, 210. Se incluirmos nessa conta as gramáticas missionárias escritas no período colonial sobre as línguas asiáticas (...) esse número cresce sensacionalmente [...]

Destarte o trabalho dos missionários nos séculos XVI a XVIII não era algo pontual, ao contrário, a produção na seara linguística nessa fase histórica era efervescente, justamente para criar um liame entre os povos colonizados e os colonizadores. Aliás,

estudar a língua era também uma forma de compreender o aspecto “exótico” daquele povo.

É de conhecimento dos estudiosos da história o quanto os povos indígenas despertavam a curiosidade do europeu, devido ao caráter exótico (ao olhar do europeu) de sua vivência. Assim, a língua dos nativos era também tratada como uma marca dessa peculiaridade, o que também ajuda a explicar a dedicação em se catalogar a língua autóctone.

Preservar, através da catalogação, uma língua sobremaneira diferente da sua, foi uma forma de os europeus colonizadores manterem um *souvenir* daquele povo, a seu ver, tão exótico. Sob a questão, confira:

Guardadas as devidas proporções, é razoável imaginar que, para ambas as Américas, tanto a Espanhola quanto a Portuguesa, as línguas locais das várias ‘nações’ americanas também fossem alvo de curiosidade por parte dos europeus e, em consequência, objeto de coleções, ao lado de plantas, animais, costumes e instituições ‘exóticas’ (ALTMAN, 2009, p. 119).

É interessante notar o tratamento conferido pelos europeus às línguas nativas, a ponto de atribuir às mesmas o caráter de um objeto de coleção. Verifica-se aí que o trabalho linguístico dos missionários tinha duas vertentes: documentar a língua para gerar o conhecimento da mesma, bem como descrevê-la para saciar a curiosidade acerca de um povo com uma realidade de vida tão diferente do modelo europeu.

O apanhado geral trazido por Altman (2009) acerca do trabalho historiográfico linguístico latino-americano tem o condão de situar o contexto histórico dos países que tiveram o contato com os missionários cristãos. O Brasil, enquanto país colonizado, igualmente restou submetido a esse contato com os missionários, o que explica o fato de as primeiras produções no tocante à linguística advirem desses religiosos.

Apesar de o contexto entre a América Espanhola a Portuguesa ser bem parecido, no qual os missionários se dedicavam à leitura e à escrita, bem como à produção linguística, Altman (2009, p. 118) expõe que a Espanhola estava à frente na catalogação de aspectos da língua devido “[...] a uma política de ensino de línguas indígenas bem

mais agressiva [...] do que a da América Portuguesa, cujos interesses estavam, neste momento, mais a Oriente.”

Outro fator que teria contribuído para a discrepância da produção espanhola em relação à portuguesa (em suas colônias), em que a primeira superou a outra no tocante à criação de gramáticas, deve-se ao fato de não haver ainda (no século da colonização) na América Portuguesa imprensa própria, conforme a autora aborda abaixo:

O Brasil, ao contrário, só teria uma própria casa impressora no início do século XIX, e uma cátedra para o estudo do Tupi antigo só no século XX. Não é de se estranhar, pois, que das eventuais centenas de línguas originalmente existentes em território português nos séculos XVI e XVII (Rodrigues 1993, 1994), só tenhamos tido a descrição gramatical de duas delas, como é sabido: do Tupi (=Tupinambá), elaboradas pelos jesuítas José de Anchieta (1534-1597), e Luís Figueira (1575-1643) e do Kiriri, elaborada pelo também jesuíta Luis Vincencio Mamiani (1652-1730) (cp. Anchieta [1595] 1990; Figueira 1621 e Mamiani [1699] 1877), todas escritas em português e publicadas, pela primeira vez, em Português. (ALTMAN, 2009, p. 118-119)

Como se observa do excerto acima, houve uma vacância muito grande entre os primeiros estudos das línguas autóctones e a criação da cátedra para estudos do tupi, levando-se em conta que essa foi aberta somente no século XX. Daí o fato de línguas tão recuadas no tempo terem sido descritas tardiamente em relação às colônias espanholas.

Com relação à expansão das gramáticas advindas do trabalho missionário, cumpre esclarecer que:

Na medida em que os missionários foram sentindo a necessidade de também documentar a dialeção das línguas gerais, ao longo do século XVII e início do século XVIII, bem como a diversidade das línguas regionais e locais, várias outras gramáticas de outras línguas sul-americanas surgiram nos mesmos moldes. O *Catálogo* de 1800 do jesuíta Lorenzo Hervás (1735-1809) menciona 218 designações diferentes, relativas a línguas e a dialetos que hoje situaríamos no território sul-americano (PARADA *apud* ALTMAN, 2009, p. 119).

O trabalho de criação das gramáticas pelos jesuítas foi desenvolvido com mais ênfase ao longo dos séculos XVII e XVIII, como citado acima e serviram de base para produções posteriores. Em nosso país, há referências a contribuições do célebre jesuíta do Brasil colonial, o padre José de Anchieta.

Abaixo consta uma descrição do molde da gramática de Anchieta:

Desenvolvida em dezesseis capítulos, sua gramática se inicia com um aparato geral das letras, ortografia, pronúncia e acento (1-9), seguido da exposição das propriedades da morfologia dos nomes (9-10v), dos pronomes (10v-17) e dos verbos, de longe a parte mais extensa da gramática (17v-40; 46-58v), intercalada com uma enumeração das preposições (40-46). Não há capítulos especialmente dedicados aos advérbios (embora a eles se faça menção em alguns pontos da gramática), às interjeições e às conjunções (ALTMAN, 2009, p. 121).

Um importante destaque a se fazer com relação às gramáticas produzidas no Brasil colonial é com relação ao modelo que lhes serviu de base. Enquanto os espanhóis explicitavam sua referência, qual seja, o trabalho de Elio Antonio de Nebrija, os portugueses não mencionavam às claras o referencial base de suas produções. Ainda assim, aponta-se como obra norteadora dos trabalhos jesuíticos o livro de Manuel Álvares, *De Institutione grammatica* (1 ed. de 1572). Na sequência foi usado o modelo de Johannes Despauterius. (ALTMAN, 2009, p. 120)

Levando em conta que os rumos das descrições linguísticas atendiam aos modelos acima, os trabalhos missionários enquadram-se na tradição latina, o que torna o trabalho de Anchieta relativamente “livre”, já que não seguia a padronização estampada na tradição latina de referência (ALTMAN, 2009).

Diante dessa situação, em que a gramática produzida por Anchieta não estava na exata conformidade dos padrões pretendidos pela Cia. de Jesus, restou a Figueira “[...] o mérito de ter ajustado a gramática de Anchieta ao cânone latino adotado pela Cia. de Jesus.” (ROSA *apud* ALTMAN, 2009, p. 121).

Independente dos métodos utilizados para a confecção das gramáticas nesse momento histórico, o fato é que a língua dos nativos, por suas peculiaridades, não

poderia ser submetida a um exato tratamento nos padrões latinos de referência ou mesmo qualquer outro padrão que não levasse em conta suas características intrínsecas.

Nesse sentido, ao descritor da língua não bastava um conhecimento formal, mas era necessário que tivesse um senso de incorporação da língua estudada, o que somente seria possível se houvesse um desprendimento de moldes pré-definidos e uma pré-disposição a compreender a língua dos autóctones como se nativo fosse.

Diante das exposições, fica demonstrada a contribuição dos missionários na confecção de trabalhos na questão da língua. Cabe esclarecer, contudo, que essa produção não foi sentida por Joaquim Mattoso Câmara Jr. como uma herança descritiva de cunho científico. Para esse linguística, ao catalogar as línguas dos povos nativos, os religiosos, que nas colônias estavam, buscavam muito mais firmar seu papel de propagador da cultura religiosa do colonizador do que de cientistas da linguagem (ALTMAN, 2009).

Em que pese a constatação crítica de Mattoso acerca dos trabalhos jesuítos quanto à catalogação das línguas, Altman (2009) enaltece a importância dos catequéticos para as futuras gerações de linguísticas. Isso reforça a ideia inicial de que não apenas os nomes do cânone devem ser tidos como contribuições à historiografia linguística.

Por fim, vale trazer a assertiva de Altman sobre a não contemplação do trabalho jesuítico por parte do cânone linguístico:

Feitas por missionários e para missionários, o impacto dessa produção linguística na esfera civil e do estado foi, de um lado – é preciso reconhecer – pequeno para alterar conceitos (arraigados) da inferioridade linguística do índio, a que corresponderia sua inferioridade social e política. De outro, foi insuficiente para se fazer visível a uma linguística europeia voltada, principalmente a partir do século XVIII, para a elaboração de uma gramática universal, desinteressada, como consequência, das questões sobre diversidade linguística. Se essas gramáticas contribuíram para a formação de uma cultura linguística nova, como acredito, de base experimental, não mais estritamente ocidental e clássica, nossa historiografia canônica não registrou (ALTMAN, 2009, p. 125).

A autora demonstra, através da colocação acima, que mesmo com limitações, o trabalho dos missionários na seara da linguística abriu espaço para uma nova maneira de

se fazer a gramática, em que o clássico cedeu espaço para uma linguística nova, contudo, não registrada pela historiografia canônica.

3.3.2. As Produções Linguísticas no Segundo Reinado

Outra importante obra acerca da historiografia linguística no Brasil é da pesquisadora Olga Coelho, *Léxico, Ideologia e a Historiografia Linguística do Século das Identidades*. Nessa produção, a autora traz à luz os aspectos da historiografia linguística no Segundo Reinado, momento em que havia uma busca pelo nacionalismo.

Inicialmente, a autora aponta que foi nessa fase que o Brasil começou a resgatar os símbolos nacionais, uma vez que foi o momento em que se deparou, pela primeira vez, com um governante nascido em solo nacional, conforme expõe.

[...] o Segundo Reinado corresponde a um período de instauração de um novo modelo de nacionalismo no Brasil. Entendia-se que apenas nesse momento em que o país passava a ser dirigido por um líder moderno e brasileiro (D. Pedro II foi o primeiro governante nascido em solo nacional), e, além disso, afeito a ciências, tecnologias e artes, o Estado estaria fortalecido, e o território passaria a constituir, de fato, uma nação. Daí que tenha ocorrido um esforço por parte do próprio Império para organizar os símbolos nacionais e fixar a nossa nacionalidade (COELHO, 2003, p. 155).

É vasta a literatura que corrobora a assertiva acima, de que ao comando de D. Pedro II, o Brasil inicia a fase de busca pelo nacionalismo. Especificamente tratando da historiografia linguística nessa fase da história do Brasil, a questão base levantada por Coelho (2003, p. 154) é acerca da autonomia do português do Brasil na visão dos estudiosos da linguagem do Segundo Reinado.

A constatação da autora é que os dicionários e artigos publicados à época desse crescente nacionalismo (século XIX) primam por demonstrar as singularidades do Brasil com relação ao português de Portugal.

A autora traz diversos trechos de artigos que demonstram um forte caráter de busca pela consolidação de nossa língua como autônoma. Expressões como

individualidade, independência, nacionalidade, brasileirismo, linguagem nacional e etc., são encontradas maciçamente nestes trabalhos linguísticos do século XIX, e tudo isso reforça o quanto era buscado um olhar para a língua portuguesa “brasileira”.

Naquele momento, o léxico era a melhor representação da “nova nação” no âmbito da língua, necessitando, portanto, ser acrescentado ao dicionário total da língua portuguesa, conforme citado abaixo:

Tais trabalhos realizados com o léxico, dessa forma, encerram o pressuposto de que, aquilo que, no âmbito linguístico, melhor representaria a nova nação – o léxico – mereceria ser acrescentado ao dicionário “total” da língua portuguesa (proposta de Braz da Costa Rubim e de Henrique de Beurepaire Rohan) ou, idealmente, constituir monumentos lexicográficos autônomos e nacionais, de modo, a “firmar” a nossa individualidade (SOARES *apud* COELHO, 2003, p. 156).

O que os estudiosos da época buscavam era uma difusão dos brasileirismos através de uma adequação dos dicionários à língua propriamente falada. A seu ver, muito do que estava formalizado nos trabalhos linguísticos da época não representava a realidade falada do povo brasileiro. Assim, era necessário realizar um trabalho que contemplasse o que de fato estava sendo vivenciado pela população no quesito língua.

Visando trazer à tona os debates travados no Segundo Reinado no que toca às questões da língua, a autora faz o seguinte esboço:

1ª) houve requisições de independência linguística formuladas em diferentes graus. Isto é, houve desde propostas de autonomia linguística plena, neste caso, considerando-se o português do Brasil como uma língua ou dialeto distinto daquele utilizado em Portugal, até propostas que vinculavam as diferenças linguísticas constatadas apenas ao âmbito social; ou seja, que pressupunham que brasileiros cultos falariam como os lusitanos cultos, assim como os indivíduos pertencentes às classes populares, nos dois países, apresentariam “vícios” linguísticos semelhantes. Havia ainda, é claro, aqueles que não reconheciam qualquer tipo de distinção entre os dois falares;

2ª) do ponto de vista dos dados selecionados para embasar as posturas mencionadas anteriormente, houve uma utilização mais larga dos lexicais e dos fonéticos, nesta ordem, e uma

quase ausência de dados de outra natureza (COELHO, p. 156-157).

Sobre o primeiro ponto, verifica-se que havia uma forte onda que visava uma autonomia. Contudo, isso não se deu de forma uniforme, ou seja, havia um desejo de autonomia, porém sob argumentos diversos. Havia quem defendesse a autonomia plena e aqueles que defendiam a tese de que a classe social é que fazia a distinção dos falares, ou seja, os brasileiros cultos falavam como os eruditos europeus, e de outro vértice, os populares do Brasil se assemelhavam aos populares de Portugal no falar permeado de vícios.

O segundo debate trazido demonstra que o léxico e a fonética foram largamente utilizados para dar embasamento aos novos ideais (autonomia da nossa língua). Nesse sentido, foram difundidos artigos que traziam palavras provenientes do tupi ou mesmo africanas, como forma de afirmar que nosso léxico era repleto de brasileirismos.⁷

Coelho (2003, p. 158) afirma que “o léxico configurava-se como argumento decisivo na diferenciação das estruturas linguísticas e, na medida em que individualizava as línguas, era também decisivo para a constituição da nacionalidade [...]”

Outro estudioso da época, Macedo Soares, se propôs a demonstrar as peculiaridades de nossas palavras, mesmo que houvesse ainda algumas comuns a Portugal e Brasil. O excerto abaixo mostra qual era o clima intelectual de sua época:

Muitas delas [“vozes” = palavras] são comuns a Portugal e ao Brasil; algumas lá ficaram, que nunca foram aqui aceitas; outras, que entre nós se aforaram jamais foram ouvidas em Portugal; outras, finalmente, que vieram de Portugal, passaram ou estão passando no Brasil pelas transformações dialetais que denunciam o progressivo desenvolvimento, de todas as línguas. Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português (SOARES *apud* COELHO, 2003, p. 158).

⁷ Brasileirismo é “[...] a expressão que damos a toda casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil.” (RIBEIRO *apud* IAPECHINO)

A opinião insculpida por Soares revela que o léxico era visto como elemento norte para a busca da autonomia da nossa língua. Sendo assim, ele foi muitas vezes citado como fonte para a busca de um nacionalismo linguístico.

Outros pontos eram enaltecidos nessa fase histórica, tais como a pureza do português do Brasil com relação à língua mãe, bem como a riqueza da nossa língua devido a contribuições locais (línguas nativas).

Mesmo com todos os argumentos tecidos pelos estudiosos que propunham um nacionalismo da língua, a autora conclui que o método utilizado por eles era envolto de subjetivismo, critérios opinativos e predileções, conforme texto abaixo.

3ª) nas obras lexicográficas, as preferências e outras subjetividades dos autores afloram a todo momento. É em função disso que o português do Brasil, via de regra, é apresentado como “melhor” que o de Portugal (COELHO, 2003, p.160).

O clima de nacionalismo foi um fator gerador de parcialidade de alguns estudiosos da época, que destacavam nossa língua como melhor que a de Portugal. Faltava isenção nas pesquisas, o que tornava os trabalhos envoltos de opiniões pessoais e, portanto, subjetivos.

Para exemplificar, a autora traz algumas definições dicionarizadas da época, grifando as observações que ela julgou mais importantes para demonstrar o trato “opinativo”:

Fullo *adj.* 1) cor de mulato escuro-avermelhado, preto-amarelado, como são os fulbê ou Fullas, pl. de Pulo, nação da África ocidental, situada entre o Senegal e o Níger, vizinhos dos mandingas; cabelos crespos, mas não lanzudos como os dos negros: cor parda clara, ou antes avermelhada; face ortognata; nariz pequeno, cartilaginoso e aquilino; cara agradável; mais inteligentes, e em geral de melhor caráter que os negros... (SOARES *apud* COELHO, 2003, p. 162)

Sabinada – nome de uma revolta na província da Bahia, à testa da qual figurou um facinora por nome Sabino (RUBIM *apud* COELHO, 2003, p. 162)

Ikrim – Serra em Guarapuava. É palavra came, e quer dizer cabeça. Os que conhecem a serra melhor podem ajuizar da

propriedade da expressão. Nisto eram os índios insígnis: cada nome que davam a plantas, ou animais, ou lugares, era e é ainda perfeitamente justificado; procure-se, em caso de dúvida, e lá surge a etimologia em forma tão acabada, e engenhosa, e exata, que maravilha (SOARES *apud* COELHO, 2003, p.162)

Na primeira definição, “fullo”, verifica-se alta carga opinativa (e, diga-se de passagem, preconceituosa em relação ao negro), onde se afirma que esse mulato é mais agradável, inteligente e de melhor caráter que o negro. Veja que tal definição encontra-se na obra de Soares, um dos estudiosos que levantou a bandeira da autonomia de nossa língua.

A segunda definição, feita por Rubim, destaca Sabino (da Revolta Sabinada) como um facínora, enquanto o terceiro exemplo traz uma menção bastante opinativa acerca do índio, destacando-o como ser insigne na arte de nomear plantas e animais.

Trazer o índio como “herói nacional” é umas das marcas da época e tal sentimento acabou refletido nas obras linguísticas.

Diante das elucidações abordadas, cumpre trazer as considerações finais de Coelho (2003, p.164) a historiografia linguística no Segundo Reinado:

[...] no período, houve um debate relevante sobre o estatuto do português do Brasil e que os dados linguísticos aos quais recorreremos nesse debate foram majoritariamente os lexicais, considerado o papel central atribuído ao léxico no período.

[...]

Podemos afirmar, ainda, que havia um clima de opinião favorável a teses nacionalistas em geral e a teses de nacionalismo linguístico em particular durante o Segundo Reinado.

No entanto, o que constatamos é que as ideias de autonomia do português do Brasil defendidas no período não vingaram e tais trabalhos desfrutaram de pouca repercussão (COELHO, p.164).

Verifica-se que, em razão da onda de nacionalismo crescente à época de D. Pedro II, os trabalhos de historiografia linguística seguiram a tendência de afirmar a autonomia de nosso país com relação a Portugal, o que resultou em trabalhos lexicais que pugnavam por reforçar nossa independência linguística.

Percebe-se, contudo, que muitos dos trabalhos foram tendenciosos e de cunho opinativo, já que o nacionalismo e a vontade de exaltar as peculiaridades do Brasil, enquanto país independente e dono de si permeavam os ideais da época. Sendo assim, os trabalhos deste período devem ser vistos com alguma reserva.

3.3.3. Contribuições à Língua Portuguesa nos séculos XIX e XX

Prosseguindo na apresentação das contribuições às questões linguísticas no Brasil, ressalta-se o trabalho de dois estudiosos que se destacaram no século XIX (à época da República Velha – período da República que vai de 1889 a 1930) e no século XX, que são Eduardo Carlos Pereira (1855) e Joaquim Mattoso Câmara (1904).

Eduardo Carlos Pereira, de quem se falará mais no próximo capítulo, nasceu em 8 de novembro de 1855, em Caldas, Minas Gerais. Atuou fortemente no Brasil no período denominado República Velha, oportunidade em que se dedicou ao trabalho de gramático e filólogo. Abaixo seguem algumas de suas produções no trabalho com a língua.

Eduardo Carlos Pereira, pela sua produção acadêmica e atuação no magistério público estadual de São Paulo (capital), apresentou-se como filólogo, publicando a Gramática Histórica e Questões de Filologia como gramático, publicou a Gramática Expositiva. Em E.C.P., vemos a sua formação rica de gramático e estudioso da Língua Portuguesa guiada pela prática docente concursando no então Ginásio do Estado de São Paulo (ALMEIDA, 2007, p. 84).

As palavras acima demonstram que Pereira contribuiu tanto na parte teórica quanto de forma atuante no magistério, fator que lhe trouxe experiência prática e contribuiu para sua formação ampla nas questões educacionais. Além de professor, dedicou-se com afinco ao estudo da língua.

No vasto trabalho de Pereira, verificam-se, além da elaboração de gramáticas e artigos, obras de cunho religioso, tais como a tradução da Bíblia Sagrada presbiteriana

(1917). Tal envolvimento com matérias sacras se deve ao fato de ele ter interesse teológico-cristão (ALMEIDA, 2007, p. 85).

Explica-se o fato desse estudioso pender para questões teológicas a seguir:

[...] Eduardo Carlos Pereira foi influenciado pela visão protestante, convertendo-se ao protestantismo presbiteriano, e abraçando a sua maneira de vida, tanto no aspecto religioso como no aspecto educacional.

Em face do projeto educacional trazido ao Brasil pelos missionários da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, em meados do século XIX e início do século XX.

Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), um dos líderes da primeira geração de pastores presbiterianos brasileiros, distinguiu-se como professor e gramático, sendo professor por muitos anos na escola pública e autor de importantes obras sobre gramática. Ele contribuiu, também, de forma relevante, para a língua portuguesa em nosso país. Pereira usou um órgão da imprensa presbiteriana, “O Estandarte”, jornal que ele mesmo fundou em 1893 e no qual atuou como redator responsável. Escreveu artigos com vista a educar a sua denominação eclesiástica e a sociedade (GUTIERRES, 2010, p. 1-2).

Eduardo tinha forte atuação no campo teológico em vista de sua conversão ao protestantismo e ligação com missionários da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. De outro vértice, participou ativamente das questões educacionais em nosso país, em razão de seu interesse nos estudos da língua. Percebe-se, portanto, que o autor em estudo deixou um legado, tanto na seara teológica como na secular, uma vez que sua atuação se estende desde produções à Igreja Presbiteriana até a elaboração de importantes gramáticas em nosso país.

Interessante apontar para o fato de que, quando Pereira inicia seus trabalhos em nosso país, o Brasil está no clima do positivismo, que por seu turno, difundia o ideal de uma educação apartada dos conceitos religiosos. Mesmo situado nesse contexto de fuga dos padrões cristãos na educação, Pereira difundia a ideia de educação moral, com raízes no Cristianismo, de acordo com seus princípios enquanto liderança na Igreja Presbiteriana.

No tocante a sua atuação profissional nas letras, a produção das gramáticas de Eduardo se deu no momento em que o país passava por mudanças na organização do

ensino da língua vernácula. A fim de adequar os padrões de ensino do Colégio Pedro II a novos moldes, o diretor do colégio propõe a vários professores uma reestruturação do ensino secundário, o que ensejou uma efervescência no campo da produção de materiais didáticos.

Nesse contexto, Eduardo Carlos Pereira produz as gramáticas *Expositiva – Curso Superior* e *Expositiva – Curso Elementar* em 1907 e, no ano de 1915 termina a *Gramática Histórica*, publicando-a em 1916. Trabalhando como docente, ele se valia de suas produções ao ministrar as aulas.

Quanto ao molde trazido nas suas produções, pode-se extrair o seguinte, nos dizeres de Almeida (2007, p. 94):

[...] há na sua exposição, uma divisão hierárquica e de relação comparativa das partes da gramática e dela com a língua quando compara "a letra e som" (fonética), "a palavra e idea (morfologia), "a phrase e o pensamento" (sintaxe) e "a grammatica e a língua" (gramática e texto).

Outro ponto levantado acerca dos trabalhos de Pereira é que “em suas gramáticas - expositiva curso elementar e expositiva curso superior - Eduardo Carlos Pereira adotava o método do ecletismo, no qual reunia ecleticamente teorias linguísticas com eficiente método de ensino” (CASIMIRO *apud* GUTIERRES, 2010, p. 3).

A citação acima faz menção ao denominado ecletismo, que era adotado nas obras de Eduardo Carlos Pereira. Sobre essa questão, é importante ler o extrato abaixo para melhor compreensão do que isso significa na obra de Pereira.

O ecletismo constava da união que ele fazia da corrente moderna, que dava ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupava com o elemento lógico na expressão do pensamento, mostrava que havia verdade nas duas e que o erro estava no exclusivismo de uma ou de outra. O ecletismo da sua maneira de ensinar fez com que ele fosse mais eficaz em seu ensinamento, transmitindo o conhecimento aos seus alunos e deixando marcas profundas em suas vidas [...] (GUTIERRES, 2010, p.3-4).

Como visto acima, o misto moderno-tradicional estava presente na produção de Pereira, ou seja, ele não pendia para uma corrente específica, dando ao seu trabalho um ar de ecletismo, em que as concepções mais antigas e as atuais conviviam de forma harmônica. Enquanto a corrente moderna defendia a necessidade de um cuidado maior quanto à questão histórica da língua, a corrente mais tradicional pugnava por um olhar ao elemento lógico na expressão do pensamento. Em vez de se filiar a uma ou outra linha de pensamento, Pereira se incutiu com parcimônia em sua obra.

Uma obra importante na carreira de Pereira foi *Gramática Expositiva – Curso Elementar*, como já dito anteriormente. Para melhor conhecer os aspectos formais que marcam sua produção, segue o extrato abaixo que explica a estrutura dessa obra.

Na *Grammatica Expositiva – Curso Elementar* (E.C.P), na sua 29ª ed. (s.d.), o gramático, também organiza a sua obra didática de gramática distribuindo-a em duas partes: "lexeologia" e "syntaxe".

Na "lexeologia", a obra está dividida em dois subgrupos: "phonologia" e "morphologia" que, por sua vez, apresentam subdivisões. Há três componentes na "phonologia", assim denominados: "phonetica", "prosódia" e "orthographia", que se subdividem sucessivamente. A "morphologia" está dividida em duas partes: "taxeonomia" e "etymologia" com suas respectivas subdivisões.

Na "syntaxe", a gramática aborda os elementos inter-oracionais (coordenação e subordinação) e elementos intra-oracionais (membros essenciais; membros complementares e membros acessórios da oração), tratando basicamente da concordância e da regência do verbo com o nome e da regência de colocação da ordem dos termos na oração (ALMEIDA, 2007, p. 118).

Como se observa, a referida gramática é composta de duas partes, uma que trata do léxico e outra que aborda a sintaxe. Dentro de cada uma dessas partes existem subdivisões, em que são tratadas, por exemplo, a fonética, ortografia, etc.

Em razão das contribuições de Pereira ao ensino da língua portuguesa no Brasil, muitos estudiosos da atualidade se dedicam a trazer seus feitos, como se observa do texto abaixo:

Indubitavelmente, Eduardo Carlos Pereira foi um dos grandes nomes que despontaram nos primórdios do século

XX. Seriíssimo advogado, importante religioso, fecundo escritor, extremado professor e sem dúvida, o gramático que introduziu nas Letras muitos dos intelectuais de hoje.

Muitos foram os trabalhos de Pereira. Sua produção é vasta e de forte contribuição para os estudos da língua. Sendo assim, os pontos levantados sobre Eduardo Carlos Pereira são apenas a título de explanação geral, pois que não poderiam ser tratados em poucas linhas todos os traços de sua obra.

A fim de retratar algumas das contribuições de Câmara Jr, traz-se o excerto abaixo:

Esse linguista teve papel importante nos estudos e na história da ciência Linguística no Brasil. Instaurou o Estruturalismo, doutrina que abrangia todas as ciências humanas a partir das primeiras décadas do século XX. Essa doutrina propunha a compreensão da totalidade, no caso específico, a língua, como estrutura definida pela relação de funcionalidade entre os elementos constituintes (AGUIAR apud FERREIRA, 2008, p. 9)

Como se depreende da citação acima, Mattoso Câmara Jr. se destacou como estudioso da linguística, tendo sido o nome que instaurou o estruturalismo em solo nacional.

Mattoso Câmara Jr., durante sua trajetória, teve acesso a vários nomes da linguística, tendo frequentado os mais variados cursos em diversos países. Aos poucos, com essas influências, o estudioso vai sedimentando sua teoria. Abaixo consta o grande legado de Mattoso Câmara Jr. para a linguística nacional.

A grande e pioneira contribuição do linguista brasileiro foi, portanto, a de descrever a língua com o referencial teórico estruturalista. O livro *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, publicado em 1953, constitui-se no primeiro trabalho de orientação estruturalista acerca da Língua Portuguesa do Brasil por um autor falante dessa língua. A produção acadêmica mattosiana com o objetivo de renovar a orientação doutrinária e metodológica dos estudos gramaticais do Português ampliou-se. Surgiram outros trabalhos como: *Dicionário de fatos gramaticais* (1956), que a partir da 2ª edição (1954) passou a chamar-se *Dicionário*

de filologia e gramática; o trabalho intitulado *The Portuguese Language* (1972), traduzido por Anthony Naro (1975) com o título *História e Estrutura da Língua Portuguesa; Problemas de Linguística Descritiva* (1969); e a obra póstuma e inacabada *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970) (FERREIRA, 2008, p.10).

Conforme se verifica, o autor se dedicou a estudar e descrever a língua, o que culminou na produção de importantes obras com o fim de renovar as metodologias de ensino gramatical no país. Algumas de suas produções foram publicadas em 1953, 1954, 1956, 1969, 1972 e 1975, tendo ainda uma obra póstuma em seu currículo, que é a estrutura da língua portuguesa.

O autor é responsável por um novo referencial teórico no Brasil, que é o estruturalismo, e sua obra mais célebre é *Princípios de Linguística Geral*, conforme se expõe:

Dos escritos de Mattoso, o que teve maior divulgação no Brasil e que tem mais contribuído para disseminar conhecimentos científicos sobre a linguagem que ele intitulou de *Princípios de Linguística Geral*, cuja primeira edição em livro saiu em 1942, mas que já fora em parte publicado parceladamente na *Revista de Cultura* durante os anos de 1939 e 1940. Durante um quarto de século, foi o único texto introdutório à Linguística produzido em língua portuguesa, e, mesmo agora, continua sendo o mais abrangente, mais sólido e melhor escrito. (RODRIGUES, 2005, p. 15)

O legado de Câmara Jr. permite colocá-lo no rol dos grandes nomes no campo do estudo da língua. Conforme Ferreira (2008, p.1) “A partir do mestre surge toda uma geração de linguistas que percorreu o instigante e curioso universo da comunicação humana, entre os quais podemos citar Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Cléa Rameh, Yone Leite, Eunice Pontes, Leda Bisol e outros.”

Outro importante nome que marca o estudo da língua é Celso Cunha. Nascido em Teófilo Otoni, Minas Gerais, em 10 de maio de 1917, Celso Cunha se destacou por ser professor, ensaísta e filólogo. Apesar de Celso Cunha ter se formado em direito, foi nas letras que ele devotou sua carreira profissional.

As grandes contribuições desse estudioso da língua são o estudo dos cancioneiros, as gramáticas por ele produzidas e os ensaios de reflexão da língua.

Quanto ao primeiro pilar de sua contribuição, qual seja, o estudo dos cancioneiros, estes foram de grande relevância para o conhecimento e origem da língua, e serviram como tese de concurso. O de Paay Gómez Charinho data de 1947, sendo seguido por Joan Zorro, com data de 1949 e Martin Codax, de 1956.⁸

Sobre sua dedicação às gramáticas, pode-se destacar o *Manual de Português*, que foi publicado em 1965. Além desse importante trabalho, pode-se apresentar ainda:

Editou uma Gramática do português contemporâneo (1966), uma Gramática moderna e uma Gramática da língua portuguesa (1972). Seu último trabalho de vulto foi a Nova Gramática do português contemporâneo, escrita em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra, da Universidade de Lisboa. O livro trabalha na chamada linguística contrastiva, que busca um código contrastivo da lusofonia. Nele se examinam, pela primeira vez, em confronto, as normas brasileira, portuguesa e africana do idioma (Disponível em <http://www.filologia.org.br/vicnlf/celsocunha.html>).

Com relação aos ensaios sobre a língua, Celso Cunha produziu “[...] *Língua portuguesa e realidade brasileira, A questão da norma culta brasileira, Uma política do idioma, Conservação e inovação do português no Brasil, Língua, nação, alienação e Em torno do conceito de brasileirismo*.”⁹

Para Guimarães (2008), ao se estabelecer a periodização¹⁰ dos estudos do português no Brasil, a obra de Cunha resta enquadrada no terceiro período “[...] quando o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras.” Ainda sobre esse terceiro período, o autor destaca que ele “[...] inicia-se pela fundação das Faculdades de Letras que passam a constituir-se em

⁸ Informação disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/celsocunha.html>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

⁹ *Id. Ibidem.*

¹⁰ Conforme Eduardo Guimarães “Se tomarmos uma posição historiográfica, podemos estabelecer uma periodização para os estudos do Português no Brasil levando em conta fatos de ordem política e institucional. Isto nos dá quatro períodos para estes estudos.” Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, o que estava ligado fundamentalmente a questões relacionadas a um padrão literário e ao ensino”.

Após apresentar o contexto histórico em que se insere a produção bibliográfica de Cunha, Eduardo Guimarães traz algumas das obras publicadas por aquele, conforme segue:

Em 1965 Celso da Cunha publica *Uma Política do Idioma*, obra que se dedica a Luís Filipe Lindley Cintra. Neste trabalho ele defende a necessidade de se buscar a unidade da Língua Portuguesa. Em 1968 publica *Língua Portuguesa e a Realidade Brasileira*, por outras vias reaparece a questão da unidade do português. Em 1970 ele publica sua *Gramática do Português Contemporâneo*, obra que aparece com certas modificações em 1985, em co-autoria com Lindley Cintra, com o seu nome de *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. Lembre-se que Cintra é seu homenageado em *A Política do Idioma*. As gramáticas de Celso Cunha como outras adotam a NGB (Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html#sinopse).

As obras acima são relevantes, mas o trabalho de Cunha não se resume a elas. Muitos foram seus escritos, os quais elencam-se a seguir: *O cancionero de Paay Gómez Charinho, trovador do século XIII* (1947); *O cancionero de Joan Zorro. Aspectos lingüísticos. Texto crítico* (1949); *O cancionero de Martin Codax* (1956); *Estudos de poética trovadoresca* (1961); *Manual de português*, vários volumes (1962 a 1965); *Uma política do idioma* (1965); *Língua portuguesa e realidade brasileira* (1968); *Língua e verso* (1968); *Gramática moderna* (1970); *Gramática do português contemporâneo* (1970); *Português através de textos*, em colaboração com Wilton Cardoso (1970); *Gramática da língua portuguesa* (1972); *Estilística e gramática histórica*, em colaboração com Wilton Cardoso (1978); *Gramática de base* (1979); *Língua, nação e alienação* (1981); *Estudos de versificação portuguesa: século XIII a XVI* (1982); *Nova gramática do português contemporâneo*, em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra (1985); *A questão da norma culta brasileira* (1985); *Breve gramática do português contemporâneo*, em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra (1985); *Significância e movência na poesia trovadoresca* (1985); *Em torno do conceito de brasileiro* (1987).

Como se verifica, Celso Cunha tem um vultoso trabalho na questão da língua. É importante destacar que, além de toda essa primorosa produção, ele atuou no magistério, ministrando aulas no Colégio Pedro II. Após iniciar suas atividades docentes no colégio acima mencionado, Cunha prossegue sua atuação docente na Faculdade Nacional de Filosofia.

Tamanha a dedicação de Cunha aos estudos acadêmicos que havia quem dissesse que a ecologia preferida dele eram os livros e que a sua casa era uma extensão da academia, e vice-versa.¹¹ Ou seja, havia grande familiaridade entre Cunha e os livros.

Cabe, por fim, ressaltar que Celso Cunha também deu suas contribuições como Coordenador geral do Projeto de Estudo Coordenado da Norma Linguística Culta Projeto NURC, em 1972; coordenador do Projeto de Estudo da Fala dos Pescadores na Região dos Lagos Projeto FAPERJ, em 1980; coordenador do Atlas Etnolinguístico dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro Projeto APERJ, em 1986. Foi ainda membro do Conselho Federal de Cultura, participante da Comissão de Textos da Unesco e representante do Brasil no Instituto Internacional de Língua Portuguesa.¹²

Com a exposição de alguns dados de Celso Cunha encerra-se o tópico acerca das contribuições para o estudo da língua portuguesa no século XX.

3.3.4. Historiografia linguística no Brasil

Atualmente pode-se citar a Universidade de São Paulo como um campo em que o debate e o estudo da historiografia linguística se faz presente. Com um corpo docente de estimáveis nomes na área da linguística, essa instituição tem trabalhado com questões dessa vertente.

A Professora Maria Cristina Fernandes Salles Altman, que conta com um respeitável currículo na área de linguística, é um dos expoentes na área de Historiografia linguística. Contando com Pós-doutorado, Altman tem vasta experiência na matéria, e é responsável por vários trabalhos nessa seara.

¹¹ PORTELLA, Eduardo. O saber sensível. In *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 63, 1995. Material consultado: BIOGRAFIA CELSO CUNHA. *Instituto Camões*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/ccunha.html>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

¹² Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/celsocunha.html>. Acesso em 21 de Janeiro de 2013.

Segundo dados do Departamento de Linguística da USP, além de professora, Altman é coordenadora do CEDOCH-USP – Centro de Documentação em historiografia linguística – centro complementar de pesquisa em historiografia linguística do mesmo Departamento.¹³

Pelas informações constantes do *site* da Universidade em que ela é professora titular, Altman é atuante de pesquisas no campo da historiografia linguística, trabalhando no projeto “*Documenta Grammaticae et Historiae* – Projeto de documentação linguística e historiográfica”, cujo objetivo principal é: “*a construção e disponibilização de corpora representativos da tradição gramatical-colonial ibérica*” (Disponível em: <http://www.linguistica.fflch.usp.br/node/569>).

Outra professora que dedica seus estudos e pesquisas à historiografia linguística é Olga Ferreira Coelho, também docente da USP. Assim como Altman, é pós-doutora na matéria e sua área de interesse é historiografia linguística nos séculos XIX e XX. Igualmente atua no projeto *Documenta Grammaticae et Historiae*.

Sobre o projeto das docentes acima destacadas, os objetivos específicos são os seguintes:

- a) a construção de corpora eletrônicos, representativos das línguas que se desenvolveram em território brasileiro, corpora esses a serem disponibilizados pelo Centro de Documentação em historiografia linguística da FFLCH-USP;
- b) a expansão gradual do escopo da documentação linguística a ser eletronicamente disponibilizada em duas direções: uma, em que se buscará um corpus equivalente de gramáticas do português; outra, em que se buscará um corpus equivalente de gramáticas do espanhol e/ou de outras línguas americanas, cujo registro se deu dentro da tradição descritiva portuguesa e espanhola; e
- c) a contribuição para a preservação documental das línguas em foco, tanto aquela relativa à documentação linguística e ao tratamento dos dados registrados, quanto aquela relativa aos agentes, processos e problemas pertinentes à historiografia da sua produção metalinguística, via a edição on-line dos textos sob análise. As atividades a serem desenvolvidas pelo presente projeto incluem: a compilação, fixação, datação de textos; a digitalização de microfílm; o tratamento dos documentos por imagem: fotografia ou scanner; a digitação de textos (principalmente gramáticas); o levantamento dos termos pertinentes aos conjuntos vocabulares pretendidos; a escolha de um programa de

¹³ Informação disponível em: <http://www.linguistica.fflch.usp.br/node/569>.

busca; a marcação do texto: localização dos termos selecionados; a criação de links entre: textos, autores, fontes, datas, línguas; a alimentação dos arquivos; a disponibilização eletrônica da documentação. O resultado esperado é a montagem de um banco de textos representativos da tradição descritiva ibérica, no que diz respeito às línguas Português, Tupi, Guarani, Kimbundo, Quéchuá. (Disponível em: <http://www.linguistica.fflch.usp.br/node/569>)

Conforme informações obtidas no *site* da USP¹⁴, esse projeto de pesquisa iniciou-se em 2006 e está em andamento com 8 alunos da Graduação e 4 do Mestrado Acadêmico. Os objetivos desse projeto incluem a construção de glossários eletrônicos das línguas que se desenvolveram em solo nacional, bem como o auxílio para a preservação dessas línguas. Desse trabalho, o resultado esperado é que seja formado um banco de dados com textos que representem a tradição ibérica.

Como dito, a USP é uma referência no tocante ao estudo da historiografia linguística, pois além de contar com um corpo docente renomado, tem um Centro de Documentação de historiografia linguística, cujos pilares se sustentam no seguinte:

Os objetivos do CEDOCH incluem: 1) a constituição de um serviço de documentação relativo às atividades científicas, culturais e profissionais em ciências da linguagem no país; 2) a organização de bancos de dados; 3) o levantamento, catalogação e constituição de acervo(s) e coletâneas de fontes primárias, textuais, gráficas, audiovisuais, relativas aos agentes, aos contextos e aos produtos da atividade em ciências da linguagem no país; 4) a investigação de métodos e tecnologias apropriadas para a condução de trabalhos pertinentes à sua especialidade; 5) a divulgação de suas atividades, mediante publicações e cursos; 6) a promoção de atividades de pesquisa e de prestação de serviços pertinentes à sua especificidade, inclusive por convênio (Disponível em <http://linguistica.fflch.usp.br/cedoch>).

¹⁴ Informação disponível em: <http://www.linguistica.fflch.usp.br/node/569>, mais especificamente no perfil da docente Maria Cristina Fernandes Salles Altman.

Documentar, organizar banco de dados, levantar e catalogar acervos e coletar fontes primários estão dentro dos objetivos do Centro de Documentação de historiografia linguística da USP. De mais a mais, referido centro objetiva investigar métodos e tecnologias que auxiliem em sua finalidade precípua, que é a documentação no campo da ciência da linguagem.

Verifica-se pela exposição acima que a Universidade de São Paulo é um polo de grande debate da historiografia linguística e de onde emanam vários estudiosos renomados na matéria. A USP possui ainda o CEDOCH cuja inclinação é a pesquisa científica no campo da historiografia linguística e promoção de eventos, tais como cursos e atividades que pugnam por alargar os debates nessa vertente.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) é outra instituição de ensino que está engajada nos estudos de historiografia linguística. Em seu Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, conta com três linhas de pesquisa, sendo que a primeira é dedicada aos estudos descritivos e histórico-historiográficos da Língua portuguesa, considerando a relação sistema e uso.

Emanando da linha de pesquisa acima apresentada, o Grupo de Pesquisa denominado Historiografia da Língua Portuguesa, visa “[...] descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em certo contexto sócio-cultural através do tempo, com foco nas dimensões cognitiva e individual/social [...]”.¹⁵

Ainda sobre esse grupo, vale destacar que este cuida de investigar o seguinte:

[...] textos linguístico-gramaticais que dialoguem entre si em relação às questões formadoras dos sujeitos escolarizados em Português, unindo produção gramatical/material didático/legislação que, de alguma forma, impuseram um caminho a ser seguido por docentes durante o século XX. Examinar-se-ão, ainda, textos de circulação escolar, utilizados nos três níveis de ensino. Com esse fim, a pesquisa selecionará, ordenará e reconstruirá o conhecimento linguístico, com base na interpretação crítica do processo discursivo dessa produção contextualizada sócio-histórico-culturalmente no Brasil: 1ª e 2ª metades do XX: (décadas de 60, 70, 80, 90)¹⁶

¹⁵Disponível em:

http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/grupo%20de%20pesquisa/PROF_NEUSA_PROF_DIELI.pdp. Acesso em 21 de Janeiro de 2012.

¹⁶ *Id. Ibidem.*

Um importante nome dedicado ao estudo da historiografia linguística na PUC-SP é o Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento. Em seu currículo, constam importantes produções nessa área de conhecimento, bem como projetos de pesquisa nessa vertente.

A Universidade Federal de Goiás (UFG), também se dedica ao estudo da historiografia linguística. O Grupo de Pesquisa “IMAGO Mostragem e Desenvolvimento Epistemológico da historiografia dos Estudos da Linguagem” surgiu em 2006 e atualmente possui vários projetos em andamento. O Professor Doutor Sebastião Elias Milani, que é um dos nomes que tem se dedicado a estudos nesse campo.

A página eletrônica da UFG informa ainda que o grupo IMAGO faz parte da Rede LINGGO da FAPEG, onde existe o projeto denominado “O Acervo audiovisual da fala goiana”. (Disponível em: <http://imago.lettras.ufg.br/pages/26519>).

Outra instituição de ensino cuida de investigar a historiografia linguística: Universidade Estadual de Goiás. O curso de letras dessa universidade conta com um grupo de pesquisa nessa área de conhecimento. Denominado Grupo de Pesquisa em Teoria da História e Historiografia (GETH), ele visa propagar o estudo da historiografia, valendo-se, para tanto, de ciclo de seminários, palestras e cursos.

Além das manifestações acima, o grupo criou em de 2009, a Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia (ISSN: 2176-6386). Sobre a revista, cabe informar o seguinte:

A revista Expedições: Teoria da História e Historiografia é uma publicação eletrônica organizada pelo (GETH - Grupo de Estudos em Teoria da História e Historiografia) com o apoio do Departamento de História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara. A revista se propõe a intensificar o diálogo entre professores, estudantes e toda comunidade acadêmica, em nível local, regional e nacional, divulgando conferências, artigos, ensaios, resenhas, traduções e documentos inéditos com considerável relevância histórica, e, articulados ao debate da teoria da História e sua importância dentro do campo epistemológico do conhecimento histórico e do ofício do historiador. Nossa intenção é consolidar um espaço produtivo e qualificado que busque difundir a produção historiográfica local e aproximá-la da produção historiográfica brasileira através de outros pesquisadores e grupos de pesquisa. Dessa forma a revista pretende dimensionar as questões teóricas

fundamentais com a historiográfica em diversos contextos históricos.
(Disponível em: <http://www.jussara.ueg.br/conteudo/1124>)

Pelas informações acima, verifica-se que a revista acima apresentada é uma importante fonte de produção acadêmica em historiografia linguística da atualidade, já que, além de trazer à baila documentos inéditos de relevância histórica, preocupa-se em divulgar em âmbito nacional, os eventos referentes a essa área de estudo.

4. ANÁLISE DO DOCUMENTO – APROXIMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DAS OCORRÊNCIAS LINGUÍSTICAS DO DOCUMENTO COM O AUXÍLIO DA GRAMÁTICA DE EDUARDO CARLOS PEREIRA E CELSO CUNHA

4.1. A Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira

Para tratar da Gramática de Eduardo Pereira a partir dos pressupostos da historiografia linguística é preciso contextualizar o tempo e a obra em seu momento histórico, no caso, o final do século XIX e o início do século XX.

Conforme foi apresentado no capítulo 2, Eduardo Carlos nasceu em 1855, no momento em que o Romantismo estava no auge. Com ajuda de um tutor, ele aprendeu as primeiras letras. Depois em Minas Gerais, sistematiza seus estudos e aprende latim e francês. Quando entrou na idade adulta e se mudou para Campinas, começou a dar aulas de latim e língua portuguesa. (FACCINA & CASAGRANDE, 2006, p. 82).

Do ponto de vista religioso, sua influência foi a partir do Protestantismo, especificamente da Igreja Presbiteriana, a partir do Rev. George Morton, que era diretor do Colégio Internacional.

Em 1870, o Brasil estava em guerra com o Paraguai, o que fez com que o D. Pedro II deixasse em segundo plano questões importantes do império para se dedicar ao conflito.

No ano de 1875, Carlos Eduardo Pereira se muda para São Paulo, capital, junto com o Colégio Ypiranga, onde assume a fé cristã sob a ótica protestante, sobre influência do Reverendo George Whitehill Chamberlain. Ainda em 1875, ele começa a lecionar no Mackenzie (Escola Americana). A formação cristã-protestante é tão forte que faz com que ele viaje pelo Brasil com a família com a intenção da proclamação das doutrinas cristãs, tornando-se missionário presbiteriano. Em 1884, ele passa a fazer parte do rol de pessoas que vai lutar contra a escravidão e usa seus textos para descrever a barbárie.

Segundo Faccina & Casagrande (2006, p. 83), Carlos Eduardo Pereira se tornou responsável pela melhor versão da Bíblia no Brasil.

Em 1895, ele assume a Cátedra de Latim no Gymnasio Oficial do Estado de São Paulo, em que vai se aprofundar na história da língua até publicar em 1907 a *Grammatica Expositiva (Curso Superior)*. Posteriormente, em 1916, publica a

Grammatica Histórica e a Grammatica Elementar. Logo em seguida, no mesmo ano, ele publica o livro *Questões Philológicas*, uma resposta às críticas que recebeu pela sua *Gramática Elementar*.

Podemos observar que Eduardo Carlos Pereira foi um professor dedicado e conseguiu se aprofundar em diversas áreas, tais como a filologia, a teologia, o jornalismo e crítica (FACCINA & CASAGRANDE, 2006, p. 83).

Agora, faz-se fundamental contextualizar o momento histórico de sua obra a partir dos princípios metodológicos que guiam a historiografia linguística: a) contextualização, b) a imanência e c) adequação. O princípio da contextualização já foi contemplado na revisão sobre a vida de Eduardo Carlos Pereira e tal princípio diz respeito “a correntes filosóficas, políticas, econômicas, científicas e a artísticas [que] – ao se interinfluenciarem, marcam indelevelmente todo um determinado período histórico, e dentro dele, portanto, o pensamento linguístico e a sociedade em geral. Isso nos impele a recorrer ao ‘clima de opinião’ cultural da época em que determinado pensamento se desenvolve; clima formado pelo endosso e pelo abandono de valores, a partir da revisão de paradigmas.” (FACCINA & CASAGRANDE, 2006, p. 83).

Eduardo Carlos Pereira era um defensor dos ideais dos republicanos, o que se reflete em sua obra, em 1907.

Para Faccina & Casagrande (2006, p. 83):

Desse modo, é fato relevante que o autor, como estudioso que era, estava a par das transformações filosóficas européias, o que o levou a inserir em sua obra as idéias que moviam o mundo moderno. Frente a esses acontecimentos, uma revolução no pensamento nacional se faz, uma vez que se passou a reivindicar o direito de observação das obras e das ações humanas sob um novo ângulo, numa concepção de mundo diferente daquela do homem dos séculos anteriores. Por esse tempo, norteavam o pensamento do homem duas correntes filosóficas: o liberalismo e o nacionalismo.

Vale lembrar que o liberalismo tem como princípio que o Estado deve respeitar a liberdade econômica dos proprietários, com suas regras e normas, com ênfase na propriedade privada. O trabalho passa ser visto como direito natural do homem. Neste sentido, encontramos um reformador, com orgulho de si mesmo.

Por outro lado, o nacionalismo busca enaltecer o Estado Nacional como a melhor forma de organização política, o que vai trazer a predileção pela coisas nacionais em sua obra.

A partir desses dois lados, percebe-se um antagonismo de sentimentos. Embora fique claro que ele era um questionador da realidade e buscava modificá-la, tentando transformar o mundo em um lugar melhor para se viver.

Na Europa, estava em voga o *positivismo*. A teoria fora criada por Comte e se baseava na noção de que o conhecimento era baseado unicamente na ciência, ou seja, tinha como base o empirismo, a observação do mundo físico, abandonando a metafísica e acreditando que o homem tinha a capacidade de amar e ser solidário na sociedade em que estava inserido.

Outra teoria que estava pulsando na época era o *determinismo*. Para seu idealizador, Taine, os princípios tinham como base que o comportamento do ser humano é determinado pelo meio, pela raça e pelo momento histórico, ou seja, para tal corrente o homem é uma máquina guiada pelas leis da física e da química, pela herança genética e pelo ambiente físico e social.

Não podemos esquecer do *darwinismo*, que é, na verdade, uma continuação da teoria *evolucionista*, de Lamarck. Para tal teoria, a natureza e o meio selecionam as variações entre os seres mais fortes, que têm condição de sobreviver e procriar, enquanto os fracos, frágeis e doentes são eliminados antes mesmo da reprodução.

Com base em tudo isso, cria-se uma nova forma de enxergar o ser humano, menos idealizada e mais objetiva, com maior ênfase no observável e no analisável, desconsiderando a chamada “vontade de Deus” e mesmo a vontade humana.

É exatamente nesse contexto, banhado pelo positivismo, que cria o lema de nossa bandeira: ordem e progresso. A noção era de que a necessidade de ordem social levaria a sociedade ao progresso necessário.

Faccina & Casagrande (2006, p. 83) lembram que

Não devemos esquecer que nenhum movimento cultural é único, dominante, sim, globalizante, não. Nem todos os homens viveram e pensaram da mesma forma em um determinado momento; a produção do conhecimento

científico é, pois, um progresso social, o fazer científico submete-se a uma comunidade que o aceita ou rejeita; assim, não há verdade absoluta, mas relativa a um grupo de pessoas que age em um dado tempo em um determinado espaço.

Vale lembrar que havia um clima de insatisfação no final do século XIX apesar do desenvolvimento tecnológico na Europa.

Em nosso país, na mesma época, a abolição da escravidão, a proclamação da República, a Revolta Armada e a Guerra de Canudos marcam uma fase extremamente conturbada, gerando ansiedade em nossa população. No resto do mundo, explode a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Bolchevista, evidenciando a angústia e a necessidade de mudanças radicais.

Voltando ao Brasil, surgem vários problemas sociais, tais como a chamada política café com leite, o centro econômico do país muda para a região Sudeste, São Paulo passa por uma urbanização acelerada e surge uma nova classe média formada por comerciantes, profissionais liberais e burocratas. Como consequência disso, os operários começam a se organizar, fazendo com que o sistema educacional passe por revisão e adequação para atender às necessidades da classe média, da mesma forma que à elite, atendendo os requisitos para a entrada no ensino superior.

Do ponto de vista político, o país estava em um momento de estabilização do regime republicano, sendo necessária a contratação de mão de obra vinda de fora para suprir o trabalho escravo. A consequência disso foi a vinda de estrangeiros, que entrelaçaram à nossa cultura aspectos linguísticos, raciais, religiosos e comportamentais. Tudo isso faz com que o governo tomasse certos cuidados para preservar o patrimônio e a hegemonia; entre eles, a preservação da língua portuguesa e da nacionalidade. Tinha a intenção de manter a unidade, entre eles a instituição do ensino da língua-mãe como algo obrigatório em todo o país. Outras prioridades são a pátria, a ordem e o progresso. Logo, o ensino precisou tomar um novo rumo, mudando a metodologia, o enfoque e o público, este último nem sempre contemplado da forma devida.

Foram diversas reformas educacionais. No início da República, as mudanças na educação são tímidas e têm pouca repercussão prática. No início do período Vargas, o analfabetismo chegou a 80% da população.

Entre 1890 e 1925, o Brasil passou por 5 reformas educacionais, inclusive na variação na duração, sem muito tempo para ajustes, seguindo linhas diferentes, muitas vezes contrárias à anterior. Por isso, é possível entender que 80% da população fosse analfabeta e estivesse fora do sistema educacional.

Entre os nomes que se destacam neste período estão: Júlio Ribeiro, com seu método histórico-comparativo; João Ribeiro, com sua *Gramática Portuguesa* (1887), Maximino Maciel, com sua *Gramática da Língua Portuguesa* (1887); Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, com sua *Gramática da Língua Portuguesa* (1887); Eduardo Carlos Pereira, com sua *Gramática Expositiva da Língua Portuguesa* (1907) e outros também pautados no Positivismo.

4.1.1. Breve análise de *A Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira

A gramática, uma das mais vendidas e editadas naquele momento, feita por Eduardo Carlos Pereira traz os acontecimentos que marcaram o início do século XX e que corroboraram para o conhecimento dele (princípio da imanência). Sendo assim, a *Gramática Expositiva* ganha resignificação pelo princípio da adequação, por meio da aproximação da obra, produzida no início do século XX, com a reflexão linguística atual.

O trabalho de Eduardo Carlos Pereira é publicado primeiramente em 1907 com o título *Gramática Expositiva – Curso Elementar* e destinada aos estudantes do curso secundário, buscando uma linguagem mais acessível. A segunda versão foi batizada de *Gramática Expositiva – Curso Superior* e era destinada aos estudantes do segundo ciclo secundário, com uma linguagem mais elaborada e explicações mais profundas. A última versão foi publicada em 1958, provavelmente por conta da criação da Norma Gramatical Brasileira – NGB.

Faccina & Casagrande (2006, p. 90) apontam que o

conceito de gramática está intimamente ligado à arte de escrever e falar corretamente, conceito esse que vem da Grécia e de Roma, chega ao início do século XX e sedimenta-se na concepção de *sciencia das palavras e sua relações, e arte de usal-a com acerto na expressão do pensamento*.

A gramática de Pereira propõe que o ensino seja feito à parte da gramática histórica. Para ele, os alunos não tinham conhecimento necessário de latim para entendimento de questões mais complexas da língua. Ele chega a sugerir que a língua é viva, algo que passa a ser discutido no século XX, “Grammatica expositiva, descriptiva ou practica é que expõe ou descreve methodicamente os **factos actuaes** de uma língua determinada” (Faccina & Casagrande, 2006, p. 92).

Na época de sua primeira edição, o país precisava de gramáticas que fortalecessem os ideais do nacionalismo republicano, da liberdade, da ordem e do progresso, conforme vimos acima.

Vale lembrar que sua obra representa bem o contexto em que a Europa estava inserida na época, o cientificismo. Ele usa como base a taxionomia, a etimologia e a sintaxe, inclusive trabalhando com linguistas, como P. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer e outros.

O objetivo de Pereira era de perseguir as boas normas de falar e escrever bem por meio dos professores, para alcançar os alunos. Para ele era muito importante impor a norma culta escrita, principalmente através de textos clássicos. Sendo a língua um instrumento de soberania, ele usa dos desígnios da república para preparar uma obra que vai ao encontro dos ideais daquele momento, seguindo os programas oficiais de português. A língua, por meio da norma culta, nesse sentido, é um instrumento que alcança apenas os homens cultos, consolidando os ideais republicanos, principalmente quando a escola não era aberta a todos, mas a alguns poucos privilegiados que poderiam exercer seu poder na sociedade posteriormente.

Na edição de 1909, a influência da linguística fica ainda mais evidente, apresentando a noção de estilística. Além disso, para conseguir adentrar nas escolas, a gramática deveria servir a uma política linguística de dominação. Vale lembrar que o conceito que ele tem de dominação estava ligado a atender aos objetivos de transformar a escola em um trampolim a um nível de cultura necessária aos homens que exerceriam poder no futuro, ou seja, um conceito bem elitista a que nem todos teriam acesso.

É importante destacar que para Pereira já havia distinção entre as variações da fala e a questão da correção da escrita, assunto que continua em voga na atualidade, gerando debates desgastantes com forte influência da mídia, que desconhece a ciência da linguagem. Para tal, ele fez uso de exemplos do português padrão encontrados nos

clássicos modernos. Ele percebeu que as figuras públicas não estavam utilizando o português padrão, e desejou que seu trabalho pudesse ser útil para reverter o quadro que hora se consolidava, através do uso da norma culta nas escolas e, depois, pelas figuras públicas.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro passou a enfatizar ainda mais os ideais nacionalistas e patrióticos, sendo a língua o seu principal instrumento, inclusive exigindo que seu ensino fosse oficializado em todas as comunidades, inclusive de estrangeiros residentes no país, sendo um instrumento da manutenção da cultura nacional, herança que recebida de nossos antepassados.

Embora não houvesse a imposição do uso de uma determinada gramática, o trabalho de Pereira era lido e estudado em todo o país.

Para justificar suas ideias, segundo Faccina & Casagrande (2006, p. 99):

Na 92ª edição, datada de 1954, na página 13, o autor faz um elenco de nomes a que ele chama de *autoridades clássicas que amplamente autorizam as teorias desta gramática*. Esses nomes, consagrados da literatura portuguesa/brasileira (...) vêm servir de escopo para os exemplos, politicamente corretos, dentro do clima de opinião do período. Assim, Pereira enquadra-se no seu tempo como homem ligado ao poder, não ao mando, propriamente dito, mas à elite intelectual que elaborava as leis. Essa ligação indireta (...) faz dele um homem engajado no seu tempo, um homem que presta um serviço inigualável à nação brasileira, na época, carente de identidade.

Podemos notar que sua obra, durante seus cinquenta anos de edições e reedições, passa a se ajustar às reformas e aos programas do governo para entrar nas escolas e instituições, levando a proposta da República aos estudantes, adequando-se ao momento e à política daquela ocasião.

4.1.2. Os pronomes e sua colocação para Eduardo Carlos Pereira

Sobre os pronomes, a *Gramática Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira, apresenta as três pessoas do singular e as três do plural como as gramáticas atuais fazem. Vejamos como o tema é apresentado.

Quando falamos ou escrevemos, as pessoas ou coisas mencionadas no discurso entram em uma das seguintes classes relativas ao ato da palavra: 1^a, *a pessoa que fala*; 2^a, *a pessoa com quem se fala*; 3^a, *a pessoa de quem se fala*. Chamam-se estas classes PESSOAS GRAMÁTICAS, e denominam-se PRONOMES PESSOAIS as palavras que as representam; assim:

SINGULAR	PLURAL
1 ^a . pessoa – eu,	nós
2 ^a . pessoa – tu,	vós
3 ^a . pessoa – êle, ela	êles, elas.

(pág. 114)

Em seguida, o autor apresenta a classificação dos pronomes em duas classes: pronomes substantivos e pronomes adjetivos. Vejamos as seguir:

Pronome substantivo ou PRONOME PESSOAL é o que indica o ser sob simples relação de pessoa, ou substitui o nome sem qualquer outra limitação.¹⁷
Eis os *pronomes pessoais* nas suas VARIAÇÕES ou CASOS, chamados RETOS e OBLÍQUOS:¹⁸

Casos retos	Casos oblíquos
Sing. 1 ^a . pessoa - eu	me, mim, migo
Plu. 1 ^a . “ - nós	nos, nosco
Sing. 2 ^a . “ - tu	te, ti, tigo
Sing. 2 ^a . “ - vós	vos, vosco
Sing. 3 ^a . “ - êle, ela	o, a, lhe, se, si, sigo
Sing. 3 ^a . “ - êles, elas	os, as, lhes, se, si, sigo

¹⁷ Na *Gramática Expositiva – Curso Elementar* (p. 55) a definição aparece de forma mais sucinta: “Pronome substantivo ou PESSOAL é o que substitui o nome, indicando a pessoa gramatical dêste sem qualquer limitação.”

¹⁸ Em sua obra dedicada ao ensino fundamental, Eduardo Carlos Pereira diz: “Têm estes pronomes formas especiais para cada pessoa gramatical, tanto no singular como no plural, e além disso CASOS, chamados *retos e oblíquos*.” (p. 55)

As últimas formas oblíquas só se emprestam com preposição *com* justaposta: - *comigo, contigo, consigo, conosco, convosco*.

As formas *mim, ti e si* vêm sempre precedidas de preposição: - *A mim, SEM mim, A ti, DE ti, etc.* Os pronomes – *se, si, sigo*, chamam-se REFLEXIVOS.

Fora dêste quadro, existem ainda as seguintes palavras e locuções, verdadeiros pronomes da 3ª pessoa: *fulano, beltrano, sicrano, a gente, homem, você, Vossa Mercê, Vossa Senhoria (V. S.ª), Vossa Excelência (V. Ex.ª), Sua Senhoria (S. S.ª), Sua Excelência (S. Ex.ª), Vossa Majestade (V. M.), Sua Majestade (S. M.), etc.*

As formas oblíquas combinam-se entre si do seguinte modo:

Me	o, a, os, as	mo	a, os, as
Te	o, a, os, as	to	a, os, as
Lhe	o, a, os, as	lho	a, os, as
Lhes	o, a, os, as	lho	a, os, as
Nos	o, a, os, as	no-lo	la, los, las
Vos	o, a, os, as	vo-lo	la, los, las

Nota. – *Se e o* não se encontram jamais na mesma frase, sendo incorreto dizer: *Êles SE o arrogam*.

(pp. 115-116)

Logo depois, são apresentados os pronomes adjetivos, conforme fragmento abaixo:

Pronome adjetivo é o que se põe em lugar de um substantivo ou seu equivalente, na terceira pessoa gramatical, ajuntando-lhe uma limitação, isto é, o que, além da qualidade de substantivo pronominal, reúne a função adjetiva de um determinativo, ex.: *AQUILO QUE o homem semear, ISSO também colherá*. Os pronomes adjetivos *aquilo, que e isso*, além de conterem em si a idéia de nome, contêm a função determinativa dos adjetivos *aquê, o qual, êsse*, sendo *aquilo = aquela coisa; que = a qual coisa; isso = essa coisa*.¹⁹

OS PRONOMES ADJETIVOS²⁰ são variantes dos adjetivos determinativos, e se classificam em:

¹⁹ Em sua gramática para o Curso Elementar consta:

“**Pronome adjetivo** é o que, na terceira pessoa gramatical, equivale a um substantivo com um adjetivo determinado, ex.: *alguém = alguma pessoa; nada = nenhuma coisa; isso = essa coisa*.

O pronome adjetivo não pode modificar um substantivo claro na frase por já trazê-lo latente em si” (p. 56)

²⁰ A *Gramática Expositiva: Curso Elementar* apresenta a seguinte nota:

“O *articular, o possessivo e o numeral* não possuem formas especiais para pronome. As próprias formas adjetivas de todos os determinantes são chamados por muitos gramáticos *pronomes*, toda vez que não haja na frase um nome claro a que elas se refiram, como se vê nos seguintes exemplos: *AQUÊLE que*

1) DEMONSTRATIVOS: - *o, isto, aquilo*.

Não sei o (aquilo) que dizes. – No dia do nascimento ninguém pode dizer o (aquilo) para nasce (A. V.) – Não o digas a ninguém, isto é, não digas ISTO ou ISSO a ninguém.

2) CONJUNTIVOS ou RELATIVOS: - *que, quem*.

Há enganos QUE (=os quais) nos deleitam, como desenganos QUE (os quais) nos afligem (M.) – Assim fazem os ímpios e maliciosos, a QUEM não há inocência QUE satisfaça, nem desculpa QUE contente (M.B.)

3) INTERROGATIVOS: - *quê? o quê? quem? qual?*

Vate, vate! QUE és tu? (G.D.) – Logo se não é drama O QUE é? (A.C.) – QUEM eram? – QUAL dêles?

4) INDEFINIDOS: - *alguém e algo, ninguém e nada, outrem e al, tudo, quem quer que, cada qual.*

(pp. 116-117)

O autor finaliza a sessão com duas observações sobre os pronomes adjetivos:

1ª) Considera Grivet, e com êle muitos gramáticos, como pronome todo o adjetivo determinativo que não tem na frase o seu substantivo claro, exemplos: MUITOS *vivem e OUTROS morrem*. Os *que dizem e não fazem são hipócritas*. TODOS *gritam e NENHUM tem razão*. Êle é TAL QUAL *eu esperava*. OS NOSSOS *não compareceram*. – Quando, porém, às formas *pronominais* ou *pronominais* se antepuser o artigo ficam elas SUBSTANTIVADAS, exemplo: O TUDO e O NADA. – O SEU a seu dono. – Havia UM QUÊ de indizível tristeza.

2ª) *O, isto, isso, aquilo, tudo, algo, nada, al* – são formas que correspondem às formas antigas neutras dos adjetivos. Tendo desaparecido o gênero neutro dos substantivos no português, assumiram êsses adjetivos a função pronominal, desde que, sendo neutros, não se podiam agregar a um substantivo, que é sempre ou masculino ou feminino. Diante, porém, de uma forma neutra readquirem êles sua função primitiva de adjetivos, por exemplo: Isso *tudo*, TUDO *isso*, AQUILO *mesmo*. Pondo TUDO *al de parte, venha aqui* (A. C.)

As formas – *quem, alguém, ninguém, outrem*, referem-se a pessoas, e – *que, algo, nada e al*, a coisas. *Al* = *outra coisa*, desapareceu do uso vivo da língua.

semeia ventos, colhe tempestades. – UM planta, OUTRO colhe. – Em casa onde não há pão, TODOS gritam, e NENHUM tem razão. Não digo TAL. – A justiça consiste em dar o SEU a seu dono.

O artigo definido *o*, desacompanhado de substantivo, identifica-se, em sua função, com o pronome demonstrativo.

Repugna, entretanto, à generalidade dos gramáticos, chamar pronome ao *numeral*, quando isolado na frase. Ex.: *Saul matou MIL, Davi DEZ MIL.*” (p. 56-57)

O interrogativo – *o quê?*, embora condenado por ilustres gramáticos como Júlio Ribeiro, Dr. Augusto Freire e outros, tem sido modernamente autorizado por escritores de bom quilate, como A. Castilho, Garrett, A. Herculano, L. Coelho, Rebelo da Silva. Coincide com essas autoridades o uso popular.

(p. 117)

Note que o autor destaca que a língua muda como um organismo, conceito amplamente difundido pela linguística, quando afirma que “Al = outra coisa, desapareceu do uso vivo da língua”. Além disso, ele aponta a inserção de determinados usos por alguns autores e que nem sempre tal uso é uniforme, mas podem coincidir com uso feito pela população: “O interrogativo – *o quê?*, embora condenado por ilustres gramáticos como Júlio Ribeiro, Dr. Augusto Freire e outros, tem sido modernamente autorizado por escritores de bom quilate”.

Sobre a concordância do pronome, sua gramática apresenta uma regra geral e duas regras especiais:

Regra geral:

O PRONOME, quando se flexiona, concorda em GÊNERO e NÚMERO com o nome a que se refere. Exemplos:

Para isso é preciso mais esforço que para afrontar a morte. Mas tu *o* terás. Inspirar-*to*-ão o meu exemplo e a santa memória de nossos pais. – Quero tê-*lo*, Vasco, porque tu *o* desejas (A. H.)

Regras especiais:

1ª) Os pronomes oblíquos *o*, *a*, *os*, *as*, referindo-se a substantivos de gênero diversos, tomam no PLURAL a flexão MASCULINA. Exemplos:

Porque essas *honras* vãs, êsse *ouro* puro,
Verdadeiro valor não dão à gente:
Melhor é merecê-*los* sem *os* ter
Que possuí-*los* sem *os* merecer.

2ª) Referindo-se a um substantivo modificado por outro regido da preposição de companhia *com*, pode o pronome ir para o plural, como acontece com o verbo. Exs.:

Passava um dia de inverno o arcebispo com sua comitiva a serra de Gerez... salteou-*os* uma chuva fria e importuna (Fr. L. S.)

(p. 247)

Vejamos como Eduardo Carlos Pereira descreve a colocação dos pronomes oblíquos:

As formas oblíquas dos pronomes pessoais – *me, te, se o, lhe, nos, vos, os, lhes*, são monossílabos *átonos* ou *fracos*, que, posposto, se incorporam, por isso, na leitura corrente, aos verbos de que são complementos, ou a partículas antepostas ao verbo. Esta incorporação se opera de três maneiras, conforme o pronome se coloca *antes, depois* ou no *meio* do verbo; daí as três posições desses complementos pronominais denominadas – PROCLÍSE, ÊNCLISE e MESÓCLISE.

Dá-se a PROCLÍSE quando o pronome vem *antes* do verbo, chamando-se então – PROCLÍTICO, p. ex.: “Eu *me* arrependo”, a ÊNCLISE, quando vem *depois* do verbo, chamando ENCLÍTICO, p. ex.: “Pedro arrependeu-*se*”; a MESÓCLISE ou TMESE, quando vem no *meio*, chamando-se MESOCLÍTICO, p. ex.: “Pedro arrepende-*se-á*”.

Algumas REGRAS referentes à colocação das formas oblíquas *átonas*, firmadas principalmente no uso dos clássicos portugueses, serão de utilidade.

ÊNCLISE

São ENCLÍTICOS:

1) Quando o período gramatical se inicia pelo verbo, pois é, em geral, vedado começar-se período com pronome oblíquo: *Levantou-se para sair*, e não – *Se levantou para sair*.

Obs. – Não é absoluta esta regra, ao menos no Brasil. *Me parece, me traga*, são expressões generalizadas em nosso falar doméstico. Em Portugal atesta Sr. Cândido de Figueiredo que – *me melem* é idiotismo comum. De fato, dêle usou A. Herculano, no *M. de Cister*: “*Me melem se entendo o doutor*”. Igualmente A. Castilho na seguinte frase: “*Me melem se eu percebo tal doutor*”. E nas cartas de A. Vieira encontram-se “*Me avisam e muito secreto que a Espanha tem resoluta romper a guerra com a França*”.

(p. 264-265)

No fragmento acima, o autor, além de diferenciar as três formas de colocação do pronome oblíquo, destaca-se o uso da ênclise, em que o pronome aparece depois do verbo. Ali ele explica a proibição do uso do pronome no início da oração, quando ela é iniciada por verbo, daí ele destaca a aceitação de tal uso no português do Brasil,

principalmente no uso cotidiano, diferente do português europeu que não admite tal utilização.

Ainda sobre a ênclise, ele continua:

2) Junto aos PARTICÍPIOS PRESENTE e GERÚNDIOS, p. ex.:

O polvo, *escurecendo-se* a si, tira a vista aos outros. (A.V.) – O levita, *tendo-se levantado* o sol, partiu.

Abrem EXCEÇÃO à regra as *locuções perifrásticas* e o *gerúndio* precedido da preposição **em**, por exemplo:

O sol *ia-se pondo*. – Tudo, *em me vendo chegar*, me perguntava por ela e ma pedia. (A. C.)

Nota. – Ao PARTICÍPIO PASSADO nunca se pospõe pronome átono, não se dirá – *Eu tinha falado-lhe*, mas – *Eu lhe tinha falado* ou *tinha-lhe falado*. São, pois, condenáveis as seguintes colocações de Filinto Elísio: *Tinha d’Olmacé trazindo-me* já o meu sustento nesse dia. – *Tinha eu feito o retrato de meu amigo e metido-o* em uma bocetinha que nunca larguei de mim.

3) Nas frases IMPERATIVAS, por exemplo:

É tempo, *apressa-te, faze-te* ao largo. – Todavia, Camões escreveu: “Agora tu, Calíope, *me ensina*”.

4) Junto aos infinitivos puros, em geral, e aos regidos da preposição **a**:

Foi bom dizer-lho, foi bom ter-lho dito (E. Dias.) – O meu (fantasma) tinha sido a Primavera a *sê-lo* (A. C.) – Corríamos a *abraçar-nos* com ela (A. H.) – Acostumado a *sofrê-la* (M. B.)

Obs. – Foi a necessidade de evitar o *hiato*, provocado às vezes pela *próclise* – acostumado *a a sofrer*, que generalizou a *ênclise*. Todavia, Vieira não fugiu ao *hiato*: para que não continue *a o ser*, nem M. Bernardes... pois muitas vezes chegam *a os açoitar*. – Não havendo hiato, a regra deixa de ser imperativa: Oferecendo-se os cercados *a se vender* a partido (A. V.) – As boas obras que fizeres, em ordem *a te dispor* mais com elas... - ... dando lugar *a se fazerem* discursos (L. S.) – Nas orações *intercaladas* é facultativa a *ênclise*: Monstro fero *lhe digo* (ou *digo-lhe*): não te espantes (E. Dias.) – Quem *lho posso* dizer, ou – Não posso dizer-lho (Id.) – Não *as pode* começar a plantar, ou – Não pode *começá-las* a plantar, ou – Não pode começar a *plantá-las* (Id.) – Se o auxiliar *poder* estiver no infinitivo, *poder-se-á* dizer – não *podê-las* começar a plantar (Id.)

Depois da descrição do uso da ênclise, o gramático faz uma descrição bem detalhada do uso da próclise:

São PROCLÍTICOS:

Nas frases negativas, visto que a negativa, sempre anteposta aos verbos, atrai para si o pronome. Exemplos:

Não me confiei de vós (M. B.) – *Nada lhe* pode resistir (A. V.) – *Ninguém vos* vence em amar (M. B.) – Flôres de urzes e amoras de silva *não se* levam ao mercado (A. C.) – *Nenhum* coisa *se* exclui (A. J.) – *Nenhuma* civilização antiga *se* prezou de eloquente (L. C.) – *Jamais se* cumpriu. – *Nem se assegura* a idade anciã... (M. B.)

Nota. Quando a negativa modifica o infinitivo, é facultativa a *próclise*: É um *não contentar-se* de contente. – Mas quem, por *não deixar-te*, a não deixara! (C.)

Obs. – E' mui comum entre os clássicos e entre escritores portugueses antepor-se o pronome ao advérbio *não*. A Aquiles *lhe não* bastou um mundo (A. V.) – Velei a pira enquanto *se não* extinguiu. – Eu é que *me não* atrevo a explicar-lho. – Ainda que menos comum, encontra-se a posposição, que, em geral, é preferida no falar dos brasileiros: Flôres de urzes *não se* levam ao mercado (A. C.) – Tirou-lhe Jacó da mão o cetro e *não lho* deu (A. V.) – Há uma colocação clássica interessante do pronome oblíquo antes do sujeito, estranha ao falar do Brasil: Isto que *vos eu* escrevo – Uma tarde de verão que *me eu* estava acompanhado só de minhas cogitações (A. C.) – Nomes com que *se o* povo néscio engana (C.)

Mais uma vez Eduardo Carlos Pereira enfatiza a diferença entre o uso das formas oblíquas, conforme fragmento acima. Desta vez, ele descreve as variações entre o uso no Brasil e em português.

Em seguida, ele continua descrevendo o uso das proclíticas:

2) Nas proposições subordinadas ligadas pelos RELATIVOS – *que, o qual, quem, cujo, quanto, onde*, e pelas CONJUNÇÕES DE SUBORDINAÇÃO – *que, quando, enquanto, se, porque, para que, segundo, conforme, quer... quer*, etc. Exemplos:

Amôres menos entendidos das turbas a *quem se referiam* (A. C.) - ... igreja *cujas* portas *se lhe* abriram (M. B.) – Vêde o mundo *que* eu *vos* mostro (Id.) – Vieram-se avizinhando temporais *que* por derradeiro *nos* arrancaram também a nós (Id.) – Não ha estudo, nem mais apetitoso, nem mais

aproveitado, que o da fala da nossa terra, *quando se tem* por mestra uma mulher a *que se ama* (A. C.) – E *que me importam* a mim? (A. H.) – *Enquanto a teve* (C. C. B.) – Perdoai, *se vos ofendi* (G.) – *Como se chama?* (Id.) – *Vêde como se conformou* com ela... (C. C. B.) – A civilização, *segundo se admite*, com irrefragáveis fundamentos (L. C.) – *Conforme eu te possuir*, assim serei rico (M. B.) – *Quer o diga, quer o não diga* (E. Dias.)

Obs. – Exceções numerosas encontram-se máxime em relação às conjunções – *que* e *porque*, exemplos: Sejam liberais, *porque* o povo *paga-se* muito desta virtude (A. de F.) – Antigamente, convertia-se o mundo; hoje por que se não converte ninguém? *porque* hoje *pregam-se* palavras e pensamentos, e antigamente *pregavam-se* palavras e obras? (A. V.) – *Que* a quem não quer a sua graça, *castiga-o* com o privar da *glória* (Id.) – Notai *que* os dois primeiros *escusaram-se* com a fazenda (Id.) – Fiquem-se com o Senhor, *que vou-me* (A. C.) – É verdade *que* V. Exa. *pede-me* apenas reflexões ao correr da pena (A. H.) – É princípio de direito *que* quem invoca, um documento na parte útil *aceita-o* na parte nociva (Id.) – *Porque* D. Teresa *ergue-se* imediatamente (Id.) – *Porque* mestre João *mostrava-se* assaz cioso da própria autoridade (Id.) – Rua! *que* o almotacé *traz-me* de ôlho (Id.) – Vai, *que* eu logo *procuro-te* (C. C. B.) – Mate-me, *que* eu *perdôo-lhe* a morte (Id, AP. E. Carneiro) – É que nós conhecemos a vida pública dos visigodos, e não a sua íntima, *enquanto* os séculos da Espanha restaurada *revelam-nos* a segunda (A. H.) - ... o dos pés era um crânio humano, *cujas* bordas negras *dir-se-ia* haverem sido queimadas (Id. M. de Cister.)

3) Nas proposições OPTATIVAS, por exemplo:

Bons olhos o vejam. – *Bom proveito lhe faça* (A. H.)

4) Com os INDEFINIDOS – *todo, tudo, isso, isto, muito, pouco*, etc., quando precedem ao verbo:

De tôdas lhe resultam harmonias... *de tôdas se reflète* o amor e a sabedoria (A. C.) – *Todos se lembram hoje.* (L. C.) – *Isto se explica* bem com o símil (M. B.)

Nota. – Numerosas exceções em bons escritores mostram que esta regra assinala apenas uma tendência, que ao ouvido educado compete determinar em cada caso. O mesmo se poderá dizer quanto aos outros determinativos – adjetivos e pronomes.

5) Com os ADVÉRBIOS, quando precedem ao verbo:

Agora me dizem que é chegada a ratificação da paz (A. V.) – *Bem se viu* nos que estavam já pegados (Id.) – *Já se sabe que há de ser* Santo Tomás (Id.) – *Assim me sentia* eu levado para uma ilha de amôres (A. C.) – *Aqui se vê* a providência e a previdência (A. V.) – E *então se desposam* Israel e Raquel (M. B.) – Ainda me restam algumas perguntas (Id.) –

Tarde vos comecei amar (Id.) – *Sempre me justifico* de mim para comigo mesmo (Id.) – *Quanto mais se sobe*, maior queda se dá.

Obs – Como no antecedente, o ouvido educado é o melhor juiz neste caso, pois não raro aparecem exceções, como, por exemplo: *Antigamente convertia-se* o mundo. Porque *hoje pregam-se* palavras (A. V.) – *Agora lembra-me* tudo (A. H.) – *Depois deu-se* a si própria (Id.) – *Hoje usa-se* outra coisa (Id.) – *Aqui vê-se* a luz do céu e *tudo isto vê-se* para se ter mais fome (Id.) – Quiseram *antes baldear-se* para o jardim (A. C.) – O papa *então chamava-me* o banana (Id.) – *Agora estava-as* fixando em si próprio ?! (Id.)

A lei que determina a *ênclise* ou a *próclise* neste e noutros casos, segundo o inteligente professor Said Ali, é a *pausa* ou a *sua ausência* na pronúncia dessas palavras de *atração*, sendo êsse o sêgreto de sua fôrça atrativa; assim, fazendo-se *pausa*, não há *atração*: - *Isto passava-se* um dia antes (L. S.) – *Ali falavam-se* verdades aos reis e grandes (Júlio de Castilho.) – *Aqui, canta-se; ali, dança-se*. Havendo pronúncia ligada, observa-se a regra: *já se vê, cá me tens, aqui se canta*.

(p. 267-268)

Finalizando a sessão sobre a colocação dos oblíquos, o autor apresenta o uso dos mesoclíticos, que reproduzimos abaixo:

São MESOCLÍTICOS:

No futuro imperfeito e no imperfeito do condicional as vêzes em que não fôr obrigatória a *próclise*, como, p. ex.:

Dai e dar-se-vos-á (A. P.) – *Far-se-á juízo sem misericórdia* aos que não usaram de misericórdia (Id.) – *Faltar-me-ia o tempo se eu quisesse falar de tudo*.

Nota. – As pessoas *oxítonas* do fut. imperfeito repelem a *ênclise* por *antieufônica*. Ninguém dirá *falarei-te, falará-nos, falará-vos*. – Neste caso só é admissível a *próclise* e a *mesóclise*. Semelhantemente as pessoas *proparoxítonas* repugnam, em geral, a *ênclise*, como: *amáramos-te, amássemo-lo*. – São raríssimos, se não impossível, no Brasil, os seguintes *bisesdrúxulos* do Sr. Gonçalves Viana: *louvávamos-to, louvávamo-vo-lo* (*Exposição da pronúncia normal portuguesa*, pág. 86).

Observações:

1^a) Nas *conjugações perifrásticas do infinitivo* pode o pronome, quando a isso não se opuserem as regras que acabamos de estabelecer, ocupar quatro posições, *antes* e *depois* do auxiliar, *antes* e *depois* do infinitivo, como, por exemplo:

Pedro se tem de calar Pedro tem de calar-se
 Pedro tem-se de calar Pedro tem de se calar
 Sendo negativa a proposição, o pronome só poderá ocupar três posições: a) P. não se tem de calar; b) P. não tem de calar-se, c) P. não tem de se calar. – As construções: *O diretor mandou-me inscrever e o diretor mandou inscrever-me* – não são equivalentes: no primeiro caso *me* é o *agente* (sujeito) de inscrever, no segundo é o *paciente* (objeto direto).
 2ª) É manifestamente levar ao exagêro a topologia pronominal o ensinar que o *pronome reto*, *as conjunções coordenativas*, *os adjetivos possessivos* e *numerais* atraem normalmente o *obliquo*: *Eu busco-a, ela se oculta*. – *Mas despe-se* (A. C.) – *Entretanto as intenções tinham-se dirigido* exclusivamente para a nave central (A. H.) – *A sua frente enxugou-se* (Id.) – *Um dos cavaleiros afastou-se* (Id.) (p. 268)

O autor ainda destaca o reflexivo *se*, conforme fragmento abaixo:

Êste pronome, chamado reflexivo pela propriedade característica de recambiar a ação verbal para o mesmo sujeito que a prática, não possui em latim, donde nos veio, *caso reto*. Daí o princípio aceito pela maioria dos gramáticos de não poder ser êle *sujeito* do verbo no modo finito. Querem, entretanto, alguns que em certas construções, como – *faz-se a barba*, seja SE pronome indefinido com a significação de *alguém*, sujeito do verbo, correspondente ao *on* francês. Tal análise é artificial, está em antagonismo com os fatos atuais da língua e com os seus antecedentes históricos.
 Nos seis casos seguintes, figuramos tôdas as funções vernáculas do pronome SE, tratando em seguida da função francesa, que se vai generalizando.

- 1) *Êle se feriu.*
 Êle se arroga o direito.
- 2) *Êle se arrependeu.*
 Êle se vai embora.
- 3) *Êle e ela amavam-se reciprocamente.*
- 4) *Alugam-se quartos.*
- 5) *Vive-se.*
 Entra-se na sala.
- 6) *Ama-se Bernardes.*

(pp. 327-328)

Em sua *Gramática Expositiva – Curso Elementar*, constam algumas regras especiais para colocação dos pronomes:

a) Nas posições INTERROGATIVAS, quando não é êle representado pelos *pronomes interrogativos* QUE e QUEM. Exs.:

Está *êle doente?* – Fica *essa* taba? (G. D.) – *Quem* está aí?

b) Nas posições OPTATIVAS e IMPERATIVAS. Exs.:

Seja *êle* feliz! – Faze *tu* o bem!

(p.133)

A partir da breve apresentação da questão dos pronomes segundo Eduardo Carlos Pereira, passaremos a tratar do tema na gramática de Celso Cunha e Cintra (1985).

4.2. As gramáticas de Celso Cunha

É a partir de meados do século XX que se percebe um grande avanço nos estudos gramaticais em nosso país. Entre os autores de destaque vale citar o mineiro Celso Cunha, com suas gramáticas inovadoras e entre as mais importantes da segunda metade do século XX.

A produção gramatical de Celso Cunha está concentrada nas décadas de 1970 e 1980, resultado de fatos históricos da segunda metade do século XX que incidiram nas medidas legais que marcaram a educação brasileira. Vale destacar as diversas alterações que definiram as diretrizes educacionais, destacando-se a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930; a reforma do ensino universitário feita por Gustavo Capanema, criando a Universidade do Brasil, posteriormente renomeada como Universidade Federal do Rio de Janeiro; a elaboração de propostas pedagógicas, realizada pelo Colégio Pedro II, tornando modelo para o ensino médio em todo o país, enfatizando os estudos textuais e reduzindo os estudos gramaticais normativos (SILVA & NOGUEIRA, 2008, p. 123-124).

Um dos episódios mais importantes foi a oficialização da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959. Tal episódio influenciou as gramáticas durante aquele momento. Destaca-se também a criação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, em 1961, dando maior consistência ao ensino de português, sendo a disciplina obrigatória em todo ciclo ginásial.

Com relação à linguística, a disciplina foi implantada nos cursos de Letras das faculdades (1962).

Para SILVA & NOGUEIRA (2008, p. 125):

A produção gramaticográfica de Celso Cunha data, porém de meados do século XX, apresentando-se ainda de forma incipiente, com seus primeiros manuais e gramáticas destinados, sobretudo, ao ensino da Língua Portuguesa (*Português elementar*, de 1948; *Manual de português: curso de admissão*, de 1958; *Manual de português: 3ª e 4ª séries ginasiais*, de 1958; *Gramática moderna*, de 1970, entre outros). São trabalhos, por assim dizer, inaugurais, mas que, apesar disso, já apontavam para uma produção de maior fôlego teórico e alento didático. Evidentemente, o fato de se tratar de estudos propedêuticos não desmerece o resultado alcançado, atuando, ao contrário, como ato fundador da gramaticografia de Celso Cunha. Prova disso é o reconhecimento da importância dessa parcela de seu legado pela crítica mais conceituada: (...) seu *Manual de português* teriasido o “progenitor de uma família de gramáticas que tornaria o nome de Celso Cunha conhecido em todos os lugares do mundo em que se estudasse o português” (PICCHIO, 1995); enquanto que para Cilene da Cunha Pereira esse e outros livros do mesmo naipe seriam os responsáveis diretos pela produção de suas principais gramáticas (PEREIRA, 1995a).

Entre 1970 e 1985 foram produzidas quatro gramáticas por Celso Cunha.

A primeira foi a *Gramática do português contemporâneo*, publicada primeiramente em 1970, sendo substituída pela *Nova gramática do português contemporâneo*, que foi a base para os modelos posteriores.

A base teórica que Celso Cunha seguiu estava ligada ao linguista sueco Adolf Noreen. Para Cunha, há necessidade de um equilíbrio entre a liberdade linguística e o registro retirado dos textos clássicos, sempre buscando simplicidade e inteligibilidade. Outras influências que merecem destaque foram: Otto Jespersen, com a norma linguística como instrumento coercivo de regras; Eugenio Coseriu, em questão de variedade linguística individual e coletiva; Roman Jakobson, com a ocorrência de sistemas simultâneos e sua normas.

Se por um lado Celso Cunha se apresenta como um gramático conservador, que tinha a intenção de fazer um trabalho sistematizador, e por outro, é um acadêmico inovador, recusando o purismo radical, introduzindo conceitos como aceitabilidade e inteligibilidade.

SILVA & NOGUEIRA (2008, p. 129) destacam que

Após a publicação dessa primeira gramática de sucesso, Celso Cunha escreveu, ao longo da década de 1970, duas

outras gramáticas que, embora possam ser consideradas um desdobramento desse seu trabalho inaugural, marcam mais um interregno em sua atividade gramaticográfica, a qual só será efetivamente retomada por sua última obra nesse campo, já na década de 1980. E isso se dá precisamente pelo fato de que tanto sua *Gramática da língua portuguesa* quanto sua *Gramática de base* apresentam um feitiço destoante, em relação à primeira e à última de suas gramáticas.

A *Gramática da língua portuguesa* teve a sua primeira edição em 1972 por meio do Ministério da Educação e Cultura e pela Fundação Nacional de Material Escolar e chegou à décima edição, em 1983. Para Silva & Nogueira (2008, p. 129), essa gramática é um retrocesso em relação às outras publicadas pelo mesmo autor.

Em 1979, Celso Cunha publica a *Gramática de base*, que chegou à nona edição em 1985. Essa gramática foi influenciada pelo funcionalismo linguístico, principalmente por autores como Jakobson e Martinet.

A *Nova gramática da língua portuguesa* foi publicada em 1985 e foi feita em coautoria com Luís Filipe Lindley Cintra, gramático português. Ela representa a maturidade de Celso Cunha do ponto de vista teórico. A mesma gramática foi publicada em Portugal em 1984 com seu texto integral e, em 1985, foi lançada no mesmo país uma versão resumida chamada *Breve gramática do português contemporâneo*.

Um dos maiores méritos dessa gramática está na inovação teórica, inserindo uma discussão sobre o português do Brasil e evitando o excesso de purismos de textos anteriores, inclusive, tratando da “língua brasileira” (CUNHA, 1986, p. 25). Além disso, leva em conta os registros da língua portuguesa nos três continentes, fora a liberdade que o autor apresenta em relação ao coloquialismo e da oralidade.

Por fim, SILVA & NOGUEIRA (2008, p. 129) enfatizam que a sua última gramática

Inovadora em muitos aspectos, essa gramática de Celso Cunha – como, até certo ponto, também ocorre com as anteriores – apresenta muitas semelhanças com gramáticas mais recentes, o que apenas reafirma sua posição como um gramático inovador, em consonância com seu tempo e aberto às novidades teóricas. É, pelo menos, o que se depreende da simples comparação entre essa obra e alguns pressupostos teórico-ideológicos presentes em gramáticas de outros autores.

As gramáticas de Celso Cunha apresentam propostas novas em relação a outras publicações da época. Entre elas, destacam-se: o uso equacionado sociolinguístico da linguagem coloquial e o reconhecimento dos valores afetivos da língua, tendo como base autores dos três continentes: América, Europa e África. Logo, a norma coloquial, a culta e a literária interagem, trazendo um registro da realidade da língua no mundo, principalmente ao discutir o processo contínuo de transformação da linguagem e usá-lo para o ensino de uma língua real e mutante.

4.2.1. Os pronomes e sua colocação para Celso Cunha

Celso Cunha expõe que os pronomes servem para simbolizar um substantivo, que são chamados de pronomes substantivos

Os **campos, que** suportaram a longa presença solar a queimá-
los incessantemente, recebem agora a água abundante com
uma gula feliz (p.289)

e para acompanhá-lo estabelecendo a dimensão do seu significado, chamado de pronomes adjetivos

Quanto valem, és capaz de dizer? Leques espanhóis, de seda,
de **alguma bisavó** do **meu tio** cônego, com **estas pérolas** de
prata e oiro! (p.289)

Essas duas classes de pronomes se distinguem na prática, pois os pronomes substantivos se isolam na frase, enquanto os pronomes adjetivos são empregados sempre junto de um substantivo, concordando com ele em gênero e número.

Exemplos:

Lembrança a todos **os teus**. (pronome substantivo)

Teus olhos são dois desejos. (pronome adjetivo)

Em seguida, o autor caracteriza os pronomes em:

Pronomes Pessoais

1º) por denotarem as três pessoas gramaticais, isto é, por terem a capacidade de indicar um colóquio:

a) *quem fala* = 1ª pessoa: *eu* (singular), *nós* (plural);

b) *com quem se fala* = 2ª pessoa: *tu* (singular), *vós* (plural);

c) *de quem se fala* = 3ª pessoa: *ele, ela* (singular); *eles, elas* (plural);

2º) por poderem representar, quando na 3ª pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa:

Santas virtudes primitivas, ponde

Bênçãos nesta **Alma** para que **ela** se uma

A Deus, e vá, sabendo bem por onde...

(A. de Guimarães, OC, 1'49.)

Levantaram **Dona Rosário**, quiseram levanta-la, embora **ela** se opusesse, choramingasse um pouco, dissesse que não lhe era possível fazê-lo.

(M. J. de Carvalho, AV, 137)

3º) por variarem de forma, segundo: a) a função que desempenham na oração; b) a acentuação que nela recebem.

(pág. 269)

O quando abaixo evidencia a correlação entre as formas dos pronomes pessoais:

	PRONOMES PESSOAIS RETOS	PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS NÃO REFLEXIVOS	
		ÁTONOS	TÔNICOS
SINGULAR – 1ª pessoa - 2ª pessoa - 3ª pessoa	eu tu ele, ela	me te o, a, lhe	mim, comigo ti, contigo ele, ela
PLURAL – 1ª pessoa - 2ª pessoa - 3ª pessoa	nós vós eles, elas	nos, vos os, as, lhes	nós, conosco vós, convosco eles, elas

Segundo o autor, as formas dos pronomes pessoais podem ser retas – quando funcionam como sujeito da oração; e oblíquas – quando se apresentam como objeto na oração.

Formas *O, LO* e *NO* do pronome oblíquo:

Quando o pronome oblíquo da 3ª pessoa, que funciona como objeto direto, vem antes do verbo, apresenta-se sempre com as formas *o, a, os, as*.

Assim:

Não **o** ver para mim é um suplicio.

Nunca **a** encontramos em casa.

João ainda não fez anos; ele **os** faz hoje.

Eles **as** trouxeram consigo.

Quando, porém, está colocado depois do verbo e se liga a este por hífen (pronome enclítico), a sua forma depende da terminação do verbo.

Assim:

1º) Se a forma verbal terminar em vogal ou ditongo oral, empregam-se *o, as, os, as*:

Louvo- o	Louvei- os
Louvava- o	Louvou- as

2º) Se a forma verbal terminar em *-r, -s* ou *-z*, suprimem-se estas consoantes, e o pronome assume as modalidades *lo, la, los, las*, como nestes exemplos:

Vê-lo para mim é um suplício.

Encontramo-la em casa.

João ainda não fez anos; fá-los hoje.

Não quero vendê-las.

3º) Se a forma verbal terminar em ditongo nasal, o pronome assume as modalidades *no, na, nos, nas*.

Dão- no	Tem- nos
Põe- na	Trouxeram- nas

(pp. 270- 271)

Observemos como Cunha expõe a colocação dos pronomes oblíquos:

1. Em relação ao verbo, o pronome átono pode estar:

a) ENCLÍTICO, isto é, depois dele:

calei-**me**.

b) PROCLÍTICO, isto é, antes dele:

Eu **me** calei.

c) MESOCLÍTICO, ou seja, no meio dele, colocação que só é possível com formas do FUTURO DO PRESENTE ou do FUTURO DO PRETÉRITO:

Calar-**me**-ei.

Calar-**me**-ia.

2. Sendo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ênclise:

Agarraram-na conseguindo, a muito, **arrastá-la** do quarto.

(Coelho Netto, OS, I, 43)

Na segunda-feria, ao ir ao Morenal, **parecera-lhe** sentir pelas costas risinhos a **escarnecê-la**.

(Eça de Queiroz, O, I, 43)

(p. 300-301)

Cunha comenta, ainda, que essa colocação é evitada, havendo conflitos na norma portuguesa e na brasileira.

REGRAS GERAIS

1. Com um só verbo

1º) Quando o verbo está no FUTURO DO PRESENTE ou no FUTURO DO PRETÉRITO, dá-se tão-somente a PRÓCLISE ou a MESÓCLISE do pronome:

Eu **me** calarei.
 Eu **me** calaria.
 Calar-**me**-ei.
 Calar-**me**-ia.

2º) É, ainda, preferida a PRÓCLISE:

a) Nas orações que contêm uma palavra negativa (não, nunca, jamais, ninguém, nada, etc.) quando entre ela e o verbo não há pausa:

- **Não lhes dizia** eu?
 (M. de Sá-Carneiro, CF, 348)

Nunca o vi tão sereno e obstinado.
 (C. dos Anjos, M, 316.)

- **Ninguém me disse** que você estava passando mal!
 (A. M. Machado, JT, 208.)

b) Nas orações iniciadas com pronomes e advérbio interrogativos:

Quem me busca a esta hora tardia?
 (M. Bandeira, PP, I, 406.)

c) Nas orações iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas orações que exprimem desejo (optativas):

Que o vento te leve os meus recados de saudade.
 (P. Namora, RT, 89.)

d) Nas orações subordinadas desenvolvidas, ainda quando a conjunção esteja oculta.

Quando me deitei, à meia-noite, os preços estavam à altura do pescoço.
 (C. Drummond de Andrade, BV, 20.)

e) Com o gerúndio regido da preposição **em**:

Em se ela anuviando, em a não vendo,
 Já se me a luz de tudo anuviava.
 (J. de Deus, CF, 205.)

3º) Não se dá a ÊNCLISE nem a PRÓCLISE com os PARTICÍPIOS. Quando o PARTICÍPIO vem desacompanhado de auxiliar, usa-se sempre a forma oblíqua regida de preposição. Exemplo:

Dada a mim a explicação, saiu.

4º) Com os infinitivos soltos, mesmo quando modificados por negação, é lícita a PRÓCLISE ou a ÊNCLISE, embora haja acentuada tendência para esta última colocação pronominal:

E ah! Que desejo de **a tomar** nos braços...
(O. Bilac, P, 72.)

Para não fitá-lo, deixei cair os olhos.
(Machado de Assis, OC, I, 807.)

5º) Pode-se dizer que, além dos casos examinados, a língua portuguesa tende à PRÓCLISE pronominal:

a) quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc.) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe:

Até a voz, dentro em pouco, **já me parecia** a mesma.
(Machado de Assis, OC, I, 858)

b) quando a oração, disposta em ordem inversa, se inicia por objeto direto ou predicativo:

Razoável lhe parecia a solução proposta.

c) quando o sujeito da oração, anteposto ao verbo, contém o numeral *ambos* ou algum dos pronomes indefinidos (*todo, tudo, alguém, outro, qualquer, etc.*):

Ambos se sentiam humildes e embaraçados.
(P.Namora, TJ, 293.)

d) nas orações alternativas:

- Das duas uma: **ou as faz** ela **ou as faço** eu.

6º) Observe-se por fim que, sempre que houver pausa entre um elemento capaz de provocar a PRÓCLISE e o verbo, pode ocorrer a ÊNCLISE:

Pouco depois, detiveram-se de novo.
(Ferreira de Castro, OC, I, 403.)

Observação:

Costumam os escritores do idioma, principalmente os portugueses, inserir uma ou mais palavras entre o pronome átono e o verbo, sendo mais comum a intercalação da negativa não:

Era impossível que **lhe não deixasse** uma lembrança.
(Machado de Assis, OC, I, 563.)

2. Com uma locução verbal

1. Nas LOCUÇÕES VERBAIS em que o verbo principal está no INFINITIVO ou no GERÚNDIO pode dar-se:

1º) Sempre a ÊNCLISE ao infinitivo ou ao gerúndio:

O roupeiro **veio interromper-me**.

(R. Pompéia, A, 37.)

Ia desenrolando-se a paisagem.

(R. Correia, PCP, 304.)

2º) A PRÓCLISE ao verbo auxiliar, quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do pronome a um só verbo, isto é:

a) quando a locução verbal vem precedida de palavra negativa, e entre elas não há pausa:

Tempo que navegaremos

Não se pode calcular.

(C. Meireles, OP, 141.)

b) nas orações iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos:

- **Que mal me havia de fazer?**

c) nas orações iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas orações que exprimem desejo (optativas):

Como se vinha trabalhando mal!

Deus nos há de proteger!

d) nas orações subordinadas desenvolvidas, inclusive quando a conjunção está oculta:

O sufrágio **que me vai dar** será para mim uma consagração.

(E. da Cunha, OC, II, 634.)

3º) A ÊNCLISE ao verbo auxiliar, quando não se verificam essas condições que aconselham a PRÓCLISE:

Ia-me esquecendo dela.

(G. Ramos, AOH, 40.)

2. Quando o verbo principal está no PARTICÍPIO, o pronome átono não pode vir depois dele. Virá, então, PROCLÍTICO ou ENCLÍTICO ao verbo auxiliar, de acordo com as normas expostas para os verbos na forma simples:

- **Tenho-o trazido** sempre, só hoje é que o viste?

(M. J. de Carvalho, TM, 152.)

(p. 301-307)

Cunha traz ainda em seu livro a colocação dos pronomes átonos no Brasil. Verifiquemos:

A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica.

Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas:

a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*:

- **Me desculpe** se falei demais.

(É. Veríssimo, A, II, 487.)

b) a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação:

- Se Vossa Reverendíssima me permite, **eu me sento** na rede.

(J. Montello, TSL, 176).

c) a próclise ao verbo principal nas locuções verbais:

Será que o pai **não ia se dar** ao respeito?

(Autran Dourado, SA, 68.)

(p. 307-308)

Terminada a exposição sobre a abordagem dos pronomes para Cunha e Cintra (1985), analisaremos o *corpus* extraído do *Almanack Corumbaense (1898)*, uma coletânea de documentos que tratam do desenvolvimento do comércio, das atividades portuárias, dos projetos de remodelação da cidade baixa (o porto, o cais) e de sua comunicação com a parte alta da cidade. (SOUZA, 2005, p.2)

4.3. Análise dos pronomes extraídos do *Almanack Corumbaense (1898)*

Neste tópico, serão empregados os princípios metodológicos de Koener que permitiram o reconhecimento da historiografia linguística como corrente linguística: contextualização, imanência e adequação. Este último busca a aproximação ou o distanciamento da língua no tempo. Por meio, dele estabeleceremos conexões sobre as regras da colocação pronominal entre as gramáticas de Pereira (1918) e Cunha e Cintra (1985).

Elencamos 176 (cento e setenta e seis) tipos de colocações pronominais extraídas de frases do *Almanack Corumbaense*, a partir do ano de 1898, e as analisamos conforme

os princípios da historiografia linguística, comparando-as com as gramáticas de Pereira (1918) e Cunha & Cintra (1985).

Vejamos os dados retirados do *corpus* abaixo.

Abordagem 1:

No grupo de frases abaixo, encontramos locuções verbais com o verbo no infinito. De acordo com Cunha e Cintra (1985, p. 305):

1. Nas LOCUÇÕES VERBAIS em que o verbo principal está no INFINITO ou no GERÚNDIO pode dar-se:

1º) Sempre a ÊNCLISE ao infinitivo ou ao gerúndio.

A gramática de Eduardo Carlos Pereira (1985) não aborda esse item.

(1) *Assim, pois, confiante, lanço, agora, primeira força da que **deverá trazer-me** a experiência da tentativa para meu futuro governo.* (p. II)

(2) *Aquella que **sabe elevar-se** pelo coração, anulando-se, com opprortunidade, nas luctas da repúbluca, tem consigo galgar as culminâncias da genuínas aspirações de sexo.* (p. III)

Verifica-se que o autor do *Almanack Corumbaense (1898)* acompanhou a regra proposta na gramática de Cunha & Cintra (1985), isto é, empregou a ênclise aos verbos no infinitivo.

Ainda, de acordo com Cunha & Cintra (1985, p. 307):

3º) A ÊNCLISE ao verbo auxiliar, quando não se verificam essas condições que aconselham a PRÓCLISE:

(3) *...construído no centro, onde a tarde, aos domingos, **faz-se ouvir** uma das bandas militares dos dois Batalhões da guarnição.* (p. XI)

Neste caso, Pereira (1918) também não faz menção a essa teoria.

Abordagem 2:

Logo abaixo, constatamos o emprego da ênclise no início das frases, uma vez que não se inicia frase ou período com pronomes oblíquos.

De acordo com Cunha & Cintra (1985, p. 304):

6. Observe-se por fim que, sempre que houver *pausa* entre um elemento capaz de provocar a PRÓCLISE e o verbo, pode ocorrer a ÊNCLISE:

O mesmo se afere da gramática de Pereira (1918, p. 264):

469. São ENCLÍTICOS:

1) Quando o período gramatical se inicia pelo verbo, pois é, em geral, vedado começar-se período com pronome oblíquo: *Levantou-se para sair, e não – se levantou para sair.*

(4) *Ainda, **echoa-nos** ao ouvido aquella bellissima e inisiva phase terminal do seu relatório apresentado já ao Dr. Prudente de Moraes. (p. III)*

(5) *Tendo frequentado o curso de humanidades em Cuyabá, **dedicou-se** em sua mocidade ao commercio, onde conseguiu realizar regular fortuna. (p. III)*

(6) *... e tomadas exactas contas de tudo, **se reconheceu** que as pílulas... (p. 25)*

Diante dos dados expostos acima, tanto Cunha & Cintra (1985) e Pereira (1898) não contradizem as regras: Ocorre a ênclise e as frases confirmam a aplicação das normas gramaticais.

Já no dado (6), a frase não obedece à regra, aproximando-se da oralidade à época da realização do *Almanack Corumbaense (1898)*.

Abordagem 3

Na próxima análise, identificamos a ocorrência da próclise, pois, quando há verbos próximos às palavras de sentido negativo, estas atraem o pronome para antes do verbo. Vejamos:

De acordo com Cunha & Cintra (1985, p. 301):

2º) É, ainda, preferida a PRÓCLISE:

a) Nas orações que contêm uma palavra negativa (não, nunca, jamais, ninguém, nada, etc.) quando entre o verbo não há pausa:

Pereira (1918, p. 266) expõe da seguinte maneira:

470. São proclíticos:

- 1) Nas frases NEGATIVAS, visto que a negativa, sempre anteposta aos verbos, atrai para si o pronome.

Novamente, os autores mantêm a aproximação entre as normas gramaticais, pois, ambos esclarecem que expressões de sentido negativo atraem o pronome oblíquo para antes do verbo. As frases (7) e (8) confirmam as explicações de Cunha & Cintra (1985) e Pereira (1918).

(7) ***Não se conformando*** com a política adaptada pelo 1º Governador do Estado, Marechal Antonio Maria Coelho... (p. 99)

(8) – Elle ***não os tinha***, minha senhora, era doido.. (p.6)

(9) *Ella nunca quis se formar em direito, nunca jogou nos fundos públicos e **nunca ocorreu-lhe** apostar corridas de bicyclete.* (p. 92)

Na frase (9), D'Elia se distancia das normas compreendidas nas gramáticas de Cunha & Cintra (1985) e Pereira (1918), empregando o pronome *lhe* após o verbo. Ainda assim, a semântica da frase não é alterada, mantendo-se o sentido da oração.

Abordagem 4:

Adiante, verificamos o uso de próclise nas orações que contêm advérbios anteriores ao verbo.

Conforme com Cunha & Cintra (1985, p. 303,306):

5º) Pode-se dizer que, além dos casos examinados, a língua portuguesa tende a próclise pronominal:

- a) quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc.) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe:
- d) nas orações iniciadas por pronomes ou **advérbios** interrogativos:

Para Pereira (1918, p. 266-267):

470. São PROCLÍTICOS:

5) Com os ADVÉRBIOS, quando precedem ao verbo:

(10) *Uma excelente instituição instrutiva acaba de fundar-se com geraes applausos: o Gabinete de Leitura Corumbaense, **onde já se encontram** unnumerous tratados scientificos e grande subsidio literário.* (p. XII)

(11) ... *que o chrístianismo **sabiamente lhe impoz**...* (p. 92)

(12) *Felizmente **lembrou-se** de um bom expediente...* (p. 42)

Outra vez, os autores Cunha & Cintra (1985) e Pereira (1918), acordaram-se em relação aos princípios da colocação pronominal proclítica nos dados acima. Na frase (11), D'Elia empregou o pronome *se* após o advérbio de tempo, já na (12), após o advérbio de modo, confirmando as teorias dos autores citados acima.

Porém, no dado (12), o autor preferiu posicionar o pronome *se* após o verbo. Todavia, em nada alterou o significado da oração.

Abordagem 5:

Nos dados abaixo, evidenciamos a próclise em orações subordinadas, mesmo se a conjunção estiver elíptica. Lembramos que os pronomes relativos também são fatores de próclise. Observemos:

Cunha & Cintra (1985, p. 305-306):

2º) A PRÓCLISE ao verbo auxiliar, quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do pronome a um só verbo, isto é:

d) nas **orações subordinadas** desenvolvidas, inclusive quando a conjunção está oculta:

Para Pereira (1918, p. 266):

470. São PRÓCLITOS:

2) Nas proposições subordinadas ligadas pelos **RELATIVOS** – que, o qual, quem, cujo, quanto, onde, e pelas **CONJUNÇÕES DE SUBORDINAÇÃO** – que, quando, enquanto, se, porque, para que, segundo, conforme, quer ... quer, etc.

(13) ... *sem dúvida alguma para a sensível irregularidade que se nota na disposição e delineamento de suas ruas e praças*. (p. 66)

(14) *Ia perdendo minha sogra, que se afogou*. (p. 63)

(15) *Mil vezes viver soffrendo, do que entregarmo-nos ao abandono, precipitando-nos no abysmo, embora tenhamos de sofrer*. (p. 61)

Notadamente, verificamos mais uma vez que há harmonia nas explicações dos autores, pois, tanto Cunha e Cintra (1985) como Pereira (1918), consideram que as conjunções, mesmos quando ficam subentendidas, são fatores de próclise.

Observamos que nas orações (13) e (14), D'Elia manteve a conformidade com as regras expostas nas gramáticas de Cunha e Cintra (1985) e Pereira (1918), posicionando o pronome *se* antes do verbo e após o pronome relativo *que*, cuja função sintática na primeira e na segunda frase é de sujeito das orações adjetivas – *que se nota* e *que se afogou*.

Na frase (15), o autor do *Almanack Corumbaense (1898)* preferiu empregar o pronome *nos* após o verbo, mantendo distância do pronome relativo.

Abordagem 6:

No caso abaixo, destacam-se frases com colocação pronominal proclítica quando acompanhadas de alguns pronomes indefinidos.

Cunha & Cintra (1985, p. 304):

5º) Pode-se dizer que, além dos casos examinados, a língua portuguesa **tende** à PRÓCLISE pronominal:

c) quando o sujeito da oração, anteposto ao verbo, contém o numeral *ambos* ou algum dos pronomes indefinidos (*todo*, *tudo*, *alguém*, *outro*, *qualquer*, etc.)

Para Pereira (1918, p. 266):

470. São PRÓCLITOS:

4) Com os indefinidos – *todo*, *tudo*, *isso*, *isto*, *muito*, *pouco*, *etc.*, quando precedem ao verbo:

(16) (...) *que se uma mulher nos perdeu, **outra nos salvou***. (p. 44)

(17) *Ninguém olha para si e **todos nos parecem** doidos...* (p. 32)

(18) ... e como **este desenvolve-se** também ... (p. 24)

Cunha & Cintra (1985) aborda a tendência, ou inclinação, do uso da próclise, quando os pronomes indefinidos estão posicionados antes do verbo. Já Pereira (1918), expressa que, quando os indefinidos estiverem antecedidos aos verbos, utiliza-se a próclise.

No dado (16) e (17), houve coerência entre as frases do *Almanack Corumbaense (1898)* com as normas gramaticais abordadas pelos autores mencionados acima. A frase (18) afasta-se do conceito de Pereira (1918), mas não se distancia totalmente da concepção de Cunha & Cintra (1985), pois este, ao citar a expressão *tendência*, deixa subentendido que o uso da ênclise também é aceitável.

Abordagem 7:

Cunha & Cintra (1985, p. 303):

5º) Pode-se dizer que, além dos casos examinados, a língua portuguesa tende à PRÓCLISE pronominal:

d) nas orações alternativas:

(19) – Ora vae-te á... (p. 12)

O ensinamento de Cunha e Cintra (1985) é claro quando cita a expressão *tende a PRÓCLISE* quando as conjunções alternativas precedem ao verbo. Neste caso, a conjunção *ora* vem anteposto ao verbo, mas D'Elia emprega o pronome *te* após o verbo, utilizando a colocação pronominal enclítica.

Já Pereira (1918) não faz menção ao assunto.

Abordagem 8:

Em regra, quando o verbo estiver no gerúndio, usa-se a ênclise. Há uma exceção que veremos logo à frente.

Para Cunha & Cintra (1985, p. 305)

1º) *Sempre* a ÊNCLISE ao infinitivo ou ao **gerúndio**:

Para Pereira (1918, p. 265):

469. São ENCLÍTICOS:

2) Junto aos PARTICÍPIOS PRESENTES e **GERÚNDIOS**.

(20) *Dotado de vivíssima actividade, tino e penetração, surgiu nos arraiaes políticos, filiando-se ao então partido liberal...*

(21) *Novembro de 1891, q'aqui repercutio profundamente, traduzindo-se na revolução de 22 de Janeiro de 1802... (p.IV)*

(22) ... Sr. Coronel Antônio Cesário de Figueiredo, 1º Vice-Presidente, e retirando-se de novo à vida privada. (p. VII)

Os autores mantêm a aproximação das idéias ao elencar nas gramáticas a colocação pronominal enclítica quando o verbo se encontra no gerúndio.

Da mesma forma, as frases descritas acima se aproximam das ideias dos autores, uma vez que todas as frases seguem os princípios de Cunha & Cintra (1985) e Pereira (1918).

Porém, há uma exceção para o uso da colocação pronominal em orações com o verbo no gerúndio. Vejamos abaixo:

Cunha & Cintra (1985) descreve que com o gerúndio regido da preposição *em* emprega-se a próclise. Exemplo: **Em se** ela **anuviando**, **em a** não **vendo**, já se me a luz de tudo anuviava. (J. de Deus, CF, 205.)

Igualmente, Pereira (1918) ensina que, quando o verbo no gerúndio vier precedido da preposição *em*, usa-se a próclise. Exemplo: O sol *ia-se pondo*. – Tudo, *em me vendo chegar*, me perguntava por ela e ma pedia. (A. C., 267-268)

Abordagem 9:

Os autores descrevem que, quando o verbo estiver no infinitivo, usa-se, em regra, a ênclise. Porém, a próclise não é totalmente proibida neste caso.

Cunha & Cintra (1985, p. 303):

3º) Com os INFINITIVOS soltos, mesmo quando modificados por negação, é lícita a PRÓCLISE ou a ÊNCLISE, embora haja acentuada tendência para esta última colocação pronominal:

Pereira (1918, p. 265) expõe que:

469. São ENCLÍTICOS:

2) Junto aos infinitivos puros, em geral, e aos regidos da preposição *a*:

(23) ... *iniciativa* **de instruir-se** ... (p.XII)

(24) *Não foi possível* **por-se** *a essa lei a devida execução...* (p. IX)

(25) *A nossa existencia é um problema difficil* **de se resolver**, *e tudo que vemos sobre a terra, não passa de um sonho.* (p. 60)

Ambos os autores tratam da ênclise, sendo que Cunha e Cintra (1985) não descartam totalmente a noção de próclise, mas corrobora da idéia de Pereira (1918) de que as formas pronominais enclíticas são mais utilizadas, indo além do conceito do século XIX, demonstrando mudanças nas regras do português contemporâneo.

Abordagem 10:

Há silêncio nas gramáticas de Cunha e Cintra (1985) e Pereira (1918) sobre casos de colocação facultativa.²¹

(26) *Para as mães se fizeram as grandes paixões...* (p. 86)

(27) *... o céu se estenebrece mais...* (p. 78)

(28) *Em poder dos paraguayos conservou-se desde esta ultima data até o memorabilíssimo 13 de Junho de 1867, dia em que as valorosas armas do Exército nacional, um troço de militares e patriotas chefiados pelo muito pranteado mattogrossense Marechal Antônio Maria Coelho ...* (p. IX)

Abordagem 11:

Interessante observar que Cunha & Cintra (1985, p. 307) e Pereira (1918, p. 264) elucidam sobre o uso dos pronomes átonos no Brasil. Vejamos:

Para Cunha & Cintra (1985, p. 307):

A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS NO BRASIL
A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio norma, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica.

Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas:

a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*:

²¹ A gramática de Schocair (2012, p. 455), o assunto é tratado da seguinte forma: “41.4.CASOS DE COLOCAÇÃO FACULTATIVA, B. Sujeito anteposto ao verbo. Este fator, entretanto, não deve quebrar os princípios da colocação pronominal, ou seja, dê preferência à ênclise.”

Para Pereira (1918, p. 264):

469. São ENCLÍTICOS:

- 1) Quando o período gramatical se inicia pelo verbo, pois é, em geral, vedado começar-se período com pronome oblíquo: *Levantou-se para sair, e não – se levantou para sair.*

Obs. – Não é absoluta esta regra, ao menos no Brasil. Me parece, me traga, são expressões generalizadas em nosso falar doméstico.

(29) *Porém, maior surpresa, e mais dolorosa, me estava ainda reservada.* (p. 67)

As idéias dos autores são semelhantes ao descrever o uso do pronome *me* no Brasil, principalmente na forma coloquial. Mesmo não obedecendo às regras gramaticais, é costume iniciar frase com o pronome *me*. O autor do *Almanack Corumbaense (1898)* se aproxima do conceito das regras expostas pelos estudiosos Cunha & Cintra (1985) e Pereira (1918) ao iniciar período de frase com o pronome oblíquo *me*.

Abordagem 12:

Em relação à Mesóclise, temos:

Para Cunha & Cintra (1985, p. 300):

c) MESOCLÍTICO, ou seja, no meio dele, colocação que só é possível com formas do FUTURO DO PRESENTE ou do FUTURO DO PRETÉRITO:

Calar-me-ei.

Calar-me-ia.

Pereira (1918, p. 268):

471. São MESOCLÍTICOS:

No futuro imperfeito e no imperfeito do condicional às vezes em que não for obrigatória a *próclise*, como, p. ex.:

Daí e dar-se-vos-á (A. P.) – Far-se-á juízo sem misericórdia aos que não usaram de misericórdia (Id.) – Falar-me-ia o tempo se eu quisesse falar de tudo.

(30) *Quanto ao Amor, dir-te-hei, procura reconquistal-o, apresentando-lhe...* (p. 12)

Mais uma vez, há consonância acerca desse assunto entre os autores, pois ambos utilizam a mesóclise em frase com verbos no futuro do presente ou do pretérito, e futuro imperfeito. No *Almanack Corumbaense (1898)*, encontramos apenas uma colocação pronominal mesoclítica.

Das 176 colocações pronominais analisadas, evidenciamos que a ênclise foi a posição predominante no *Almanack Corumbaense (1898)*, aparecendo 117 vezes na colocação clítica; em seguida temos a próclise, com 58 aparições, e, por fim, a mesóclise, que foi recomendada em apenas 1 situação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pronomes oblíquos átonos (me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes) podem ocupar três posições, numa frase ou período, em relação ao verbo: *antes (próclise), no meio (mesóclise) e depois (ênclise)*.

Ao realizarmos a análise da colocação pronominal (próclise, mesóclise e ênclise) dos pronomes átonos oblíquos no *Almanack Corumbaense* (1898), utilizando as gramáticas elaboradas pelos autores Cunha & Cintra (1985) e Pereira (1918), constatamos a aproximação dessa ocorrência linguística nas gramáticas e no citado Almanack.

Apesar da influência das condições culturais, sociais, históricas e regionais, e do distanciamento temporal entre as gramáticas, as regras da colocação dos clíticos átonos não se diferem, muito pelo contrário, há harmonia entre as normas expostas pelos citados autores. Notamos que não houve significativa mudança entre a gramática de Celso Cunha (1985) e a gramática de Pereira (1918), e que o *corpus* utilizado segue o ensinamento desses estudiosos.

Analisamos 176 (cento e setenta e seis) colocações pronominais contidas no *Almanack Corumbaense* (1898), das quais 58 (cinquenta e oito) são próclise, 117 (cento e dezessete) são ênclise e apenas 1 (uma) é mesóclise. Constatamos que a ênclise foi posição predominante no *Almanack Corumbaense* (1898),

6. REFERÊNCIAS

ALMANACK CORUMBAENSE. Corumba, MT : Typ. Italiana, 1898.

ALMEIDA, Miguél Eugenio. *Alfredo Clemente Pinto e suas contribuições para o ensino da Língua Portuguesa: Um estudo historiográfico*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2007.

_____. *Historiografia linguística aplicada às obras de gramática*. In PEREIRA, Danglei; RODRIGUES, Marlon Leal. (orgs.). *Língua e Literatura I: questões teóricas e práticas*. São Paulo: Nelpa, 2012.

ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 1998.

_____. *Questões em Historiografia linguística* in revista da ANPOLL, nº2, 1996: 45-70.

_____. *Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil*, Revista Argentina de Historiografia linguística, I, 2, 2009.

ARRUDA, J. J. de H. *História Moderna e Contemporânea*. 9 ed. São Paulo, Ática: 1978.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. *O Fazer Historiográfico em Língua Portuguesa*. Puc/Sp – Upm. 2004. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/historiografico_neusa.pdf, acesso em: out/2011.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. *História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. *História entrelaçada 4: os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BECHARA, EVANILDO. *Prefácio*. In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BIOGRAFIA CELSO CUNHA. *Instituto Camões*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/ccunha.html>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

BIOGRAFIA RESUMIDA CELSO Ferreira da Cunha. *Filologia*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/celsocunha.html>. Acesso em 21 de Janeiro de 2013.

BORBA, P.da S. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Nacional, 1967.
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. Disponível em: <http://linguistica.fflch.usp.br/cedoch>. Acesso em 30 de Dezembro de 2012.

COELHO, Olga. *Léxico, Ideologia e a Historiografia linguística do Século das Identidades*, Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial, Editora UFPR, 2003.

CORUMBÁ. *Portal da Prefeitura de Corumbá*. Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.

CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.

_____. *Gramática de base*. Rio de Janeiro: FENAME, 1978.

_____. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1970.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lidley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2012.

DADOS ECONOMICOS. *Portal da Prefeitura de Corumbá*. Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/dados-economicos/11/>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA. Disponível em: <http://www.linguistica.fflch.usp.br/node/569>. Acesso em 30 de dezembro de 2012.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá: Confluências das Frentes Espanhola e Portuguesa – 1536-1778*. Campo Grande: Editora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000.

FACCINA, Rosemeire Leão da Silva; CASAGRANDE, Nancy dos Santos. *A Gramática Expositiva da Língua Portuguesa: uma abordagem historiográfica*. In. BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 2: a construção de gramática e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FAVERO, Leonor Lopes. *Prefácio*. In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERREIRA, Ester. *Historiografia linguística de Mattoso Câmara: Contribuições à Linguística Brasileira*, Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas, 2008.

GODOY, Eliana Vieira. *Historiografia linguística: Um percurso histórico linguístico*. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.2, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Sinopse dos Estudos do Português no Brasil*. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

GUIMARÃES, Elisa. *Prefácio*. In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. *Prefácio*. In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 4: os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GUTIERRES, Edison Aparecido. *Vida e Contribuição Educacional de Eduardo Carlos Pereira*, 2010. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/017.pdp. Acesso em 30 de Dezembro de 2012.

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA PUC-SP. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/grupo%20de%20pesquisa/PROF_NEUSA_PROF_DIELI.pdp. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA UEG. *Pesquisa*. Disponível em: <http://www.jussara.ueg.br/conteudo/1124>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA UFG. *IMAGO – Grupo de Historiografia de Pesquisa em Linguística*. Disponível em: <http://imago.letras.ufg.br/pages/26519>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

IAPECHINO, Mari Noeli Kiehl. *Aspectos da Gramatização no Brasil*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno08-07.html>. Acesso em 28 de dezembro de 2012.

KOERNER, Konrad. (1996) *Questões que persistem em historiografia linguística*. In Revista da ANPOLL, nº 2, p. 45.

_____. *Practicing Linguistic Historiography*. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. IN BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

MILANESI, Dálcio Aurélio. *Sobre a Guerra do Paraguai*. 2004. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/005/06his_milanesi.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 3. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

MURTINHO, Max Nunes. *Os Periódicos pré e pós-divisão na História Econômica Mato-Grossense (1970-2000)*. Disponível em: http://www.revista.ajes.edu.br/arquivos/artigo_20120212172832.pdp. Acesso em 13 de janeiro de 2013.

MUSSALIM, Fernanda; BENITES, Ana Christina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, J. V. *Fundamentos teórico-metodológicos da historiografia linguística*. In: _____. (Org.). *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

_____. *A Historiografia linguística: Rumos Possíveis*. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/historiografia_jarbas.pdp. Acesso em 30 de Dezembro de 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *A Obra Científica de Mattoso Câmara Jr, Estudos da Língua (gem). Mattoso Câmara e os estudos linguísticos no Brasil*. Vitória da Conquista, n.2, 2005.

SILVA NETO, Serafim da Silva. *Capítulos da História da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova presença, 1986.

SILVA, Mauricio e NOGUEIRA, Sônia. *Percurso gramaticográfico de Celso Cunha: da Gramática do português contemporâneo à Nova gramática do português contemporâneo*. In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 4: os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e, FERREIRA, João Carlos Vicente. *Cuiabá-MT: breve história de Mato Grosso e seus municípios*. [s.n.], 1994

SWIGGERS, Pierre. *História e historiografia da linguística: status, modelos e classificações*. Disponível em <https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/297572/1/PTEutomia.pdf>. Acesso em 6 de dezembro de 2012.

PAULA, Ana Maria Alves Rodrigues de. *Documentos dos séculos XVIII e XIX: edições semidiplomáticas e notas ortográficas*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

_____. *Gramática expositiva: curso elementar*. 34 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1918.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 113 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

PEREIRA, Antutérpio Dias. *A Província de Mato Grosso no século XIX: Liberdade, resistência e escravidão através da análise quantitativa dos processos crimes encontrados no arquivo público de Mato Grosso*. Disponível em: <http://www.anpuhms.org/eventos/xiencontrohistoriams/anais/A%20PROV%2B%E CNCIA%20DE%20MATO%20GROSSO%20NO%20S%2B%EBCULO%20XIX%20%20LIBERDADE,%20RESIST%2B%E8NCIA%20E%20ES CRAVID%2B%E2O%20 ATRAV%2B%EB S%20DA%20AN%2B%FCLISE%20QUANTITATIVA%20%20DO S%20PROCESSOS%20CRIMES%20ENCONTRADOS%20NO%20A.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2012.

SALES, Thiago Rabelo. *Guerra do Paraguai: Controvérsias da Historiografia sobre as causas do conflito*. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h9_2.pdp. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

SCHOCAIR, Nelson Maia. *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*. 6. Ed. Niterói: Impetus, 2012.

SOUZA, João Carlos. *Corumbá, MS - o desejo de integração à civilização em fins do século XIX*. In. *Anais do ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Londrina, 2005, p. 2. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0503.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2013.

SOUZA, Lécio Gomes de. *História de Corumbá*. Academia Maçonica de Letras de Mato Grosso do Sul, 2008.

_____. *História de uma Região: Pantanal e Corumbá*. São Paulo: editora Resende Tributária Ltda. 1973.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, Jessé da Cruz e VASCONCELO, Roosevelt Santos de. *História do Mato Grosso do Sul*: História da criação/divisão do Estado de Mato Grosso do Sul, 2008. Disponível em: <http://ampulhetta.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=70>. Acesso em 03 de Janeiro de 2013.

ANEXOS

Os dados do corpus retirados do *Almanack Corumbaense* (1898):

Abordagem 1:

- (1) *Assim, pois, confiante, lanço, agora, primeira força da que **deverá trazer-me** a experiência da tentativa para meu futuro governo. (p. I)*
- (2) *Aquella que **sabe elevar-se** pelo coração, anulando-se, com opprortunidade, nas luctas da repúbluca, tem consigo galgar as culminâncias da genuínas aspirações de sexo. (p. III)*
- (3) *Mas, a melhor reforma, na opinião do illustre publicista Estevam de Mendonça, **fora construir-se** um elevador. Isso, porem, ficará para ... melhores dias. (p. XI)*
- (4) *... que é preciso **dar-me** de comer ... (p. 32)*
- (5) *Uma excellente instituição instrutiva **acaba de fundar-se** com geraes applausos: o Gabinete de Leitura Corumbaense, onde já se encontram unnumeros tratados scientificos e grande subsidio literário. (p. XII)*
- (6) *... E deve **agourar-se** de que... (p. 25)*

Abordagem 2:

- (7) *Ainda, **echoa-nos** ao ouvido aquella bellissima e inisiva phase terminal do seu relatório apresentado já ao Dr. Prudente de Moraes. (p. III)*
- (8) *Tendo frequentado o curso de humanidades em Cuyabá, **dedicou-se** em sua mocidade ao commercio, onde conseguiu realizar regular fortuna. (p. III)*
- (9) *Dotado de vivíssima actividade, tino e penetração, surgiu nos arraiaes políticos, **filiando-se** ao então partido liberal...*
- (10) *Novembro de 1891, q'aqui repercutio profundamente, **traduzindo-se** na revolução de 22 de Janeiro de 1802... (p. IV)*
- (11) ***Orientava-o** e inspirava-o ainda a energia indomável do seu chefe. (p. IV)*

- (12) *Em seguida, pela mesma Assembleia foi, a 15 de Agosto de 1891, eleito Presidente do Estado, **cabendo-lhe** a difícil e gloriosa tarefa da respectiva reconstrução político-social, missão essa que elle desempenhou cabal e magistralmente. (p. V)*
- (13) ***Interrompeu-o** nos seus labores a revolução de 22 de janeiro de 1892 levantanda pelo partido nacional então na opposição. (p. V)*
- (14) *No seu governo, **realisou-se**, a 20 de Junho de 1897, a inauguração da ponte de aço sobre o rio Coxipó, primeira ponte metálica intreoduzida em Matto-Grosso. (p. VII)*
- (15) *Filho de distinta família, activo e laborioso, **dedicou-se** sempre à indústria pastoril e agrícola... (p. VIII)*
- (16) ***Acha-se** situada à margem direita do Rio Paraguay aos 19°. (p.10)*
- (17) *Por imperial decreto datado de 11 de abril de 1853, **mandou-se** declarar o seu porto habilitado para o Commercio e bem assim lhe foi mandado crear uma meza de rendas. (p. IX)*
- (18) *As ruas de Corumbá obedecem às leis da symetria, **cortando-se** em perfeitos ângulos rectos. (p. XV)*
- (19) *Para que guarde o leitor pállida Idea do seu adiantamento, **apresentamos-lhe** a ligeira estatística infra de commercio, industria, industriaes e profissões. (p. XIII)*
- (20) ***Tratando-se** de moléstia da pelle, dar minuciosas informações sobre o estado local e geral da cutts, não esquecendo referir o diagnostico (nome da moléstia se por ventura já tiver sido feito por medico. (p. 39)*
- (21) ***Prohibem-se** as bênçãos... (p. 46)*
- (22) ***Some-se** progressivamente nos recôncavos da historia aquelle affrontoso servilismo da actividade humana a princípios dogmáticos, mysteriosos e intangíveis, emanados d'uma auctoridade theocrática ou divina, d'uma fonte extrínseca a consciência pessoal. (p. 57)*
- (23) ***Cavara-se** um abysmo profundo entre phenomenos psychologicos e sociaes. (p. 57)*

- (24) *Cavara-se um abysmo profundo entre phenomenos psychologicos e sociaes; **circundara-se** de fortes muralhas todo esse edificio pomposo de bagatellas de umapriorismo estéril, d'uma methaphysica vã e d'uma mythologia phantasista. (p. 72)*
- (25) *Alguns se julgam com uma força interminável, e é quando, mal sabem elles, as suas forças vão se extinguindo lentamente, **tornando-se**, não só para si como para a humanidade, inservíveis. (p. 60)*
- (26) *Quando deveria recompensal-a das fadigas dispensadas por Ella, **vê-lo** prostrado no leito, nas agonias da morte. (p. 60)*
- (27) ***Fala-se** em todo o globo 860 línguas ou idiomas puros, e cerca de 5.000 dialectos. (p. 62)*
- (28) ***Pode-se** dizer que são obras salvas do esquecimento dos séculos. (p. 62)*
- (29) *Em meio, **eleva-se** o sobrado, onde funciona o Vice Consulado Portuguez. (p. 67)*
- (30) ***Attestam-no** sobejamente a numerosissima e crescente clientela a que tem que diariamente attender, e a fama do seu nome, que voa de um a outro extremo do Brazil. (p. II)*
- (31) *De coração agradeço aos Srs. Pedro Trony e Alvaro Bomilcar o concurso hábil que me prestara, **redigindo-o**. (p. I)*
- (32) *Si for insuccedido no meu commettimento, **resta-me** a consolação de que a elle não fui levado por interesses d'outra espécie que não fossem aquelles que se prendem à felicidade desta minha segunda pátria – o Brazil. (p. I)*
- (33) *A elle, diz o Dr. João Severiano da Fonseca, foram commettidos, desde o começo, trabalhos da maior importância, começando por um mappa do itinerario que seguiram do Rio de Janeiro à Villa Bella, e identificando-se com a capitania fez della uma nova pátria, **estudando-a**, **fazendo-a** conhecida no mundo, e ahi sepultando-se, após quase quarenta annos de nobres e famosos trabalhos (*). (p. 68)*
- (34) *Tremem ninhos, oscillam ramos, **curvam-se** con as gigantescas á passagem rígida das bâtegas d'agua açoitadas pela lufadas do vento. (p. 78)*
- (35) ***Lembrar-se** desses dias luminosos e sentir-se a refrega gelada da ventania, que curva a peuveira alterosa dos montes!... (p. 79)*

- (36) **Calou-se** no mangueiral o gemido melodioso dos gaturamos, e o horizonte, estreito, é um círculo vaporoso e nevoento... (p. 79)
- (37) Aquella que sabe elevar-se pelo coração, **annulando-se**, com opprortunidade, nas luctas da republica, tem consigo galgar as culminâncias da genuínas aspirações de sexo. (p. 92)
- (38) Achilles, o heroe da “Illiada”, **vestia-se** de mulher só para estar em outras em maior intimidade. (p. 96)
- (39) Apesar de todo o cuidado e atenção que empregamos na correcção das provas, **escaparam-nos** alguns erros e senões. (p. 99)
- (40) A’ pag. 44-40ª linha, **leia-se** – Dias – em lugar de – Diz. (p. 99)
- (41) A’ pag. 42-40ª linha, **acha-se**, em alguns exemplares, co’ a boreca, em vez de co’ a breca. (p. 99)
- (42) Em seguida, pela mesma assembleia foi, a 15 de agosto de 1891, eleito Presidente do Estado, **cabendo-lhe** a difficil tarefa da respectiva reconstrução politico-social, missão essa que elle desempenhou cabal e magistralmente. (p. V)
- (43) O governo da União, reconhecendo nelle um dos robustos órgãos da nossa jurisprudência, **recompensou-o** dos seus serviços à nação, nomeando-o Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo esse mui consentâneo e muito na altura da sua vasta illustração jurídica e critério político. (p. VI)
- (44) O governo da União, reconhecendo nelle um dos robustos órgãos da nossa jurisprudência, recompensou-o dos seus serviços à nação, **nomeando-o** Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo esse mui consentâneo e muito na altura da sua vasta illustração jurídica e critério político. (p. VI)
- (45) Uma légua ao Sul, no abaixo, **acha-se** a novel e florescente freguezia de Ladário, com importantíssimo Arsenal de Marinha... (p. XIII)
- (46) Não é, porém, de admirar que a sua progressividade ainda esteja tão desconhecida do mundo official e político, pois que, **abrindo-se** uma chorographia do Brazi..... (p. 16)
- (47) **Conversava-se** em literatura ... (p. 40)

- (48) **Emprega-se** sempre com resultado efficaz nas convalecencias de moléstias graves... (p. 34)
- (49) **Proíbem-se** as bênçãos matrimoniais desde quarta-feira de cinzas até o primeiro domingo depois da Páschoa. (p. 46)
- (50) **Sabe-se** que os antigos dividiam a vida em períodos septenarcos, vendo no número fatídico o emblema das vicissitudes humanas. (p. 51)
- (51) ... naturalmente livre, **resolve-se** no termo.... (p. 52)
- (52) ... consciência adquirida, **realizando-se** um indivíduo natural... (p. 52)
- (53) **Dá-lhes** uns desejos? (p. 55)
- (54) Além disso, **contam-se**: os 7 sábios da Grécia; as 7 maravilhas do mundo; os 7 peccados mortaes; as 7 cores do prisma; as 7 notas da música; os 7 circulos do inferno dantesco; os 7 beijos de Buckingham; não se esquecendo de que o número 7 é da conta de ... (p. 51)
- (55) – **Dize-me** cá, porque diabo puzeste tu a garrafa de azeite na minha meza de escrever? (p. 16)
- (56) – **Engana-se**, meu senhor ... (p. 16)
- (57) – Como as necessidade domésticas, **encontra-se**... (p. 18)
- (58) ... com factos naturaes, **inventam-n'a**. (p. 61)
- (59) **Attestam-no** sobejamente a numerosissima e crescente clientela a que tem diariamente attender, e a fama do seu nome, que voa de um a outro extremo do Brazil. (p. II)
- (60) Sempre a transitar por aquelles pontos, **chamava-me** a attenção e aguçava-me a curiosidade ... (p. 67)
- (61) Dotado de vivíssima actividade, tino e penetração, surgio nos arraies políticos, **filiando-se** ao então partido liberal...

(62) *Victorioso nesta cidade, onde nascera o movimento revolucionário estendeu-se a Cuyaba, **obrigando-o** a deixar o alto cargo de que se achava revestido e a retirar-se para o exterior, o que não o fez sinão depois de um enérgico protesto publicado pela imprensa. (p. V)*

(63) *O governo da União, reconhecendo nelle um dos robustos órgãos da nossa jurisprudência, **recompensou-o** dos seus serviços à nação, **nomeando-o** Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo esse mui consentâneo e muito na altura da sua vasta illustração jurídica e critério político. (p. VI)*

(64) *Aquella que sabe elevar-se pelo coração, **annulando-se**, com opprortunidade, nas luctas da repúbluca, tem consigo galgar as culminâncias da genuínas aspirações de sexo. (p. 92)*

(65) *As ruas de Corumbá obedecem às leis da symetria, **cortando-se** em perfeitos ângulos rectos. (p. XI)*

(66) *Alguns se julgam com uma força interminável, e é quando, mal sabem elles, as suas forças vão se extinguindo lentamente, **tornando-se**, não só para si como para a humanidade, inservíveis. (p. 60)*

(67) *Não é, porém, de admirar que a sua progressividade ainda esteja tão desconhecida do mundo official e político, pois que, **abrindo-se** uma chorographia do Brazil, cujo autor é um patriota illustre e eminentemente conhecido, o Dr. Alfredo Moreira Pinto, ainda é Ella apresentada n'estes lacônicos termos: "Corumbá, a antiga povoação de Albuquerque, à margem do Paraguay, victimada pelos paraguayos, com Alfandega". (p. XIV)*

(68) *Em seguida, pela mesma assembleia foi, a 15 de agosto de 1891, eleito Presidente do Estado, **cabendo-lhe** a difícil tarefa da respectiva reconstrução político-social, missão essa que elle desempenhou cabal e magistralmente. (p. V)*

(69) *Para que guarde o leitor pállida Idea do seu adiantamento **apresentamos-lhe** a ligeira estatística ... (p. XIII)*

(70) *(...)si continua com essas palavras a offende a minha pudicícia, **queixo-me** ao snr. Emprezario! (p. 7)*

(71) *... **Mandou-se** tocar a 'Muchacha'. (p. 14)*

(72) *... e tomadas exactas contas de tudo, **se reconheceu** que as pílulas... (p. 25)*

Abordagem 3

(73) *Não se conformando* com a política adaptada pelo 1º Governador do Estado, Marechal Antonio Maria Coelho... (p. 99)

(74) – Elle *não os tinha* ... (p. 6)

(75) Mas *não te importes*, oh sombra gloriosa e intemerata, oh espírito cavalleiroso e recto! (p. 68)

(76) Victorioso nesta cidade, onde nascera o movimento revolucionário estendeu-se a Cuyaba, obrigando-o a deixar o alto cargo de que se achava revestido e a retirar-se para o exterior, *o que não o fez*, sinão depois de um enérgico protesto publicado pela imprensa. (p. V)

(77) Infelizmente a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, ainda *não se resolveu* a brindar-nos com trez viagens mensaes... (p. X)

(78) Adão significa a terra, e Eva significa a vida. Mas *não nos detenhamos* em definições hebraicas. (p. 14)

(79) Alguns espíritos têm sentido a necessidade de magua, e quando *não a experimentarão* com factos naturaes, inventam-n'a. (p. 61)

(80) Ella nunca quis se formar em direito, nunca jogou nos fundos públicos e *nunca occorreu-lhe* apostar corrdas de bicyclete. (p. 92)

Abordagem 4:

(81) Uma excellente instituição instrutiva acaba de fundar-se com geraes applausos: o Gabinete de Leitura Corumbaense, *onde já se encontram* unnumeros tratados scientificos e grande subsidio literário. (p. XII)

(82) ... que o christianismo *sabiamente lhe impoz*... (p. 92)

(83) Taes são, em lacônicos traços, os factos mais importantes da sua vida de homem público, aonde *sempre se salientou* pela sua independência de character e illustração de espírito. (p. 99)

- (84) **Alli se achava**, quando o foi buscar o ilustre Dr. Manoel Victorino Pereira, Vice-Presidente da República, e então nas funções de Presidente, por enfermidade do honrado Dr. Prudente... (p. II)
- (85) Na actualidade, a mulher americana é a que **mais se aproxima**, pelo seu temperamento adiloso e activo, à mulher de outros tempos. (p. 96)
- (86) Cheguei ao termo de minha jornada e **só me resta** ser chamado pelo Senhor ao seio dos meus antepassados... (p. 61)
- (87) A segunda, concepção extraordinária dos Marat, dos Robespierre, dos Desmolin, é muito boa filha do nosso obscuro patrício Bernardo Vieira de Mello que muito **bem a planejou**, e **muito bem a estudou**, quase oitenta annos antes. (p. 84)
- (88) A sua administração tem sido caracterizada pela extrema moderação, tino, orientação, e largueza de vistas, que **muito o recommendam** a gratidão dos seus governados. (p. 12)
- (89) Na actualidade, a mulher americana é a que **mais se aproxima**, pelo seu temperamento ardiloso e activo, a mulher de outros tempos. (p. 96)
- (90) Marco Antônio, antes de vencido por Octaviano, **já o havia** sido por Cleopatra.
- (91) **Como se chama** a mulher... (p. 42)
- (92) **Como se vê**, o aparelho respiratório está sujeito a muitas e fáceis alterações, algumas das quais são bastante perigosas. (p. 24)
- (93) – **Como se deu** o crime? (p. 56)
- (94) ... dahi **se tirava** a illação ... (p. 51)
- (95) ... gradualmente **afirmando-se** um ser moral...(p. 52)
- (96) ... **e aqui propagou-se** admiravelmente...(p. 63)
- (97) Hoje **acha-se** o ministro de Viação e Industri occupando...
- (98) ... **mas tinha-se** esquecido ... (p. 42)
- (99) Felizmente **lembrou-se** de um bom expediente... (p. 42)

Abordagem 5:

- (100) ... irregularidade **que se nota** na disposição (p. 66)
- (101) ... antes da refeição **se lhe prepare** ... (p. 32)
- (102) ... adiantamento **em que se acha**... (p. XII)
- (103) ... a única **que se especialisa** n'este genero. (p. 37)
- (104) ... fontes de amor **que se convertem**... (p. 86)
- (105) ... **que lhe foram** conferidos pela lei de 7 de outubro ... (p. IX)
- (106) ... tratamento **a que se** submetto... (p. 39)
- (107) ... o que **si se desse** entre nós... (p. 51)
- (108) ... no homem **que se civilisa**... (p. 52)
- (109) ... **que se chama** harmonia... (p. 52)
- (110) ... **que se quizerem** ... (p. 14)
- (111) De coração agradeço aos Srs. Pedro Trony e Alvaro Bomilcar o concurso hábil **que me prestara**, redigindo-o. (p. 99)
- (112) Victorioso nesta cidade, onde nascera o movimento revolucionário estendeu-se à Cuyabá, obrigando-o a deixar o alto cargo **de que se achava revestido**... (p. I)
- (113) O próprio Luthero, apesar da sua natureza jovial, quando velho frio, e meio cego, como elle próprio se descrevia, lutou contra a tristeza **que o opprimia** nos últimos annos de sua existência. (p. 61)
- (114) – Pois a minha precisa que um hora antes da refeição **se lhe prepare** a boca com um instrumento de alargar luvas. (p. 32)

(115) Miguel Sabtil e seus companheiros, ou melhor, Paschoal Moreira Cabral e sua comitiva, e os mais bandeirantes que vieram atraídos pela cúbica **que lhes provocava** a existência abundante do vil metal sonante...

(116) A ordem natural do movimento contínuo deste nosso planeta – a terra – **que nos oferece** a cada momento os mais variados aspectos, também nos oferece a alegria, o desgosto e a morte! (p. 75)

(117) Talvez jacy **que a beija** caprichosa, podo-lhe à frente a luz de um diadema. (p. 60)

(118) Eis aqui a seguinte lista, na **qual se vê** muitos casos do poder n'outros tempos. (p. 96)

(119) – Minha gigantesca?! **Então te atreves** a dar esse qualificativo a um misero paria que oscila entre a morte e a vida, já há, seguramente, dez annos? (p. 12)

(120) Meu ser contra o Destino **então se insurge**, vendo que novamente em mim ressurge este amos que eu suppunha já estar morto! (p. 59)

(121) Difficuldades de toda ordem se oppuzeram a que **assim o fosse**. (p. 99)

(122) ... **o que se passa** no seio humano... (p. 78)

(123) E' uma peça **que desperta-me**... (p. 55)

(124) ...N'uma roda, **onde falava-se** da imperfeição ... (p. 6)

(125) ... **que confunde-se** e perde-se n'um terreno... (p.4)

(126) Por causa de suas convicções arraigadas, **teve que conservar-se** – à margem – durante o regime decahido, do qual foi elle sempre acerrimo adversário. (p. II)

(127) ... sendo muito **para notar-se** que d'entre as cidades ... (p. XIII)

(128) Quando penso nas linhas harmoniosas **que contornam-te** o corpo delicado. (p. 59)

(129) Mil vezes viver soffrendo, do **que entregarmo-nos** ao abandono, precipitando-nos no abysmo, embora tenhamos de sofrer. (p. 61)

Abordagem 6:

- (130) (...) *que se uma mulher nos perdeu, outra nos salvou.* (p. 14)
- (131) *Ninguém olha para si e todos nos parecem doidos...* (p. 32)
- (132) *Para os amigos isto se justificava até certo ponto, porque, conhecidos apenas 7 planetas...* (p. 51)
- (133) *Estou fatigado da vida, si a isto se pode chamar vida.* (p. 61)
- (134) *Sou detestado: todos me odeiam. Meus vícios torpes muitos me afetam.* (p. 87)
- (135) *Não obstante, d'antes contente, todos me viam alegremente.* (p. 87)
- (136) *Por outra se exterminaram messenios e lacedemônios.* (p. 96)
- (137) *N'ella se acham as principaes cazas commerciaes ...* (p. X)
- (138) *... e como este desenvolve-se também ...* (p. 24)

Abordagem 7:

- (139) – *Ora vae-te á...* (p. 12)

Abordagem 8:

- (140) *Dotado de vivíssima actividade, tino e penetração, surgiu nos arraiaes políticos, filiando-se ao então partido liberal...*
- (141) *Novembro de 1891, q'aqui repercutio profundamente, traduzindo-se na revolução de 22 de Janeiro de 1802...* (p. IV)
- (142) *Em seguida, pela mesma Assembleia foi, a 15 de Agosto de 1891, eleito Presidente do Estado, cabendo-lhe a difficil e gloriosa tarefa da respectiva reconstrucção politico-social, missão essa que elle desempenhou cabal e magistralmente.* (p. V)

(143) *Alguns se julgam com uma força interminável, e é quando, mal sabem elles, as suas forças vão se extinguindo lentamente, tornando-se, não só para si como para a humanidade, inservíveis.* (p. 60)

(144) *Tratando-se de moléstia da pelle, dar minuciosas informações sobre o estado local e geral da cutts, não esquecendo referir o diagnostico (nome da moléstia se por ventura já tiver sido feito por medico.* (p. 39)

(145) *De coração agradeço aos Srs. Pedro Trony e Alvaro Bomilcar o concurso hábil que me prestara, redigindo-o.* (p. I)

(146) *A elle, diz o Dr. João Severiano da Fonseca, foram commettidos, desde o começo, trabalhos da maior importância, começando por um mappa do itinerario que seguiram do Rio de Janeiro à Villa Bella, e identificando-se com a capitania fez della uma nova pátria, estudando-a, fazendo-a conhecida no mundo, e ahi sepultando-se, após quase quarenta annos de nobres e famosos trabalhos (*).* (p. 68)

(147) *Em seguida, pela mesma assembleia foi, a 15 de agosto de 1891, eleito Presidente do Estado, cabendo-lhe a difficil tarefa da respectiva reconstrução político-social, missão essa que elle desempenhou cabal e magistralmente.* (p. V)

(148) *Aquella que sabe elevar-se pelo coração, annulando-se, com opprortunidade, nas luctas da repúbluca, tem consigo galgar as culminâncias da genuínas aspirações de sexo.* (p. 92)

(149) ... matriculando-se ao depois na Escola Polythchnica... (p.VI)

(150) ... e retirando-se de novo à vida privada. (p. VII)

Abordagem 9:

(151) ... iniciativa de instruir-se ... (p. VII)

(152) Não foi possível por-se a essa lei a devida execução... (p. IX)

(153) ...em virtude de tel-a deixado ... (p. VIII)

(154) (...) aventou a idéia de transformal-a em jardim ... (p. XI)

- (155) *A lei de 6 de Junho de 1862 **confere-lhe** o caráter de Villa...* (p. IX)
- (156) *Na praça da Candelária **acha-se** o templo catholico ...* (p. XI)
- (157) *O restaurante **intitulava-se** ...* (p. 42)
- (158) *... e esse nome **lia-se** na taboleta...* (p. 422)
- (159) *A mulher do gallo **chama-se** gallinha...* (p. 42)
- (160) *... victoriosa **infiltra-se** atravez de verdura ...* (p. 79)
- (161) *A data de 22 de Julho de 1635 **recorda-nos** a iníqua execução ...* (p. 94)
- (162) *(...) e o bailarino diretor **mostrava-se** receioso.* (p. 7)
- (163) *Você é accusado de beber o vinho do patrão quando vai a venda **compral-o**...* (p. 16)
- (164) *... não pode deixar **de o cumprir** nas ...* (p. 92)
- (165) *A nossa existencia é um problema difficil **de se resolver**, e tudo que vemos sobre a terra, não passa de um sonho.* (p. 60)

Abordagem 10:

- (166) *Para as mães **se fizeram** as grandes paixões...* (p. 86)
- (167) *... o céu **se estenebrece** mais...* (p. 78)
- (168) *O Estado **recompensou-o** dos seus trabalhos e sacrificios...* (p. IV)
- (169) *(...) Alguns incidentes de ordem política **demoveram-no** a resignar o seu mandato ...* (p. VII).
- (170) *(...) e o dias do seu bello governo **contam-se** como contas do rosário ...* (p. VI)
- (171) *... as suas forças **vão-se** extinguindo...* (p. 60)

(172) *As pílulas de catramidina dissolvem-se facilmente ...* (p. 24)

(173) *... o atual ministro da Fazenda distinguiu-se desde os tempos acadêmicos pela sua viva intelligencia e fervorosa aplicação aos estudos.* (p. II)

(174) *Em poder dos paraguayos conservou-se desde esta ultima data até o memorabilíssimo 13 de Junho de 1867, dia em que as valorosas armas do Exército nacional, um troço de militares e patriotas chefiados pelo muito pranteado mattogrossense Marechal Antônio Maria Coelho ...* (p. IX)

Abordagem 11:

(175) *Porém, maior surpresa, e mais dolorosa, me estava ainda reservada.* (p. 67)

Abordagem 12:

(176) *Quanto ao Amor, dir-te-hei, procura reconquistal-o, apresentando-lhe...* (p. 12)